



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

124^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama.

Brasília/DF.
15 de março de 2017.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **A SR^a. ANA LUCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DCONAMA/MMA)** – Bom dia
2 a todos. Eu gostaria que todos tomassem os assentos para nós podermos
3 começar a nossa 124^a Reunião Ordinária do CONAMA. Obrigada.
4

5
6 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE)** –

7 Bom dia a todos, amigos e amigas aqui presentes. Quero saudar a Suely, Ana
8 Lúcia, Marcelo Cruz, que estão aqui comigo na mesa. Em nome deles e delas,
9 saudar a todos aqui presentes. Nós estamos aqui iniciando a abertura da 124^a
10 Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Primeiramente,
11 gostaria de saudar os novos conselheiros, com votos que as suas participações
12 enriqueçam esse coletivo. Destaco que o Conama é um conselheiro pautado pelo
13 diálogo democrático de temas relevantes para a implementação da Política
14 Ambiental, o que confere grande importância aos nossos trabalhos que culminam
15 com as deliberações finais desse plenário. Em nossa gestão, priorizamos o
16 diálogo aberto com os Estados, os Municípios, as diferentes representações não-
17 governamentais e o Ministério Público. Acredito que somente com o real
18 engajamento de todos os setores da sociedade poderemos avançar de forma
19 significativa na proteção do meio ambiente e no uso sustentável dos recursos
20 naturais. O poder decisório deste conselho na Política Ambiental faz dele a
21 verdadeira coluna vertebral do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Desde que
22 assumimos o Ministério assumimos também o desafio de elaborar um projeto de
23 lei geral do licenciamento ambiental. Esse projeto vem sendo burilado com a
24 participação do Governo Federal, dos Estados, Municípios, do setor produtivo e da
25 sociedade civil. A duração desse processo de elaboração respeita o tempo do
26 diálogo e da construção de consensos, nem sempre fáceis, mas sempre pautados
27 pela transparência e a lealdade nas negociações. O que nos norteia é a busca
28 pela eficiência técnica para que possamos alcançar a maior proteção ambiental,
29 juntamente com melhores condições para o desenvolvimento socioeconômico,
30 com menos burocracia e mais celeridade. Agora, estamos realmente na reta final
31 para apresentação da proposta, nela fortaleceremos o papel dos órgãos
32 deliberativos do SISNAMA, o que aumenta a responsabilidade e reforça o papel
33 do CONAMA na implementação da Lei. Caberá a esse e aos demais conselhos do
34 SISNAMA a normatização de pontos importantes como a definição das tipologias
35 de empreendimentos sujeitos a licenciamento. Quero deixar claro que o PL não
36 trata de competências para o licenciamento, pois essas estão definidas na Lei
37 Complementar 140 de 2011. Defendemos a participação proativa do CONAMA na
38 lei, por entender que a governança ambiental nasce aqui. Tenho orientado minha
39 equipe a trazer para esse fórum os assuntos centrais da Política de Meio
40 Ambiente, com destaque para mudança do clima, florestas, biodiversidade,
41 resíduos e controle da poluição. Nas Câmaras Técnicas as discussões sobre
42 propostas de alguns desses temas têm sido intensas. Nesse período, realizamos o
43 seminário sobre o acidente de Mariana, que contou com a participação de toda a
44 equipe diretamente envolvida na implantação das medidas impostas as empresas,
45 oferecendo um quadro detalhado da situação da região do acidente. Tivemos

46 também o seminário sobre a qualidade do ar necessário para a retomada dos
47 trabalhos de revisão dos padrões atuais determinados por esse Conselho. Não
48 poderia deixar de falar rapidamente sobre algumas conquistas importantes da
49 nossa gestão à frente do Ministério. Agora, que finalizamos a fase de povoamento
50 do CAR, a análise dos dados nos fará evoluir para o Programa de Regularização
51 Ambiental e a utilização das cotas de reserva ambiental fazendo bom uso dessas
52 poderosas ferramentas de gestão. Lançamos recentemente o Sinaflor, sistema
53 desenvolvido para o controle da origem dos produtos florestais madeireiros, desde
54 autorização de exploração até o seu destino final. Com ele iremos aprimorar a
55 conservação das florestas conferindo transparência e segurança ao setor florestal
56 no País. Esse sistema integrado com o CAR tornará mais efetivas as ações de
57 combate ao desmatamento dos biomas brasileiros, permitindo o correto
58 desenvolvimento da economia, indo ao encontro dos eixos da nossa gestão.
59 Parceria, qualidade técnica e transparência. A participação dos Estados e dos
60 demais setores da sociedade na implantação do Sinaflor é fundamental. Nossa
61 orientação é para que todos os dados sejam disponibilizados para o controle
62 social por parte da população na medida do que a lei permite. A presidente do
63 IBAMA, Suely, fará uma exposição detalhada sobre o sistema, assim como o
64 diretor geral do Serviço Florestal trará os últimos avanços do CAR. Nosso esforço
65 para reestruturar os órgãos de comando e controle, e estimular alternativas
66 socioeconômicas de uso sustentável das florestas já está trazendo resultados.
67 Dados muito preliminares indicam a reversão da curva do desmatamento para
68 uma trajetória descendente. Essa redução tem importância também para o
69 alcance das metas brasileira de redução das emissões do gás de efeito estufa. E
70 sobre esse assunto, o secretário de Mudança do Clima e Floresta do Ministério
71 fará uma exposição. Finalmente na reunião de hoje, temos duas matérias para
72 deliberação. Uma proposta de revisão de resolução que trata do licenciamento do
73 empreendimento ferroviários de baixo potencial de impacto ambiental; e uma
74 moção de apoio a reciclagem no País. A agenda está robusta. Que as senhoras e
75 os senhores Conselheiros possam trabalhar em um CONAMA democrático onde
76 toda a sociedade está representada e forte protagonista que queremos da Política
77 Ambiental Brasileira, como é sua vocação. Dessa forma, desejo-lhes uma reunião
78 intensa e proveitosa. Muito obrigado e bom dia.

79

80

81 *(Palmas!).*

82

83

84 **A SR^a ANA LUCIA DOLABELLA (DIRETORA DO DCONAMA)** – Obrigada,
85 Ministro. Então, vamos passar a lista com a nomeação dos novos Conselheiros.
86 Nós temos hoje um conjunto de Conselheiros que foram eleitos pelo CNEA e os
87 Conselheiros dos demais segmentos também que tomam posse na reunião de
88 hoje. Do Instituto Proam: Carlos Bocuhy. Eu gostaria que cada um se
89 identificasse, por favor. Luiz Ernesto Borges de Mourão Sá, e Boisbaudran de
90 Oliveira Imperiano. Da Fundação Zoobotânica de Marabá: Jorge Bichara Neto,
91 Manoel Ananis Lopes Soares, e Olavo de Barros. Da entidade Argonautas,

92 Ambientalista da Amazônia: Fidelis Paixão, Ailton Pires de Lima, Carlos Eduardo
93 Souza Siqueira. Do grupo Rio das Contas (GERC): Domingos Ailton Ribeiro de
94 Carvalho, Daniel Melo, e Gilvan Mota de Souza. Da Fundação Rio Parnaíba
95 (FURPA): Francisco Soares, Cláudio de Carvalho Mascarenhas, e Auridenes
96 Alves Matos. Da Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte
97 (APROMAC): Zuleica Nycz, Hassan Sohn, e Leocarlos Sieves. Do Instituto Mira-
98 Serra: Lisiane Becker, e Claudia Guichard Pinto Ribeiro. Da Organização Ponto
99 Terra: Ronaldo Vasconcellos Novais, Marcus Vinicius Polignano, e Inês De
100 Oliveira Noronha. Da Sociedade Ecológica de Santa Branca (Sesbra): Mauro
101 Frederico Wilken, Elio Lopes dos Santos, Marcelo Pereira Manara. Da Rede
102 Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (RENCTAS): Raulff Ferraz
103 Lima, Ítalo Pompeo Sérgio Mazzarella, e Luiz Paulo Meira Lopes do Amaral.
104 Grupo de Estudos em Proteção a Biodiversidade (GEBIO): Heatclif Horing, Silvana
105 Lima dos Santos, Maxander Nelson de Lima Sturm. Do Governo Federal,
106 Ministério da Agricultura e Pecuária: Juarez Távora de Freitas Júnior. Ministério da
107 Saúde: Daniel Lima. Ministério do Trabalho: Pablo Antonio Tatim. Fabiana do
108 Nascimento Prudente. Pablo Coutinho Barreto. Governos Estaduais, Governo de
109 São Paulo: Roberto Pitaguari Germanos. Rio Grande do Sul: Gabriel Ritter.
110 Governos Municipais, ANAMMA Nacional: Danilo Vieira Júnior, e Augusto César
111 de Mendonça Viana. ANAMMA Centro-Oeste: Luciane Copetti. ANAMMA
112 Nordeste: Abelardo Jurema Neto, Maria Virgínia Ferreira Lopes, e Maria de Lurdes
113 Maluda Cavalcati Fialho. ANAMMA Norte: Robson Damaceno Silva Júnior,
114 Aberson Carvalho de Sousa, e Antonio Nelson de Oliveira Junior. ANAMMA
115 Sudeste: Mario Henrique de Abreu. ANAMMA Sul: Sérgio Galantes Tocchio, e
116 Alexandre Baumgratz de Costa. Entidades empresariais, Setor Florestal: Mariana
117 Laranjeira. E das entidades na Sociedade Civil, CNEA, Abes: Mario Cezar
118 Guerino. Obrigada. Sejam todos bem-vindos.

119
120

121 **O SR. MARCELO CRUZ (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MMA)** – Bom dia a
122 todos. Aproveito para dar as boas-vindas aos conselheiros. Nós vamos passar
123 agora para aprovação da 123ª ata da Reunião Ordinária do Conama, realizada no
124 dia 9 de novembro de 2016. Aqueles que estiverem de acordo com a aprovação,
125 por favor, permaneçam como estão. Ata aprovada. Senhores, nós vamos passar
126 para o item seguinte da pauta que é a tribuna livre. Ela está restrita a 15 minutos.
127 Nós temos dez inscritos, portanto temos um minuto e meio em média para cada
128 um e vamos tentar manter esse prazo, e como o Ministro disse na sua abertura a
129 pauta hoje está extensa. Pois não. Podemos passar, então? Primeira inscrita Dra.
130 Gisela da ANA; está presente? Não está? Lisiane Becker do Instituto Mira-Serra,
131 por favor.

132
133

134 **A SRª. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA)** – Bom dia a todos e a
135 todas. Eu só vim fazer dois pedidos, um já é recorrente há anos aqui no Conama,
136 que é com relação de novo, não houve nenhum avanço, na implementação da Lei
137 da Mata Atlântica. Ela já está prevista, já está criada, só falta implementar e nós

138 estamos precisando muito desse fundo. Precisamos da implementação desse
139 Fundo Nacional da Lei da Mata Atlântica. Nós queremos a implementação do que
140 foi criado da Lei da Mata Atlântica que é o Fundo Nacional de Proteção ao Bioma.
141 E a segunda coisa, seria um apelo aqui para a plenária para se engajarem na
142 campanha contra a extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Já
143 falei alguma coisa na outra reunião e não vou me estender nessa. Mas quem
144 quiser participar, entrar com a assinatura no baixo assinado pode contatar com a
145 Mira-Serra porque a Fundação Zoobotânica tem Jardim Botânico entre os
146 primeiros cinco que tem classe A no Mundo. Então é uma perda, não para o Rio
147 Grande do Sul, mas para o Brasil e o Planeta em si. Então, quem puder ajudar
148 contra a extinção da Fundação Zoobotânica, por favor, entre em contato. E
149 novamente, pelo amor de Deus, crie esse Fundo. Nós precisamos dele para os
150 planos municipais de Mata Atlântica para conservar e proteger. Obrigada.

151

152

153 **O SR. MARCELO CRUZ (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MMA)** – Obrigado
154 Lisiane. Ronaldo Vasconcellos, Ponto Terra.

155

156

157 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (PONTO TERRA)** – Bom dia a
158 todos e a todas. Saudar lógico a mesa diretoria, Ana, Marcelo, ministro Sarney,
159 Suely. Eu queria comunicar que a nossa ONG ambientalista sediada em Belo
160 Horizonte, que tomou posse mais uma vez. Nós estamos comemorando 17 anos.
161 Ao invés de fazer uma comemoração com whisky, cerveja e cachaça, que são
162 coisas até agradáveis, são bebidas autorizadas nesse País, nós vamos fazer um
163 seminário. E um dos temas é a questão de uma DN que o Governo de Minas
164 editou agora, através da nossa Semad, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e
165 Desenvolvimento Sustentável, que define a questão do impacto local. Isso
166 possibilita, ministro Sarney, que os 853 municípios mineiros possam, vou repetir
167 para que não fique mal atendido, possam fazer o licenciamento ambiental em seu
168 território. Eu já li, por exemplo, Danilo Vieira que foi secretário de Estado do Meio
169 Ambiente em Minas, hoje é secretário numa cidade importante igual Nova Lima,
170 que tem todas as condições de fazer o seu licenciamento ambiental e não
171 conseguiu no governo passado por causa do Estado, talvez. Agora eu vejo o Dr.
172 Germano que é o secretário estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais, que foi
173 um dos condutores desse processo. Eu não sou nenhum inocente, não sou
174 nenhum bobo da corte, não sou menino para achar que municipalizando vai
175 resolver todas as questões. Penso eu, como municipalista que sou, que o
176 município que tiver condições, que tiver estrutura, que tiver técnica, tiver
177 possibilidade de fazer o seu licenciamento nos limites da Constituição, da lei e da
178 DN 213/2017 vai ser muito bom para o meio ambiente como um todo, é uma
179 questão que eu defendo. E nós vamos, ministro, no dia, a data é meio complicada,
180 31 de março que vamos fazer 17 anos, realizar no CREA (Conselho Regional de
181 Engenharia e Agronomia) essa comemoração. E nós, ministro, eu falo apelo a
182 Vossa Excelência que designe alguém do Ministério ou do IBAMA para que faça a
183 primeira palestra lá falando de licenciamento ambiental e federal, é lógico. Queria

184 comunicar isso para as pessoas pensam e reflitam se essa questão também é boa
185 para sua cidade ou para o seu Estado. Eu tenho certeza absoluta. Dr. Germano e
186 Dr. Danilo sabem disso que muitos municípios mineiros, dos 853 vão se estruturar
187 e se adequar para fazer eles próprios o licenciamento ambiental, com suas
188 vantagens e desvantagens. Queria comunicar isso para o plenário e parabenizar a
189 nova direção do IBAMA e do Ministério que têm dado participação da Sociedade
190 Civil Organizada, pelo menos a nós das entidades ambientalistas ou pelo menos
191 nós da Ponto Terra. Obrigado.

192

193

194 **O SR. MARCELO CRUZ (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MMA)** – Muito
195 obrigado Ronaldo. Senhor Mário Louzada da Anamma Norte, por favor.

196

197

198 **O SR. MÁRIO STELLA CASSA LOUZADA (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** –
199 Senhor Ministro, senhora Presidente. Senhores conselheiros, eu vim aqui em
200 nome da ANAMMA Nacional para denunciar o que está acontecendo no Espírito
201 Santo. O governo do Estado, de forma autoritária e antidemocrática, está
202 apresentado um projeto na Assembleia Legislativa de extinção do IEMA (Instituto
203 Estadual do Meio Ambiente). O IEMA passará, segundo esse projeto, a ser uma
204 subsecretaria de Estado, da Secretaria do Meio Ambiente. Vão acabar com uma
205 autarquia que foi referência nacional por muito tempo, que tem um corpo técnico
206 forte e dedicado para submeter toda gestão ambiental a uma subsecretaria. Ou
207 seja, vão juntar quem faz política com quem faz a execução da política. Essa ação
208 não foi conversada com ninguém da sociedade, não houve participação sequer
209 dos funcionários do órgão. Os servidores do IEMA estão há anos sem ter direito a
210 capacitação. Um órgão que está sendo sucateado sistematicamente e agora
211 apresentada uma desculpa para acelerar a gestão ambiental, para acelerar a
212 conquista de novos empreendimentos, para facilitar a vida dos cidadãos, vão
213 acabar com o IEMA. Ou seja, quem tem uma unha encravada, quem tem um pé
214 doendo, corte o pé para acabar com a dor. O Estado que tem um problema sério
215 com a lama no Rio Doce. Que está sofrendo um surto descontrolado de febre
216 amarela. Que sofre com a emissão de pó preto na Região Metropolitana por parte
217 das siderúrgicas. Que tem o maior pólo de exploração de rochas ornamentais do
218 País. O governo do Estado com toda essa problemática se sente no direito de
219 acabar com o órgão ambiental, ao invés de combater o problema acaba-se com
220 quem combate. Isso é inadmissível. A ANAMMA se posiciona com muito
221 veemência contra esse ato. Isso não pode ser sustentado, não pode ser mantido.
222 Gostaria muito que a ABEMA se posicionasse contra essa postura autoritária do
223 governo do Estado. E a gestão ambiental que o Estado, como o Espírito Santo,
224 que tem vastos problemas ambientais, que é o único Estado com 100% de
225 cobertura de Mata Atlântica, ele não pode e não deve ficar sem um órgão para
226 fazer a gestão ambiental. A nossa autarquia precisa ser mantida. O respeito aos
227 servidores precisa ser mantido. Os servidores precisam ser ouvidos. A sociedade
228 civil precisa ser ouvida. E não é ser ouvido para discutir o projeto de extinção do
229 órgão. É ser ouvido para reestruturação do Instituto Estadual do Meio Ambiente, do

230 nosso IEMA, que a ANAMMA se posiciona contra essa ação autoritária do
231 governo do Estado. Muito obrigada pela atenção. Bom dia.

232

233

234 **O SR. MARCELO CRUZ (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MMA)** – Obrigado.
235 Vamos continuar. Ronei Alves da Silva, Movimento Nacional dos Catadores.

236

237

238 **O SR. RONEI ALVES DA SILVA (MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES**
239 **DE MATERIAIS RECICLÁVEIS)** – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, ministro.
240 Bom dia a mesa. Quero agradecer a oportunidade de falar aqui. E hoje, eu, Ronei
241 Alves da Silva, como catador de material reciclável, vim fazer uma denúncia.
242 Ministro, uma denúncia do que está acontecendo em todo o País com nós
243 catadores de materiais recicláveis. A Política Nacional de Resíduos trouxe
244 instrumentos para nossa inclusão socioprodutiva. Eu quero dar um exemplo do
245 que está acontecendo conosco a exemplo do que está acontecendo na capital do
246 País. Eu nunca ouvi falar de uma casa construída primeiro o teto para depois fazer
247 as paredes e a base. Brasília inaugurou um aterro sanitário a uns 50 quilômetros
248 de onde estamos, chamado Aterro Sanitário de Samambaia. Mas não implantou
249 coleta seletiva, não incluí os catadores, não fez nada daquilo que a Política
250 Nacional de Resíduos determina em seus princípios. A única coisa que fez foi
251 inaugurar um aterro sanitário onde estão enterrando materiais recicláveis, por
252 quê? Porque não foi feito nada efetivamente dos princípios da Política Nacional de
253 Resíduos. Política Nacional de Resíduos traz no seu art. 6º inciso VIII o
254 reconhecimento dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis como um bem
255 econômico de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor da cidadania.
256 Isso não está acontecendo na capital do País. Porque a impressão que dá é que a
257 Política Nacional de Resíduos é uma política de fechamento de lixão. Ela é sim
258 uma política de fechamento de lixão, mas ela é muito mais do que isso. Ela é uma
259 política de inclusão socioprodutiva. Ela é uma lei de mudança da realidade de que
260 o País trata os seus resíduos sólidos. A minha pergunta é. Há uns anos se falaram
261 de incineração e todos nós catadores ficamos aterrorizados com a possibilidade
262 de se trazer termoeletricas para o País para queimar lixo como combustível. A
263 verdade é que hoje temos esse fantasma na nossa nuca e temos muito mais do
264 que isso, são os aterros sanitários que estão sendo construídos de forma
265 indiscriminada, iniciativa privada, ninguém faz o licenciamento, e o importante hoje
266 é enterrar. Brasília hoje tem uma política de enterramento de resíduos sólidos. Eu
267 queria agradecer a oportunidade de estar falando aqui e pedir socorro. Nós,
268 catadores de materiais recicláveis no Brasil, estamos pedindo socorro. Só aqui em
269 Brasília são dois mil pais e mães de família que vão ficar sem trabalho, sem renda
270 por conta de um fechamento indiscriminado. Deixar claro que não somos a favor
271 de lixões no País. Somos a favor da implantação efetiva da Política Nacional de
272 Resíduos. Muito obrigado.

273

274

275 **O SR. MARCELO CRUZ (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MMA)** – Ronei,
276 obrigado. Roberto Laureano também do Movimento Nacional dos Catadores

277

278

279 **O SR. ROBERTO LAUREANO ROCHA (MOVIMENTO NACIONAL DOS**
280 **CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS)** – Bom dia, ministro e senhores
281 conselheiros. Vou tentar ser bastante breve na minha fala porque temos outros
282 amigos que querem participar. Mas um pouco reforçando aquilo que o Ronei vem
283 dizendo, que nós temos uma Política Nacional de Resíduos e eu sempre digo que
284 essa Política Nacional de Resíduos que nós temos é uma das poucas políticas
285 que falam de pessoas como prioridade nesse processo, que somos nós catadores
286 de materiais recicláveis. Por isso, a importância na verdade que essa política
287 dentro dos municípios, seus Planos Municipais de Resíduos sejam de fato
288 exercidos, que de fato aconteçam e sejam executados. Que os catadores de
289 materiais recicláveis sejam de fato atores prioritários nesse processo. Hoje temos
290 algumas situações no País, por exemplo, em Porto Alegre que está colocando os
291 catadores como proibição para eles circularem para fazer as coletas de seus
292 materiais. Nós temos esse grande problema em Porto Alegre que recentemente
293 estamos com uma grande luta, na verdade, que os catadores não podem estar
294 circulando para executar o seu trabalho. Eles têm que ficar confinado em seus
295 galpões. E sabemos que a nossa atividade é uma atividade de coleta. E
296 conscientização ambiental desse processo. Em São Paulo também. Cidade de
297 São Paulo existe muito a necessidade de um diálogo com a prefeitura de São
298 Paulo e os catadores não estão tendo esse diálogo. E sabendo a importância do
299 trabalho desses catadores nesse processo. Então, eu acredito que é a Política
300 Nacional, e mais, eu acredito também que quando nós falamos do processo da
301 logística reversa, precisamos também definir as empresas que não estão fazendo
302 parte do acordo setorial, começar a fazer parte também. Porque hoje não temos a
303 totalidade de fabricantes de embalagens que deveriam fazer parte do acordo
304 setorial e hoje não fazem parte. Nós temos um conjunto hoje que nós catadores
305 estamos no meio desse conjunto. Que precisamos de alguma forma avançar
306 nesse processo, mas existem muitos enrosocos que não deixam nós avançarmos
307 no processo para nós trabalharmos de forma digna e contribuir com o Meio
308 Ambiente e com a sociedade. Obrigado.

309

310

311 **O SR. MARCELO CRUZ (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MMA)** – Eu agradeço,
312 Roberto. Agora a Zuleica Nycz da APROMAC.

313

314

315 **A SRª ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Bom dia. Desculpe, eu estava lá fora. Eu
316 tenho um minuto e meio. Então, eu vou falar bem rápido. É sobre a questão da
317 resolução que está tramitando no CONAMA, de PCBs, o antigo óleo ascarel vocês
318 devem conhecer. O Brasil pela Convenção Internacional de Estocolmo sobre os
319 poluentes orgânicos persistentes precisa fazer o banimento do óleo ascarel, do
320 PCB, que é o nome técnico, contido nos transformadores elétricos no Brasil

321 inteiro, até 2025. Está tramitando no CONAMA uma resolução, inclusive também
322 no Congresso de autoria o senhor ministro, dos PCBs, com valor mínimo muito
323 alto de 50 PPM, entre outros problemas que essa resolução tem. 50 PPM é o valor
324 que tinha sido estabelecido na época pela Convenção de Estocolmo, mas a
325 tecnologia de detecção do óleo do PCB aumentou, avançou, hoje em dia você
326 pode detectar mais PCB com valores muitíssimos menores. E o País que é
327 signatário da Convenção de Estocolmo, como de qualquer outra convenção em
328 geral, pode ser mais restritivo. Então, não se explica e se justifica porque a
329 resolução do CONAMA não se discutiu com a sociedade, ou como foi essa
330 discussão, se é que houve, se ela foi tecnicamente qualificada, para que não se
331 discuta mais hoje. Então isso ficou petrificado, 50 PPM. E eu gostaria de solicitar
332 apoio das altas esferas do Ministério do Meio Ambiente, preocupados realmente
333 com o Meio Ambiente, com a saúde humana. As mulheres e crianças são as
334 maiores vítimas. Porque a disposição final do óleo PCBs vai ser uma decisão das
335 empresas das companhias elétricos, e elas podem decidir pelo o pior, que é a
336 incineração. Nós temos que evitar logicamente, sensibilizar as empresas elétricas
337 que não façam isso, que busque melhor disposição final, mais segura. Fizemos já
338 um seminário no Ministério do Meio Ambiente com recursos do projeto
339 internacional que fez o Plano de Implementação da Convenção de Estocolmo.
340 Conseguimos fazer um seminário para estudar as tecnologias que existem de
341 destruição de POP, em especial de PCBs. E existem muitas tecnologias boas e é
342 preciso boa vontade de sistematizar e de orientar. O Ministério do Meio Ambiente
343 é o formulador de políticas públicas. Ele tem um papel relevante nesse
344 cumprimento dessa exigência da Convenção de Estocolmo. Então, o meu apelo é
345 que quando isso está voltado para a Câmara Técnica de Assuntos de Resíduos,
346 que seja supervisionado de fora esse tema, por favor. Senão as ONG vão perder
347 essa guerra. Muito obrigada.

348

349

350 **O SR. MARCELO CRUZ (SECRETÁRIO-EXECUTIVO MMA)** – Eu agradeço,
351 Zuleica. Agora o Heatclif Horing.

352

353

354 **O SR. HEATCLIF HORING (GEBIO)** – Senhor ministro, colegas conselheiros,
355 demais presentes, as entidades ambientalistas. Represento aqui uma entidade
356 ambientalista da região Centro-Oeste juntamente com a RENCTAS da região
357 Centro-Oeste. O GEBIO, o Grupo de Estudos em Proteção a Biodiversidade, está
358 há mais de 12 anos constituída lá no Estado do Mato Grosso do Sul. Felicidade
359 nossa. Agora, estamos aqui no CONAMA. Já tínhamos tentado ados outros
360 pleitos. E agora estamos aqui. Já participamos do Sistema Nacional desde da
361 base local do nosso município, o qual nós organizamos a Política Municipal de
362 Meio Ambiente e também temos participação no Estado e agora estamos aqui em
363 nível nacional. O GEBIO acredita no desenvolvimento sustentável. Mas, embora,
364 as duas palavras não possa haver um choque, embora algumas pessoas falam
365 que não há desenvolvimento que se sustente. Aqui as entidades, eu vou falar pela
366 GEBIO, a sociedade civil também pensa, que estamos aqui na proteção do meio

367 ambiente. Desculpe às outras entidades, mas o nosso objetivo é esse. Cremos
368 sim que temos que nos desenvolvermos e cuidando do desenvolvimento
369 sustentável, para que as futuras gerações também possam usufruir desse nosso
370 Planeta. Então, conclamo aqui que as entidades da sociedade civil, as entidades
371 ambientalistas que têm o objetivo comum e verdadeiro de proteger o meio
372 ambiente, não muitas vezes olhando, que eu penso às vezes, para seu umbigo,
373 que vamos à luta, cada vez mais informar. Eu observei que tem várias entidades
374 novas nesse conselho. Então, deixo aqui o meu muito obrigado e digo aqui que a
375 GEBIO vai procurar trabalhar intensamente para que esse colegiado possa ser
376 cada mais respeitado no Brasil. E deixo aqui o meu agradecimento mais uma vez
377 ao senhor ministro, a todos os presentes. Meu muito obrigado.

378

379

380 **O SR. MARCELO CRUZ (SECRETÁRIO-EXECUTIVO MMA)** – Eu que agradeço,
381 Heatclif. Obrigado. Nós vamos agora com o Antonio Stroski, secretário do Meio
382 Ambiente do Amazonas, atual Presidente da ABEMA. Desejo a você, Antônio, boa
383 sorte na nova empreitada, no novo desafio. E pela sua competência eu sei que
384 você vai conseguir fazer uma boa gestão à frente da ABEMA.

385

386

387 **O SR. ANTONIO ADEMIR STROSKI (Secretário do Meio Ambiente do Estado**
388 **do Amazonas)** – Bom dia a todos. Eu nome é Antônio Ademir Stroski, Secretário
389 de Meio Ambiente do Estado do Amazonas, e respondendo pela presidência da
390 ABEMA, pelo menos até junho. Eu quero antes fazer o registro que ontem nós
391 realizamos na 77ª Reunião da ABEMA e nós tivemos a honrosa participação do
392 senhor ministro. Queria publicamente agradecer essa participação do ministro que
393 nos honrou com a sua presença e também toda a equipe do Ministério do Meio
394 Ambiente. E ficou patente que nós temos realmente um diálogo com o Ministério,
395 assim como temos com o setor da produção e também com a sociedade civil. Eu
396 assumi a Presidência da ABEMA porque o Eugênio Spengler, ex-presidente tomou
397 a decisão profissional e pessoal, mas depois de mais seis da condução da
398 Secretaria de Meio Ambiente da Bahia. E ele emprestou o seu talento, a sua
399 competência e a sua experiência para a ABEMA. E aqui publicamente, nós
400 queremos fazer esse agradecimento ao Eugênio. E é nesse sentido que eu vou
401 ceder o meu espaço para que o Eugênio possa proferir algumas palavras a esse
402 Conselho, que tantas vezes ele esteve participando.

403

404

405 *(Palmas!).*

406

407

408 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (ABEMA)** – Pessoal, primeiro eu quero ser
409 bastante rápido. Eu quero agradecer ao senhor ministro, Suely, secretário-
410 executivo, e todo o pessoal da Secretaria Executiva do CONAMA. A paciência que
411 teve conosco, os funcionários do Ministério do Meio Ambiente e de todos os
412 órgãos federais. Mas em especial, eu quero agradecer aos meus colegas e

413 companheiros secretários e dirigentes de órgão estaduais de meio ambiente.
414 Primeiro pela confiança e principalmente pelo prazer de ter convivido tanto tempo
415 com essas pessoas que tem o compromisso grande com a questão da
416 sustentabilidade do nosso País. E também agradecer a oportunidade que tive de
417 participar desse conselho. Os conselheiros dos outros segmentos, sociedade civil,
418 setor econômico, empresarial, dos outros setores do Governo Federal, municípios.
419 Eu acho que tem que efetivamente, ministro, fortalecer cada vez mais todos os
420 colegiados. E me desculpar também nos momentos das discussões mais
421 afloradas e mais acaloradas alguma situação que possa ter levado ofensa a
422 alguém. Não vou me despedir porque nós vamos estar sempre por aí. E a nossa
423 vida é uma ida e vinda. Quem sabe uma hora dessas eu volto, inclusive para o
424 CONAMA. Obrigado.

425

426

427 *(Palmas!)*.

428

429

430 **O SR. MARCELO CRUZ (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MMA)** – Eugênio,
431 parabéns. Boa sorte. Agora, Francisco Soares da FURPA.

432

433

434 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu quero aproveitar e
435 saudar a mesa na pessoa do ministro Sarney Filho e demais companheiros que
436 estão aqui. E os novos conselheiros que chegaram agora, quer dizer, bons
437 trabalho em prol da política do meio ambiente do País. Senhor ministro, é quase
438 piauiense porque o Rio Parnaíba que une o Piauí ao Maranhão faz com que o
439 sangue líquido que corre entre os dois Estados una os como irmãos fraternos.
440 Pois bem, que eu vim só ratificar, ministro, a nossa licitação, que por sinal o
441 senhor já encaminhado à Secretaria de Recursos Hídricos para finalizar a
442 implantação do Comitê de Bacia do Rio Parnaíba. Isso é uma dívida que a ANA e
443 a Política Nacional de Recursos Hídricos tem muito grande com o Piauí. Há 15
444 anos a Lei de Recurso Hídricos já atingiu a maioria e o Rio Parnaíba espera a
445 instalação do Comitê. Pois bem, e dizer que o governador do Piauí, está aqui
446 representado pelo secretário do Meio Ambiente, já assinou a adesão. Estava
447 faltando o governador do Maranhão assinar a adesão para criação do comitê e o
448 Estado do Ceará. É possível que a Secretaria de Recursos Hídricos entra em
449 contato para saber se já foi agilizada essas duas assinaturas. Outro, senhor
450 ministro, pedido que nós tínhamos feito que o senhor tinha passado para Instituto
451 Chico Mendes, a efetiva criação do Parque Nacional da Serra Vermelha, que é
452 uma grande reivindicação dos ambientalistas e da sociedade do País. Que esse
453 parque lá que se encontra na Serra Vermelha encontra-se a maior biodiversidade
454 do Nordeste, um ecótono com a presença de três biomas: Mata Atlântica, Cerrado
455 e a Caatinga. Então que seja efetivada. Porque é uma coisa mais linda. Até a
456 publicação do bioma da Mata Atlântica acaba. Por incrível que pareça, o cartão
457 postal da Mata Atlântica brasileira é a Serra Vermelha. E o outro, que seja criado,
458 Senhor Ministro, uma comissão para fazer uma ampla reformulação do Regimento

459 Interno do CONAMA. Há quatro anos que o Regimento Interno do CONAMA
460 passou por uma profunda mudança que tirou os direitos democráticos, que tirou o
461 acesso dos ambientalistas a apresentar moções, apresentar proposições. O
462 regimento que nós temos aí inviabiliza a apresentação de moções e inviabiliza a
463 apresentação de propostas, sugestão. Que se volte a fazer um regimento
464 democrático, com alteração de inclusão da composição, senhor ministro. Existe
465 atores da sociedade, do movimento que não estão inclusos na composição do
466 CONAMA. Por exemplo, nós não temos nesse plenário um representante do
467 movimento dos atingidos por barragem. Então, nós precisamos ter uma
468 representante da OAB para nos ajudar nesse comitê. Um representante das
469 redes, uma rede de Mata Atlântica que nós não temos. Do bioma Mata Atlântica e
470 de outros biomas como a Caatinga do Nordeste, que precisa ter um representante
471 de suas regiões. É isso que nós esperamos. Muito obrigado, senhor ministro.

472

473

474 **O SR. MARCELO CRUZ (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MMA)** – Eu que
475 agradeço, Francisco. Vamos continuar. Senhor Bocuhy do PROAM.

476

477

478 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom dia, senhor
479 secretário e aos senhores conselheiros. Eu vou repetir aqui o meu apelo com
480 relação ao controle do material particulado do Brasil, que efetiva hoje cerca de
481 quatro mil pessoas na metrópole de São Paulo, milhares no Rio de Janeiro, Belo
482 Horizonte e Paraná também. As grandes cidades estão sujeitas a esse tipo de
483 situação. E nós conseguimos do governo do Estado de São Paulo que
484 implementasse a partir do ano que vem a inspeção diesel. Na questão da
485 inspeção veicular, nós temos que pensar quais são as prioridades em termos de
486 necessidade de proteção da saúde pública. Material particulado é o primeiro
487 material a ser atacado como elemento mais danoso a saúde pública. E se estima
488 que só no Estado de São Paulo seja 17 mil pessoas por ano. Então, eu reitero
489 aqui, senhor ministro, o pedido de que se faça uma reunião em São Paulo, com a
490 presença de Dra. Suely do IBAMA, para que nós desenhamos uma estratégia
491 nacional de controle de material particulado, *black carbon*, que é a questão
492 também dos índices nacionalmente definidos com relação ao aquecimento global.
493 Essa é a primeira questão. A segunda é que nós estamos publicando na semana
494 que vem, no Dia Mundial da Água, um relatório de vulnerabilidade hídrica da
495 região metropolitana de São Paulo. Esse relatório estabelece quesitos de
496 vulnerabilidade da região metropolitana de São Paulo em 12 aspectos diferentes.
497 Nesses 12 aspectos que consideramos fundamentais, que nós chamamos de
498 matrizes de insustentabilidade, a cotação da vulnerabilidade é alta. Então, nos 12
499 quesitos observados, o índice de vulnerabilidade da região metropolitana de São
500 Paulo é alto. E tem as questões globais, de contexto global, os ecossistemas, a
501 poluição, o assoreamento, a participação social, são quesitos que envolve não só
502 a questão ambiental, mas também as questões sociais. Isso nos remete a questão
503 de indicadores ambientais. Quais são os indicadores que hoje estamos utilizando
504 nas regiões metropolitanas brasileiras para estabelecer a capacidade de suporte

505 dessas regiões. Então, senhor ministro, eu queria deixar uma atenção, nós
506 propusemos no CONAMA uma discussão para o estabelecimento de valores, de
507 indicadores ambientais para regiões metropolitanas brasileiras. Isso foi instalado
508 no CONAMA, na gestão anterior. E foi para a nossa surpresa, a discussão, depois
509 de avançar bastante, foi sobrestada porque o Ministério na época lançava um
510 outro programa, Cidade Sustentável, e investiu tudo nisso. E a iniciativa de
511 estabelecimento de valores e indicadores para metrópoles no Brasil ficou
512 paralisada. Isso significa o seguinte, nós não temos hoje uma orientação para os
513 municípios e metrópoles uma orientação para planos diretores, nem municipais,
514 nem metropolitanos com conteúdo ambiental mínimo. Isso deve ser normatizado
515 pelo CONAMA. E era esse o objetivo que tínhamos com essa resolução. Eu vou
516 encaminhar ao Ministério um relatório de vulnerabilidade hídrica do PROAM sobre
517 São Paulo comprovando que ou nós adotamos esses indicadores para ter uma
518 leitura ou vamos ficar sujeito a uma situação em que dentro de 20 anos, 30 anos,
519 essas macrometrópoles como São Paulo, vão ter 50 milhões de pessoas e vai
520 estar muito além do alcance da sociedade investir para corrigir o caos instalado.
521 Se não tem um diagnóstico não conseguimos fazer essa leitura. Nós não vamos
522 construir políticas corretivas e preventivas. Muito obrigado.

523

524

525 **O SR. MARCELO CRUZ (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MMA)** – Agradeço,
526 Bocuhy. Domingos do GERC.

527

528

529 **O SR. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO (GERC)** – Bom dia,
530 ministro Sarney. Bom dia a mesa e aos participantes aqui do CONAMA. Dizer que
531 a satisfação do GERC ao retornar ao CONAMA na representação das ONGs
532 ambientalistas do Nordeste. E destacar que nós fomos eleitos para a Câmara
533 Técnica de Educação Ambiental. E dizer, ministro, da importância da educação
534 ambiental como política pública. Infelizmente a educação ambiental é deixada de
535 lado. É preciso que nós desenvolvamos um amplo programa de educação
536 ambiental, envolvendo não só a capacitação de multiplicadores, de professores,
537 mas também os diversos ambientes, os diversos segmentos da sociedade. Sou da
538 rede brasileira e latino-americana de jornalismo ambiental. Nós temos, inclusive
539 um projeto de capacitar os comunicadores, jornalistas, radialistas para atuar como
540 multiplicadores no trabalho de educação ambiental. E eu acho muito importado
541 que isso volte. Eu soube, inclusive, que essa Câmara Técnica desde 2012 não se
542 reúne. E pretendemos com apoio do Ministério que se reúne e se desenvolva uma
543 política pública. Chamar a atenção da campanha da fraternidade deste ano que é
544 a respeito dos biomas. Nós temos na Bahia feito uma parceria com a Igreja
545 Católica. É importante que o CONAMA e as diversas representações junto com
546 Igreja Católica discutam em cada região os seus biomas e trace caminhos
547 relacionados a isso. Inclusive, iremos realizar um seminário lá sobre os biomas
548 brasileiros. E gostaríamos de contar com o apoio do Ministério do Meio Ambiente.
549 Dizer que o nosso município, Jequié, que é uma região de transição entre a Mata
550 Atlântica, Caatinga e a Mata de Cipó. Não temos uma única unidade de

551 conservação, senhor ministro, nem particular, nem pública, nem municipal, nem
552 estadual e nem federal. Portanto, solicitamos também. Estivemos ontem com o
553 secretário de Relações Institucionais, Dr. Edson Duarte. E gostaríamos do apoio
554 do Ministério no sentido de estudar a viabilidade e a criação de uma unidade de
555 conservação nessa região, que vem perdendo bastante tanto da área da Caatinga
556 como da Mata de Cipó e da Mata Atlântica. Áreas importantes que são
557 verdadeiras caixas d'água, veem sendo destruídas pelo fogo, pelo desmatamento.
558 Muitas vezes a madeira é trocada até por drogas, e isso é bastante sério, é
559 preciso a criação de uma unidade de conservação. Por último, gostaria de
560 destacar, o Ronaldo colocou a importância dos municípios, nós entendemos a
561 importância dos municípios na política de licenciamento. Mas o município precisa
562 estar preparado, não pode ser como município de Jequié que não tem equipe
563 técnica, o Conselho Municipal de Meio Ambiente não funciona. Então, muitas
564 vezes o licenciamento é feito a toque de caixa e atendendo a interesses
565 empresariais em detrimento dos interesses ambientais. Muito obrigado.

566

567

568 *(Palmas!).*

569

570

571 **O SR. MARCELO CRUZ (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MMA)** – Jorge Bichara,
572 Fundação Zoobotânica.

573

574

575 **O SR. JORGE BICHARA NETO (FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DE MARABÁ)** –
576 Bom dia a todos, distinta plateia, conselheiros, companheiros de CONAMA,
577 senhor ministro, senhora Suely, Marcelo e Ana Lúcia. Nós pedimos a palavra e
578 ocupar o espaço de uma pessoa que não estava aqui. Senhor ministro, sem
579 surpresa, mas para fazer pedido novamente. Mas, são poucos momentos em que
580 nós podemos estar diante de uma plateia tão seleta e de autoridades como o
581 senhor, que da outra vez que esteve no Governo deixou marcas, deixou
582 transparente o seu interesse na preservação do meio ambiente, de maneira
583 sustentável. Dois pedidos. O primeiro é que o Ministério do Meio Ambiente, de
584 alguma maneira, reveja o posicionamento com relação ao apoio institucional, que
585 seja técnico, que seja financeiro, com recurso não sei de onde apesar de que nós
586 sabemos que não estão muito fácil. Há um desmonte, senhores, não porque as
587 pessoas não queiram mais cumprir as suas metas ambientais, ambientalista. O
588 desmonte das instituições que cuidam dos animais silvestres tirados da floresta.
589 Nós não vamos a floresta tirar animais. Os animais são abatidos por conta dessa
590 política de controle da caça. E as punições são muito brandas. Então, esses
591 animais chegam às mãos das instituições, dos criadores conservacionistas
592 principalmente. Está havendo um desmonte acelerado por falta de recursos de
593 apoio institucional. Nós em Marabá estamos a 500 quilômetros de Belém. E
594 pasmem, senhores, estamos recebendo animais do Museu Emílio Goeldi, uma
595 instituição centenária e reconhecida internacionalmente. Então, senhor ministro,
596 eu gostaria de pedir, a senhora Suely e toda a mesa, que colocasse e fizesse um

597 estudo a respeito do apoio institucional aos criadouros e aos conservacionistas. A
598 outra coisa é que eu venho acompanhando, nós somos parceiros do IBAMA e do
599 Instituto Chico Mendes, e esses abnegados da nossa região, da maneira como foi
600 feito nos últimos anos. O desmonte institucional do IBAMA e do ICMBio. Aquele
601 povo lá se vira nos 30 para poder cumprir. São poucos agentes nas duas
602 instituições para cumprir e cuidar daquele monte de florestas. E que graças a
603 Deus ainda existem, que são os parques nacionais e as florestas nacionais da
604 Amazônia. Mas estão sobrecarregados e não dão conta de controlar o
605 desmatamento. Essa curva que está estabilizando vai tender a crescer se não
606 houver apoio e reforço desses agentes lá, tanto do ICMBio como do IBAMA da
607 Amazônia. Muito obrigado.

608

609

610 *(Palmas!)*.

611

612

613 **O SR. MARCELO CRUZ (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MMA)** – Muito bem,
614 Jorge. Para nós terminar tem o Bruno ainda e tem mais um. Gisela. Você foi
615 chamada no início e estou retornando.

616

617

618 **A SR^a. GISELA FORATTINI (ANA)** – Bom dia a todos e a todas. Na verdade, eu
619 quero ressaltar um convite do próprio ministro e lembrar a todos que nos dias 21 e
620 22 nós estaremos comemorando o Dia Mundial da Água. O ministro está
621 convidado inclusive para o Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, às
622 17h. É um evento onde nós vamos estar comemorando os 20 anos da nossa Lei
623 de Águas. Eu queria ressaltar que a Agência Nacional de Águas nesse evento,
624 nós vamos estar fazendo quatro lançamentos importantes de um documentário da
625 Rede Hidrometeorológica Nacional. O edital da Ana e Capes de apoio ao ensino e
626 a pesquisa científico e tecnológico em regulação e gestão de recursos hídricos. Do
627 edital de ampliação da rede nacional responsável pelo mestrado profissional em
628 gestão e regulação de recursos hídricos. E por último vamos lançar o Sistema
629 Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens. No Nereu Ramos, dia
630 21. Então, dia 22 de março nós teremos um evento no Ministério onde teremos
631 uma fala do nosso ministro e também do nosso secretário-executivo, Marcelo
632 Cruz. Eu queria lembrar a todos também que no ano que vem, em março, nós
633 estaremos pela primeira vez realizando o 8º Fórum Mundial das Águas. Onde pela
634 primeira vez teremos o evento no hemisfério Sul, com o título: Compartilhando
635 Águas. E até no sentido de hidratar mais esse Conselho, eu já pediria um espaço
636 para que na nossa próxima reunião do CONAMA nós pudéssemos fazer então
637 uma apresentação do 8º Fórum, do processo de regional, do processo temático,
638 do processo político e também de um documento importante que a Agência
639 Nacional de Água está elaborando que é o legado para todo esse Sistema de
640 Gestão Nacional de Recursos Hídricos. Era só isso. Obrigada.

641

642

643 **O SR. MARCELO CRUZ (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MMA)** – Muito
644 obrigado Gisela. Por último, o senhor Bruno da FBCN.

645

646

647 **O SR. BRUNO LÚCIO SCALA MANZOLILLO (FBCN)** – A presença do ministro
648 de Estado neste momento da reunião plenária, na tribuna livre, é uma velha
649 reivindicação da sociedade civil sistematicamente repetida na reunião de terça-
650 feira com o secretário-executivo, o seu substituto. Há muitos anos nós não
651 tínhamos isso. Então, eu quero agradecer a Vossa Excelência pela sua presença
652 nesse momento da reunião. E externar a certeza de que o senhor está presente
653 também nas próximas. Mas poderia ser um caso... E destacando na lembrança do
654 Ronaldo, o fato do senhor ter entrado democraticamente pela mesma entrada
655 conosco e não ter usado o fórum privilegiado da entrada ali detrás. Muito obrigado.

656

657

658 *(Palmas!).*

659

660

661 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE)** –
662 Eu bem rapidamente vou comentar alguma das palavras que foram ditas aí na
663 tribuna. Mas eu quero dizer que essa é a terceira, desde a primeira vez. E eu
664 tenho ficado justamente para ouvir. Porque a reclamação que eu recebi e
665 precedente era que nas raras vezes em que vinha um ministro aqui na reunião,
666 chegava, falava e ia embora, não ouvia ninguém e se despedia. Então eu disse:
667 “todas vezes eu vou ficar pelo menos até a hora que a sociedade falar, os
668 membros do CONAMA falarem”. Bem, mas muito rapidamente depois os
669 servidores aí das respectivas áreas que foram citadas eles vão ter a possibilidade
670 de estender mais o nosso entendimento e aquilo que não puder ser respondido
671 agora nós vamos evidentemente mais tarde responder. Mas algumas coisas que
672 eu queria comentar. Primeiro, sobre os catadores. Eu concordo plenamente com
673 essa preocupação. A primeira ação orçamentária específica do Ministério para
674 resíduos sólidos saiu agora. Há muito tempo não se falava em resíduos sólidos,
675 em ações do Ministério. Aliás, quando eu fui ministro pela primeira vez, eu
676 coloquei no FMMA já a questão de resíduos sólidos. Eu participei ativamente da
677 discussão da Lei de Resíduos Sólidos. Portanto, é o meu interesse absoluto
678 implantar essa lei na sua plenitude. E dessa forma nós conseguimos recursos
679 orçamentários esse ano para que o Ministério mesmo intensificar essas ações. É
680 lógico que alguns recursos orçamentários são dirigidos a determinados
681 municípios, porque nós abrimos essa ação no orçamento de novo. Mas, ao lado
682 disso, que eu falei só para demonstrar o apreço que eu tenho por essa causa.
683 Está aqui o Jair e a Zilda e eu já estou determinando, já determinei no início
684 quando eu estava falando com o procurador que se reunisse. Eu acho que o
685 Ministério Público tem que participar também. Fazer uma reunião para nós
686 corrigíssemos essas distorções que eu acho importantíssimas. Por outro lado,
687 sobre a questão de nós revermos o Regimento aqui no CONAMA. Segundo eu fui
688 informado, um quinto dos conselheiros pedindo essa revisão, está no Regimento,

689 e dá a possibilidade de nós abrir essa discussão. Então, eu acho importante que
690 nós possamos fazer uma adaptação e fazer uma discussão sobre o Regimento do
691 CONAMA, atualizar, ampliar, sei lá, vai ser bem discutido. Então, isso aí cabe aos
692 conselheiros agora tomarem essa iniciativa que têm evidentemente o meu aval.
693 Bem, eu anotei aqui. Sobre o Rio Parnaíba, é lógico que nós vamos agora
694 intensificar todas as ações. Eu que criei o parque, agora também vou implantar o
695 comitê de bacia, e eu quero deixar isso também como uma das minhas marcas na
696 região. Vou fazer tudo. Vamos implantar esse comitê de bacia ainda este ano com
697 toda a certeza. Eu vou me dedicar pessoalmente a isso. Então, eram essas e
698 outras questões que foram levantadas e terão a resposta dos nossos membros.
699 Suely vai falar algumas coisas sobre material particulado, diesel. Ela está muito
700 por dentro disso. E os outros assuntos todos que foram levantados serão
701 devidamente respondidos. Eu agora que já ouvi a maior parte, ouvi todos aqueles
702 que tiveram o direito de falar, que foram os que se inscreveram. Eu vou pedir
703 licença. Eu ainda tenho que ir lá para o Ministério. E também dizer que hoje
704 tivemos um ato muito legal e muito bonito no Ministério junto com a CNBB, que foi
705 a entrada do Ministério na companhia. Estava lá todo o pessoal da CNBB, as
706 organizações da Sociedade Civil e alguns da frente parlamentar ambientalista. O
707 Molon que é o atual coordenador, junto com deputados de todos os partidos: PT,
708 PSOL, PSDB, então foi muito importante para mostrar que essa causa é supra
709 partidária. Então, eu desejo mais uma vez um bom trabalho a todos vocês. O
710 Ministério todo está aqui. O Ministro vai sair, mas o Ministério fica. E tem coisas
711 importantes que vão ser relatadas hoje como o CAR, Sinaflor que acho que vai ser
712 muito construtiva essa reunião do CONAMA nesse período. Então, boa sorte a
713 todos e bom trabalho. E peço licença para me retirar.

714

715

716 *(Palmas!).*

717

718

719 **A SRª SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (IBAMA)** – Eu gostaria só
720 do completar a pedido do Ministro a questão da resposta a demanda em termos
721 de inspeção veicular e da estratégia para material particulado, esse é o primeiro
722 ponto. O Ministro logo depois da exposição do Bocuhy, ele nos autorizou, IBAMA
723 e MMA, iniciarem essa organização de um encontro aí mais amplo sobre o tema,
724 tendo em vista uma estratégia nacional. Então, só para dar o retorno. E me
725 incumbiu pessoalmente de internamente dar o start para a equipe organizar esse
726 evento. Bocuhy. Então, é já para dar o retorno a pedido do ministro antes de sair.
727 A parte da inspeção veicular, nós avançamos muito em termos do Proconve em
728 termos de requisitos para os veículos, mas a parte de inspeção veicular nós
729 estamos devendo há anos para os brasileiros uma estratégia mais robusta de
730 fazer a legislação já tão antiga ser realmente aplicada em relação a inspeção.
731 Então o ministro pediu a atenção que eu iniciasse aqui com os técnicos do
732 Ministério e do IBAMA, o que nós podemos fazer e talvez o primeiro passo seja
733 esse encontro que vocês estão propondo. Então, era para dar retorno nesse
734 sentido. E pediu também para falar um tema totalmente do outro lado, a questão

735 dos Cetas, até a Ana Alice diretora está aqui. Nós estamos com uma estratégia
736 dentro do IBAMA de atenção toda especial com os Cetas. Nós encontramos vários
737 Cetas com situação de problema de recursos. Estamos com uma diretriz interna
738 de envolvimento bem forte. De fazer uma ação coordenada com os Estados, mas
739 também com as universidades. Nós estamos tentando colocar as universidades
740 dentro dos Cetas. É uma novidade agora da gestão atual do IBAMA, tem algumas
741 ações importantes sendo gestadas nesse sentido. Tem um Cetas modelo em
742 Santa Maria, no Rio Grande do Sul, sendo estruturado com participação intensa
743 da universidade, com a equipe da universidade trabalhando dentro do Cetas. E
744 nós queremos espalhar isso pelo Brasil. É uma novidade aí a partir da Ana Alice,
745 da diretora da DBFlor, com uma prioridade para tentar estruturar melhor o Cetas.
746 E fazer isso não pegando como ação exclusiva do IBAMA, mas de uma forma
747 coordenada com os Estados. Eu acho que são os dois pontos que eu tinha para
748 comentar.

749
750

751 **O SR. MARCELO CRUZ (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MMA)** – Suely,
752 obrigado. Antes de nós passarmos para ordem do dia, antes de mais nada. Eu só
753 queria dar alguns informes. Eu posso ter esquecido alguma coisa, fomos anotando
754 aqui rapidamente, de algumas realizações ou algumas abordagens de forma que
755 nós estamos tratando no MMA, IBAMA, ICMBio Jardim Botânico, que
756 aconteceram a partir da assunção do ministro Sarney Filho à frente do Ministério
757 em maio do ano passado. A abertura de diálogo com a sociedade civil e
758 fortalecimento da relação com os governos e secretarias do meio ambiente dos
759 Estados e municípios. Esse aí o próprio Antonio, presidente da ABEMA, eu até
760 brinco com ele que vou contratar Antonio para essas reuniões que estão
761 acontecendo com tanta sistematização que ele vive lá no Ministério. O
762 arquivamento sobre o processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica
763 de São Luiz de Tapajós. Parabéns, Suely, lá no Pará. Ontem houve, inclusive um
764 lançamento também junto com o BNDES de projetos para desestimular as usinas
765 termoelétricas movidas a carvão mineral e a óleo combustível e o incentivo de
766 fontes limpas e renováveis também em áreas isoladas da Amazônia. (*Palmas*).
767 Isso foi legal mesmo. Quer dizer, na realidade nós vamos subsidiar essa história e
768 começar a produzir energia limpa na Amazônia. É claro que essa curva não vai se
769 reverter em curto prazo, mas é um início. Nós vamos abrir competitividade para
770 esse tipo de energia, coisa que não acontece hoje. O fechamento da usina de
771 Candiota, no Rio Grande do Sul, a maior usina termoelétrica de carvão do País.
772 (*Palmas!*). A conclusão da fase de povoamento do CAR e lançamento de
773 instrumentos para utilização da base de dados. Capacitação e integração com
774 Estados para a análise dos cadastros e avanço nas fases seguintes do PRAR e do
775 CAR. Deusdará deve falar sobre isso ou a equipe dele tem uma apresentação
776 mais tarde sobre esses avanços. Vocês sabem que os dados foram
777 disponibilizados há dois, três meses, já estão disponíveis na Internet, estão sendo
778 usados como elementos de gestão, inclusive em parceria integrado com o IBAMA.
779 Bom, a retificação vocês já sabem, do acordo de Paris. Nós demos celeridade a
780 esse processo, foi logo no final do ano. O IBAMA passou a ser o coordenador do

781 SIF de Mariana. Isso é importante. A reestruturação orçamentária que o ministro
782 comentou e algum de vocês falou, desculpe, eu não me lembro, na realidade, do
783 enfraquecimento do IBAMA e do ICMBio com relação a fiscalização. Isso passa
784 obviamente por questões de recursos gerais e pessoal, essa coisa toda. Mas o
785 que estava ao nosso alcance que foi uma recuperação orçamentária, inclusive
786 com o apoio do próprio BNDES. E agora também os avanços tecnológicos como o
787 Sinaflor, integração com o CAR, vão possibilitar a retomada de uma fiscalização
788 mais efetiva. A criação do Refúgio da Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatraz no
789 litoral norte de São Paulo, antes ano passado. Planejamento de concessões de
790 parques nacionais para desenvolvimento do turismo para parceria com o iniciava
791 privada. Isso está no PPI, nós estamos propondo, provavelmente já em abril, a
792 inclusão de três ou quatro parques no processo de concessão prioritária da
793 Presidência da República. Inauguração do Complexo de Paineira do Corcovado
794 no Parque Nacional da Tijuca, que é um modelo de concessão. Aumento de 18%
795 da área total de florestas federais em regime de concessão. Serviço Florestal
796 Brasileiro. Assinatura com Alemanha do aditivo de dez milhões também para dar a
797 estrutura devida ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural. Lançamento de
798 programas de corredores ecológico, Dr. José Pedro. A assinatura do projeto de
799 reintrodução da Ararinha Azul, em seu habitat da Caatinga, em parceria com
800 instituições nacionais e internacionais. Esse projeto é muito bonito. Retomada do
801 Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas Ribeirinhas
802 (Planafe). A publicação do Decreto do Planaveg. Publicação de portaria de
803 definição de espécies nativas e sociobiodiversidades e valor alimentício para fins
804 de comercialização e compras públicas. Assinatura do TED com a Conab para
805 fortalecimento e ampliação da política de garantia de preços mínimos para
806 produtor de sociobiodiversidades. Contratação de cinco projetos de apoio para
807 Plano de Gestão Territorial e Ambiental das terras indígenas. Instituição de
808 portarias dos GTs de quilombolas e da mesa de diálogo com as quebradeiras de
809 coco babaçu. Assinatura do termo de ajuste complementar do acordo de
810 cooperação entre Brasil e Alemanha para implementação do Projeto de Proteção
811 e Gestão Integrada da Biodiversidade Marinha e Costeira, que é o projeto
812 TerraMar. Além disso, Suely fez parte também, os secretários aqui presentes,
813 estou vendo o Jair, da coisa que nós chamamos da caravana verde. O ministro
814 mês passado percorreu os Estados da Amazônia e relata até dos próprios
815 governadores, das pessoas e autoridades que participaram, inclusive ontem na
816 reunião da ABEMA foi dito isso, que esse movimento foi extremamente produtivo,
817 foi muito eficiente, as reuniões foram eficazes e as ações que estão sendo
818 tomadas a partir dessa coisa que nós chamamos de caravana verde. Enfim, já
819 falamos, mais tarde vamos falar do Sinaflor, de elementos que tecnológico, de
820 integração de indicadores, aliás, produção e disponibilização desses indicadores
821 ambientais que nós estamos trabalhando para ficar mais fácil, inclusive nós
822 mensuramos a que cotas anda a Política Ambiental no Brasil. Eu falei isso.
823 Desculpe se eu esqueci alguma coisa de alguma das unidades, mas foi muito
824 rápido. Só para dizer que, como o ministro Sarney falou, nós estamos tentando
825 dar celeridade a algumas ações e algumas delas vão ao encontro do que vocês
826 falaram aqui na tribuna há pouco. Então, vamos dar segmento aqui, Ana, na

827 ordem do dia. Eu vou passar a palavra para você. E eu vou chamar a Zilda para
828 compor a mesa, como Conselheira do CONAMA, porque o Ministro pediu para eu
829 acompanhá-lo em uma reunião que ele saiu aqui agora. Eu agradeço a todos.
830 Novamente dou as boas-vindas aos novos Conselheiros. E reitero que estou à
831 disposição no Ministério do Meio Ambiente a todos vocês. É só chegar. Obrigado.

832

833

834 *(Palmas!)*.

835

836

837 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Bom dia a
838 todos e a todas. Passamos ao item 7.1 da ordem do dia, que é a proposta de
839 revisão da Resolução n° 349 de 2002, que dispõe sobre o licenciamento ambiental
840 de empreendimento ferroviários de pequeno potencial de impacto ambiental e a
841 regularização dos empreendimentos em operação. Essa matéria foi apresentada
842 pela Conselheira da CNT, Patrícia Boson, e com exposição da proposta feita pelo
843 Ministério do Transportes. Eu chamo Aline Pimenta do Ministério. Falta de prática.
844 Eu estou acostumada a sentar lá embaixo. Desculpe, Patrícia, você.

845

846

847 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Bom dia a todos. Antes
848 de entrar diretamente na matéria, eu gostaria de colocar uma questão aqui para a
849 presidente do IBAMA e para todos a respeito dessa discussão sobre as questões
850 das emissões atmosféricas que foi posta aqui e pela necessidade da rediscussão.
851 Nós gostaríamos de, além das discussões com os Estados e o IBAMA, que
852 fossem também convidadas a discussão tanto o Ministério do Transporte quanto o
853 Ministério das Cidades e quanto a CNT como questão de transportador. Poucas
854 pessoas sabem, eu já vim aqui algumas vezes, mas gostaria de reforçar que
855 vocês visitem a nossa página e procurem saber o que é o programa Despoluir. O
856 programa Despoluir faz aferição veicular voluntária há mais de dez anos. Já foram
857 aferidos pelo programa quase dois milhões de veículos. São 36 empresas,
858 incluindo transportadores também. E que faz toda essa aferição para que os
859 veículos fiquem regular de acordo com os padrões determinados legalmente. É
860 uma experiência que nós temos acumuladas que poucas pessoas conhecem e
861 que deveria ser mais bem conhecida por todos que têm interesse nessa questão
862 da matéria. Então, nós, além de estar nos inscrevendo para essa discutir, convido
863 a todos que têm interesse na matéria a visitar a nossa página, o nosso site, e
864 tomar conhecimento do grau da importância do Programa Despoluir. Obrigada.
865 Vinda exatamente na matéria, eu gostaria de dizer o seguinte, que eu acho muito
866 importante. Primeiro, que essa matéria foi muito discutida tanto na Câmara
867 Técnica quanto durante o processo de votação aqui com o pedido de vista,
868 inclusive pertinente, o pedido de vista enriqueceu ainda mais a matéria, ela ficou
869 esclarecida. Segundo, dizer que ela se trata, na verdade, isso para tranquilidade
870 daqueles que não participaram diretamente das discussões, ela se trata na
871 verdade da atualização de uma resolução. Não está inventando nada novo. A
872 própria Resolução pedia que ela fosse revista em um prazo, e é o que foi feito.

873 Ela foi revistada no prazo. Então, não tem absolutamente nada inovador, nada
874 novo. É simplesmente uma atualização. E nesse sentido, eu gostaria de convidar
875 a Conselheira Aline para poder apresentá-la como a proponente da matéria.
876 Obrigada.

877

878

879 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigada
880 Patrícia. Aline do Ministério dos Transportes.

881

882

883 **A SR^a ALINE FIGUEIREDO FREITAS PIMENTA (MINISTÉRIO DOS**
884 **TRANSPORTES)** – Bom dia a todos. Eu vou fazer uma apresentação sucinta.
885 Bom, um breve histórico sobre a tramitação dela, como a Patrícia acabou de
886 colocar. Ela foi proposta pelo Ministério dos Transportes. Foi aprovada CIPAM, na
887 CTCA, na CTAJ. Na CTAJ, ela teve uma recomendação relacionada ao prazo
888 para regularização propriamente dita. E na última reunião do CONAMA, em
889 novembro do ano passado, houve um pedido de vistas que foi parte da discussão
890 que se procedeu a posteriori desde novembro até agora. Como a Patrícia colocou,
891 na verdade, trata-se de uma atualização, de uma revisão da Resolução CONAMA
892 349. A Resolução foi editada em 2004, e ela tratava desde então, na sua ementa,
893 de obras de pequeno potencial de impacto e da regularização propriamente dita
894 de ferrovias. Então, a ementa permanece a mesma. A única alteração que houve
895 foi o nome de ao invés de impacto, como era na 349, para baixo impacto, por uma
896 questão de necessidade de padronização já que outras Resoluções do mesmo
897 padrão estão tratando como do baixo impacto e não de pequeno. Teve uma
898 atualização de conceitos. Uma otimização para manutenção ferroviária e
899 disciplinou melhor, na verdade, só especificou que tipo de obra que nós nos
900 referindo e que tipo de obras nós estamos falando. Então, não tem absolutamente
901 nada de novo em termos de conceito, de procedimento do que tinha na 349. Se
902 aproveitou a oportunidade, na verdade, a revisão dela já estava prevista, mas com
903 edição de Lei Complementar 140 e principalmente com o Decreto que
904 regulamentou a Lei Complementar 140, os empreendimentos, as atividades de
905 melhoramento, de obra de manutenção, de rotina, Essas obras pequenas para a
906 necessidade de manutenção da própria via ferroviária passou a ser aceita da
907 competência do CONAMA. Muitas dessas obras, na verdade, antes desse Decreto
908 era de competência de do IBAMA. Então, com a edição do Decreto, passou isso
909 para os Estados e municípios. E aí se aproveitou a oportunidade porque o próprio
910 IBAMA na vigência na Resolução 349 ele editou uma Instrução Normativa que a
911 n° 09 de 2014, exatamente sobre disciplinando um dos artigos da Resolução 349
912 a cerca dessas obras de manutenção e as de rotina também e de emergência
913 propriamente dito. Uma coisa importante de dizer, está ressaltando no próximo
914 slide, mas é que nós estamos falando de obra de melhoramento, de unidades de
915 apoio, como pátios, coisas pequenas no dia a dia dessas obras. Unidades de
916 apoio, melhoramentos, serviços e obra de rotina do dia a dia da ferrovia
917 propriamente dito. Então, são essas obras que são classificadas como de baixo
918 impacto em determinada situação. Não estamos tratando de nenhuma obra nova,

919 de nenhuma duplicação e de nenhuma implantação de ferrovia propriamente dito.
920 Essas todas seguem o procedimento ordinário de licenciamento ambiental. Bom,
921 aí já uma comparação, mas isso é o que eu acabei de colocar da Resolução 349
922 com a atual. E o outro ponto importante é que além de ser obras de manutenção,
923 de rotina e pontuais para operação das rodovias que já existem, elas estão todas
924 localizadas dentro da faixa de domínio das ferrovias. Então, tem até uma foto, um
925 slide para demonstrar um pouco até a simplicidade do ponto de vista da
926 intervenção física que nós estamos tratando dessa Resolução que é o próximo. Aí
927 a faixa de domínio. Que é aí, na verdade, a plataforma já existente. Vocês podem
928 ver na foto maior só existia um pátio e agora na foto nova em que foi aproveitada
929 integralmente dentro da faixa de domínio e a plataforma ferroviária. Então, é desse
930 tipo de obra, isso foi só um dos exemplos que estamos tratando, mas que
931 optamos por trazer para dar uma dimensão de fato de que está dentro da faixa de
932 domínio e que são obras pontuais e pequenas. É isso, na verdade. Estamos à
933 disposição para dúvidas, perguntas e questionamentos. Obrigada.

934
935

936 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigada
937 Aline. Bom, nós tivemos uma reunião de parecerista, foram vários conselheiros
938 que pediram vistas. E agora nós apresentamos o texto com as propostas de
939 emendas, colocando lá na tela para nós analisarmos. Nós avaliamos, eu não sei
940 se os senhores concordam, que seria talvez melhor nós visitarmos o texto e ver as
941 sugestões que foram feitas e aí discutir artigo por artigo. Não é uma Resolução
942 muito grande, mas eu acho que nesse caso como tem algumas sugestões
943 pontuais, aprovar o texto básico talvez não fosse a melhor estratégia. Patrícia, por
944 favor.

945
946

947 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Apenas como sugestão
948 de encaminhamento. Embora a Resolução seja grande, os pontos de inserção não
949 são tantos assim. Então, eu achava que seria mais produtivo, até porque nós
950 ainda temos mais um ponto na pauta que isso é deliberativo, achava mais
951 produtivo se nós efetivarmos mesmo aprovarmos o texto base onde tem discussão
952 e... Obrigada.

953
954

955 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Eu vejo
956 uma sinalização positiva dos outros pareceristas e nós submetemos então, à
957 votação o texto base, e aí discute os pontos mais críticos, os pontos objetos de
958 revisão da redação. Eu pergunto aos senhores conselheiros que se manifestem
959 aqueles que são favoráveis ao texto base. 47 fotos favoráveis. Aqueles que são
960 contrários ao texto? Nenhuma manifestação. Os que se absterem? Nenhuma
961 abstenção. Então, 47 votos favoráveis e uma abstenção. Perdão. Perfeito. Peço
962 que levantem bem o braço que eu enxergo melhor. Então, nós vamos passar ao
963 texto. Vamos para as emendas diretamente, então. Passa ali Henrique, por favor.
964 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Então, o texto base aprovado. Vamos

965 passar as propostas de emenda. Daí fica registro. Obrigada Ronaldo. Eu tenho
966 aqui como primeiro texto com emenda o inciso II do art. 2º, onde nós temos um
967 consenso dos parecerista. Sobre regularização ambiental. Na realidade é uma
968 inserção. Eu vou ler para chamar atenção de todos. “Regularização ambiental:
969 processo integrado de atividades técnicas e administrativas, por meio do qual as
970 ferrovias implantadas e em operação buscam a sua conformidade e regularidade
971 frente à legislação ambiental vigente por meio de apresentação de Relatório de
972 Controle Ambiental e da assinatura de termo de compromisso com o órgão
973 ambiental competente”. Não há nenhuma manifestação? Algum voto contrário? Eu
974 vou começar pelo contrário que eu acho mais fácil. Votos favoráveis? 43.
975 Abstenções? Nenhuma abstenção. Correto. 43 votos favoráveis e nenhum
976 contrário. Passamos ao próximo ponto. Bom, como isso foi uma inserção nós só
977 mudamos a numeração dos incisos subsequentes. Qual é o artigo? O artigo que
978 trata dos conceitos. Pela exclusão no inciso 6º do item O, consenso dos
979 pareceristas, a retirada e similares a critério do órgão ambiental competente. Não
980 esquecendo que nós vamos ter que mudar o ponto do anterior. Algum comentário
981 a respeito da supressão desse item? Podemos proceder a votação. Eu pediria que
982 aqueles que são contrários se manifestem agora. Abstenções? Votos favoráveis?
983 Eu acho que na próxima vez nós controlamos a porta, porque se não sair ninguém
984 nós só colocamos o número de pessoas. Porque às vezes a pessoa entra e sai.
985 47 votos favoráveis. O próximo então, foi aprovado, a supressão do inciso O do
986 art. 2º. Ainda no art. 2º, a redação do inciso IX que trata do Relatório do Controle
987 Ambiental (RCA): “é o estudo ambiental que reúne em programas específicos
988 todas as ações e medidas mitigatórios de controle e compensatórias de potenciais
989 impactos ambientais oriundos da atividade ferroviária”. Também foi consenso dos
990 pareceristas? Nenhum comentário? Iniciamos a votação. Votos contrários?
991 Nenhum voto contrário. Abstenções? Votos favoráveis? Temos 46 de novo? 48
992 votos favoráveis. Então, aprovado inciso IX do art. 2º. O próximo. O art. 3º. Há
993 também um consenso entre os pareceristas que para efeitos. É só incluindo após
994 “obra ferroviárias” a expressão: “definidas nos incisos VI, X e XI do art. 12,
995 desenvolvidos dentro dos limites da faixa de domínio que não impliquem”. Alguma
996 manifestação? Então, podemos proceder a votação da nova redação dada ao art.
997 3º? Aqueles que são contra, por favor, se manifestem agora. Nenhuma
998 manifestação contrária. Aqueles que se abstém. Nenhuma manifestação de
999 abstenção. Aqueles que são favoráveis, por gentileza, se manifestem. 42 votos
1000 favoráveis. Então, está aprovada a alteração ao art. 2º. Vamos ao próximo. O
1001 próximo é a proposta. Nós temos uma proposta das ONGs quanto as atividades.
1002 Nós estamos no artigo que traz a caracterização das atividades de baixo potencial
1003 de impacto ambiental. Então, há uma proposta das ONGs, a proposta original cita
1004 a intervenção em unidades de conservação de proteção integral. E a proposta das
1005 ONGs é a intervenção em unidades de conservação. Essa proposta não houve
1006 consenso. Eu gostaria... Bruno.

1007

1008

1009 **O SR. BRUNO LÚCIO SCALA MANZOLILLO (FBCN)** – É só uma questão de
1010 ordem.

1011 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Entra na fila
1012 aí Bruno. Então, Bruno primeiro.

1013

1014

1015 **O SR. BRUNO LÚCIO SCALA MANZOLILLO (FBCN)** – É só questão de ordem.
1016 Não existe proposta de ONGs, existe proposta de sociedade civil.

1017

1018

1019 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Eu li o que
1020 estava no texto. Desculpa, Bruno. Obrigada. Proposta da sociedade civil, é
1021 colocação de unidades de conservação, intervenção geral em unidades de
1022 conservação. Das entidades ambientalistas com assento no CONAMA. É porque a
1023 sociedade civil tem outras instituições também.

1024

1025

1026 **O SR. BRUNO LÚCIO SCALA MANZOLILLO (FBCN)** – Fala em cinco
1027 segmentos e um deles é a sociedade civil. Ela é composta por entidades
1028 ambientalistas e entidades trabalhadoras. ONGs é um apelido que se dá. O
1029 Flamengo e Mangueira é ONG. A Confederação é ONG, uma Organização Não
1030 Governamental sem fins lucrativos. Aqui no caso, a proposta é do segmento, é de
1031 alguma entidade do segmento da sociedade civil. Não é uma proposta de uma
1032 ONGs. Ou de todo...

1033

1034

1035 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Vamos usar
1036 o microfone, porque está sendo gravado a reunião, por favor. Se for caso, nós
1037 trocamos. Aqui no CONAMA nós sempre chamamos o segmento de sociedade
1038 civil. Aqui no CONAMA nós sempre chamamos dessa forma ou as entidades
1039 ambientalistas que representam a sociedades civil. Isso é que eu tenho ouvido. Eu
1040 estou dizendo o que sempre tem sido falado. Então, ficam com os representantes
1041 da sociedade civil. Se for o caso, nós podemos depois avaliar isso. Na próxima
1042 reunião nós melhoramos a forma de como se referir a esse segmento. Fazer uma
1043 consultoria jurídica. Marcelino, ICMBio.

1044

1045

1046 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBIO)** – Boa tarde a todos. A
1047 questão que eu trago é que nós temos para votação aqui com relação ao inciso II
1048 duas propostas. Uma proposta é de manter como está, que é a intervenção em
1049 unidades de proteção integral. Ou a proposta da sociedade civil, o segmento, da
1050 Mira-Serra, que é intervenção em unidades de conservação. O que ocorre? A
1051 proposta original, o inciso II de não poder considerar de baixo impacto quando
1052 intervir em unidades de conservação pode dar, se passar essa proposta, a leitura
1053 de que se você considerar de alto impacto essas intervenções, ela pode existir em
1054 unidade de proteção integral. Isso vai frontalmente de encontro ao SNUC. O
1055 SNUC não permite isso, até porque essas obras relacionadas têm parte e outras
1056 coisas. Então, ela vai contra. Cria um artefato jurídico dentro da Resolução do

1057 CONAMA. Como não posso aqui agora apostar qual seria das duas venha ser, e
1058 não posso arriscar que aquele inciso II de proteção integral passe para não criar
1059 esse artefato jurídico, o estudo apresente uma emenda de plenário de retirar esse
1060 inciso II da Resolução.

1061

1062

1063 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Pelo que eu
1064 entendi, complementando o que ele falou é que eu já tenho uma lei que regra
1065 aquilo que tem unidades de conservação. A partir do momento que eu trouxe isso
1066 para a Resolução eu causo uma confusão. É retirar porque esse assunto já está
1067 regulamentado na lei do SNUC. Correto? Então, nós temos três propostas. A
1068 original, do inciso em preto, o que eu li em primeiro lugar. A segunda que é a
1069 proposta da sociedade civil. E a terceira é de retirada do inciso II. Alguém deseja
1070 comentar ou eu procedo a votação? Se identifique no microfone, por favor.

1071

1072

1073 **O SR. GERMANO LUIZ GOMES VIEIRA (GOVERNO DO ESTADO - MINAS**
1074 **GERAIS)** – Somos favoráveis a terceira, já adiantando nosso voto, mas uma
1075 questão de formalidade, me parece que o inciso II era da proposta original. E nós
1076 aprovamos a proposta original. Então, na hora em que a senhora colocar em
1077 deliberação nós teremos que alterar a proposta original para excluir o inciso II.

1078

1079

1080 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Não. Nós
1081 aprovamos o texto base.

1082

1083

1084 **O SR. GERMANO LUIZ GOMES VIEIRA (GOVERNO DO ESTADO - MINAS**
1085 **GERAIS)** – O inciso II não estava no texto base?

1086

1087

1088 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Estava no
1089 texto base.

1090

1091

1092 **O SR. GERMANO LUIZ GOMES VIEIRA (GOVERNO DO ESTADO - MINAS**
1093 **GERAIS)** – Houve um requerimento para excluir o texto dois do texto base.

1094

1095

1096 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Deixa-me
1097 falar uma coisa. Quando nós aprovamos o texto base nós aprovamos o objeto
1098 geral da norma proposta. Nesse caso, nós tínhamos duas propostas de redação.
1099 Então, acho que cabe também a exclusão. Porque se eu tenho duas propostas de
1100 texto eu posso ficar com um ou com outra, ou ver que não é necessária nenhuma
1101 das duas. É esse o entendimento. Peço principalmente àqueles que são novos

1102 que sempre se identifique ao microfone para garantir a correta transcrição da
1103 reunião.

1104

1105

1106 **O SR. JORGE BICHARA NETO (FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DE MARABÁ) –**

1107 Me preocupa aquele inciso ali. E é essa questão da manutenção das linhas
1108 férreas, porque parece muito raro, mas não é. Eu vou dar um exemplo, da ferrovia
1109 do Maranhão a Carajás, no Pará. São mil quilômetros e passa por algumas
1110 reservas indígenas e floresta nacionais. Então, não é raro. Eu estou perguntando,
1111 Zilda, porque me parece que lá... Ontem eu fiz uma manifestação, com relação a
1112 capina química. Como é que nós vamos aceitar uma capina química dentro de
1113 uma reserva nacional, de uma floresta nacional? Como está sendo votado eu
1114 fiquei preocupado disso passar. Existem várias, pelo menos 200 quilômetros de
1115 área de floresta nacionais e reservas indígenas no trajeto da ferrovia Itaqui-Pará.

1116

1117

1118 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA) –** Deixa-me

1119 tentar esclarecer dúvida o que senhor levantou. Quando o órgão licenciador faz o
1120 controle da fiscalização daquela atividade, ele procede o licenciamento ele vai
1121 pegar, no carro de ferrovias, vai fazer uma leitura dessa norma de Resolução
1122 CONAMA. Além disso, ele vai se debruçar sobre as outras normas que dizem
1123 respeito àquela atividade. Então, assim, na hora que nós retiramos o texto, nós
1124 não estamos suprimindo o tema de análise. Porque como ele é objeto de uma lei,
1125 ele vai continuar sendo avaliado no âmbito daquela lei. O órgão municipal ou
1126 estadual ao licenciar tem que entender normas federais e estaduais e muitas
1127 vezes até municipais. Então, não com isso não sequer a supressão do assunto.
1128 Mas simplesmente não causar uma dúvida em relação a colocar nele numa rédea
1129 específica de caracterização de baixo impacto ambiental. Agora, a capina química
1130 nós vamos discutir quando chegar o momento que ela aparecer no texto. O senhor
1131 falou isso mesmo ontem na reunião preparatória. Podemos proceder a votação?
1132 Quem sabe nós invertamos a votação de uma maneira mais didática e começa
1133 com a proposta do ICMBio? De supressão do inciso II. Podemos votar assim? Só
1134 haver essa inversão, já que foi a última proposta. Então, começamos o seguinte,
1135 aqueles que são favoráveis à proposta do ICMBio de supressão do inciso II, ou
1136 seja, a proposta original e a proposta indicada pela sociedade se manifestem, por
1137 favor. Favoráveis a supressão do inciso II. 49 votos. Nesse caso, não vou pedir os
1138 contrários porque as outras são excludentes. Quem é a favorável a manutenção
1139 do inciso II, conforme consta o texto original em preto? Alguém se abstém da
1140 votação? Não. Então, todos concordaram. Beleza, desculpe a confusão. Então, foi
1141 aprovada a proposta do ICMBio de retirada do inciso II e o inciso seguinte terá que
1142 ser reenumerado. A próxima sugestão, Henrique, por favor. Aí nós temos na
1143 sequência uma sugestão de novos incisos. Vamos começar pela primeira
1144 sugestão. Nós estamos no inciso III listando aquelas atividades. Volta no caput de
1145 novo, Henrique, por favor, só para os conselheiros verem. Onde eu estou dizendo
1146 o que é baixo impacto ambiental que não impliquem em dois pontos. Então, há
1147 uma sugestão de parte da sociedade civil, das entidades ambientalistas da

1148 sociedade civil nesse Conselho, pode colocar, Henrique, de inserção o que não
1149 pode ser baixo impacto ambiental. O novo inciso intervenção e áreas da
1150 preservação permanente. Quer falar Lisiane? Eu vou ter que discutir um por um,
1151 porque implicariam em novos incisos, ou você quer fazer uma justificativa em
1152 bloco. Se identifica Lisiane.

1153

1154

1155 **A SRª. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA)** – Eu acho que não tem
1156 nem porque explicar, o nome já diz. Se há preservação permanente não pode ser
1157 baixo impacto.

1158

1159

1160 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Aline, por
1161 favor.

1162

1163

1164 **A SRª ALINE FIGUEIREDO FREITAS PIMENTA (MINISTÉRIO DOS**
1165 **TRANSPORTES)** – O art. 3º faz a classificação das obras de rotina,
1166 melhoramento e unidade de apoio, como pátio, estação de transbordo, dentro da
1167 faixa de domínio em uma ferrovia que já está operando, cuja grande maioria
1168 praticamente todas, a exceção de alguma, já dispõe de uma licença de operação
1169 emitida do IBAMA. E dentro dessa licença de operação você já tem quanto há
1170 intervenção em áreas de preservação permanente, inclusive uma SV emitida.
1171 Então, não é esse critério para definir essa obra como de significativa impacto. Por
1172 isso, que a nossa proposta é a manutenção do texto original.

1173

1174

1175 **A SRª SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (IBAMA)** – Só para ficar
1176 bem esclarecido, no *caput* está fazendo referência aos incisos, não é Aline?
1177 Incisos VI, X e XII, não é qualquer obra.

1178

1179

1180 **A SRª ALINE FIGUEIREDO FREITAS PIMENTA (MINISTÉRIO DOS**
1181 **TRANSPORTES)** – Isso. Na verdade, o art. 2º que traz os incisos com os
1182 conceitos e as definições é que especifica as obras que eu acabei de citar. O
1183 inciso VI, X e XII. O VI é unidade de apoio. O X é rotina. E XII é melhoramento. E
1184 tem também no anexo da Resolução que tipo de obra que são. Há uma descrição,
1185 uma exemplificação desse tipo de obra. Então, não é o fato da intervenção na a
1186 APP que define essa obra como dentro da faixa de domínio de uma ferrovia que
1187 está operando com LO.

1188

1189

1190 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Patrícia
1191 Boson, CNT.

1192

1193

1194 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Primeiramente, nós
1195 temos uma Resolução CONAMA com a admissibilidade de intervenção em áreas
1196 de preservação permanente. Então, não é ato único. A área de preservação não é
1197 algo autoexplicativo, porque o próprio CONAMA já disse que não é. Esse é o
1198 primeiro ponto. Segundo ponto, é aí vale para todos, por isso que até eu falei que
1199 talvez pudesse ser discutido com todos, que talvez nós vamos, Aline tentou falar,
1200 vou tornar a repetir. Nós estamos falando de obra de manutenção. Então, a linha
1201 férrea já existe. Se ela passou por área de preservação permanente ela já está lá,
1202 ela já existe. Nós não estamos falando de nenhuma intervenção que vai além do
1203 que já está posto, do que está licenciado, de que já foi e já vai. Ela não vai além
1204 disso. Não vai crescer aquela área que já está posta. Então, se por algum motivo
1205 passou por uma área de preservação permanente provavelmente o licenciamento
1206 implicou em medidas compensatórias e em medidas mitigadoras. E não há de ser
1207 o fato de operar o que já houve, o que já ocorreu, que vai impedir. Porque não é,
1208 repito, ação que vai além daquela área que foi formalmente licenciada com
1209 medidas mitigadoras. Então, isso vale para todos os outros incisos, não só para
1210 esse. Para todos os outros incisos. A imenso da questão da Mata Atlântica que ao
1211 mesmo tempo. Porque tem lei, e aí não precisaria sair por isso, porque tal como
1212 foi dito pela questão das áreas de unidades de conservação, a Mata Atlântica
1213 também tem uma lei própria que independente de ser de grande porte, pequeno
1214 porte, isso não importa, ela tem que seguir os comandos da atual lei sobre a
1215 preservação da Mata Atlântica. Obrigada.

1216
1217

1218 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Lisiane.
1219 Desculpe, eu troco o seu nome.

1220
1221

1222 **A SR^a. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA)** – Prezada Conselheira,
1223 autoexplicativo já existe na legislação então não requer que eu explique
1224 novamente, por isso é autoexplicativo, por isso que eu me referi preservação
1225 permanente. Se vamos olhar bem a ementa vamos ver que não é sobre o que já
1226 existe não. É sobre licenciamento ambiental de empreendimento ferroviários de
1227 baixo potencial de impacto ambiental e a regularização. Então, está previsto os
1228 novos sim.

1229
1230

1231 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** –
1232 Regularização daquilo que já está operando.

1233
1234

1235 **A SR^a. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA)** – Dá licença que eu estou
1236 usando a palavra. Porque nós passamos por essa experiência quando foi para
1237 aeródromos, aeroportos e também para rodovias. E sobre o que falar sobre o art.
1238 6º que é só unidade de apoio, cabe lembrar também só na unidade de apoio
1239 também tem postos de abastecimento. Então, essa só unidade de apoio pode

1240 parecer que é uma coisa pequena, mas também tem postos de abastecimento que
1241 aí tem uma Resolução do CONAMA que trata disso. Então, por isso a precaução
1242 com as áreas de preservação permanente. Diz que nessas áreas de preservação
1243 permanente se nós não colocarmos aqui também elas estarão propensas a ter
1244 postos de combustíveis, entre outros que estão listados como unidades de apoio.
1245 É só para esclarecer.

1246

1247

1248 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Aline,
1249 Ministério dos Transportes.

1250

1251

1252 **A SR^a ALINE FIGUEIREDO FREITAS PIMENTA (MINISTÉRIO DOS**
1253 **TRANSPORTES)** – Só para registrar. Em relação a postos, tem uma proposta do
1254 Ministério dos Transportes que foi discutida na reunião de pareceristas e na
1255 prévia. Entendo que houve consenso para que postos sejam regidos pela
1256 Resolução CONAMA 273. Então ninguém vai tratar de licenciamento de postos de
1257 combustível especificamente nessa Resolução, e sim a 273. Quando chega lá no
1258 inciso que cita de postos, a proposta do Ministério dos Transportes já está no
1259 texto.

1260

1261

1262 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Patrícia
1263 Boson. Tem mais alguém inscrito ou não? Patrícia.

1264

1265

1266 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Realmente a questão
1267 dos postos de abastecimento não é pequeno, tanto assim que o artigo remete à
1268 Resolução CONAMA que tem que se regularizar de acordo com a Resolução
1269 CONAMA e não de acordo com que está aí. Segunda questão, é que
1270 regularização. Nós não regularizamos nada novo, nós regularizamos o que é
1271 velho. O que é novo vai entrar no processo de licenciamento. Nós só
1272 regularizamos o que já existe. Existe uma coisa, essa coisa não está regularizar e
1273 aí você precisa de regularizar essa questão. Então, só estou repetindo isso porque
1274 vale para todos os outros incisos, apenas para não ter que voltar aqui para todos
1275 os incisos. O que eu estou dizendo vale para todos os incisos. Os novos incisos. A
1276 Mata Atlântica que pode ficar ali ou não, porque não é isso que vai dar a
1277 obrigatoriedade da observação posta. O dá a obrigatoriedade da observação
1278 posta aí é a Lei da Mata Atlântica, não é estar aí. Então, por isso que a questão da
1279 Mata Atlântica nós nem discutimos porque realmente a lei impõe isso,
1280 independentemente de baixo impacto ou pequeno impacto.

1281

1282

1283 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Só
1284 complementando. O *caput* do art. 1º e ementa já fala, em empreendimentos e
1285 regularização de empreendimento em operação, não são novos

1286 empreendimentos. Ela já trata de empreendimentos em operação. Fala no art. 1º e
1287 no *caput*. Eu acabei de ler. Coloco lá, por favor, Henrique. Ler o final.
1288 “Regularização de empreendimentos em operação”. Está bem claro não final do
1289 *caput* do art. 1º. Lisiane, por gentileza, se você deseja falar usa o microfone para
1290 que seja gravado, se não compromete a transcrição.

1291

1292

1293 **A SRª. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA)** – Eu não sei onde está
1294 havendo o problema. Eu estou vendo aqui na ementa: “Dispõe sobre o
1295 licenciamento ambiental de empreendimentos ferroviários de baixo potencial de
1296 impacto ambiental e a regularização dos empreendimentos em operação.” “E” é
1297 uma construção aditiva. “E”. Não é “de”. É “E”. “Licenciamento ambiental de
1298 empreendimentos e a regularização dos empreendimentos.” Vai me desculpar.
1299 Tem problema de português aqui, porque nós temos o licenciamento ambiental de
1300 empreendimentos ferroviários de baixo impacto, que tem toda a licença feita e a
1301 regularização dos empreendimentos em operação. Nós temos dois tipos aí:
1302 licenciamento ambiental de empreendimentos ferroviários e aquele de
1303 regularização dos empreendimentos em operação. Então, nós temos um problema
1304 aí de português, porque a ementa diz que são duas coisas. “E” é aditivo, gente.
1305 Não é “ou” e nem “de”, que está acrescentando.

1306

1307

1308 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Aline, por
1309 favor, do Ministério dos Transportes.

1310

1311

1312 **A SRª ALINE FIGUEIREDO FREITAS PIMENTA (MINISTÉRIO DOS**
1313 **TRANSPORTES)** – Somente outro esclarecimento: a Resolução trata de atividade
1314 de baixo impacto e regularização ambiental. Nós estamos falando de atividades de
1315 rotina dentro das ferrovias que já estão operando. E como eu disse, é um fato que
1316 todas as ferrovias em operação já dispõem de licença de operação, à exceção de
1317 uma, que está em vias de, tem um prazo, previsão de o IBAMA emitir a licença de
1318 operação. Então, e adicionalmente o Art. 3º, nós não estamos falando de dispensa
1319 de qualquer natureza, nós estamos dizendo que simplesmente essas atividades
1320 de rotina de manutenção elas passarão por um procedimento de licenciamento
1321 simplificado. Então, de uma forma ou de outra, todos os cuidados e critérios e a
1322 licença ambiental para esses empreendimentos serão emitidas. Ou já existem ou
1323 serão emitidas, por meio de um procedimento de licenciamento simplificado. É o
1324 que a Patrícia colocou. Esta é a mesma justificativa para todos os demais incisos.

1325

1326

1327 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Eu vou
1328 proceder à votação. Eu acho que já houve esclarecimentos suficientes. Eu peço
1329 que aqueles que são contrários à inserção desse novo inciso, se manifestem, por
1330 gentileza. Aqueles que são contrários à inserção desse novo inciso: “Intervenção
1331 em áreas de preservação permanente.” 20. 14. 15. Já contou a Suely? 16. 46

1332 votos favoráveis. Perdão. Votos contrários à inserção. Aqueles que são favoráveis
1333 à inserção desse novo inciso. 7 votos favoráveis. 8 votos favoráveis à inserção do
1334 novo inciso. Abstenções? 2. 3. 4. 4 abstenções. Então, foram 36 contrários, 8
1335 favoráveis e 4 abstenções. Então, o inciso não será inserido no Art. 3º. Desculpem
1336 a redundância. O novo inciso, então, eu acredito que ele segue a mesma lógica de
1337 raciocínio. Eu vou proceder à votação: “Corte e supressão de vegetação primária
1338 em estágio avançado no bioma Mata Atlântica. Você quer falar? Por gentilha. Se
1339 identifique ao falar.

1340

1341

1342 **O SR. MAJOR PM JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG)** – É uma
1343 proposta de correção, porque o termo como está aí ele teve uma incorreção.
1344 “Código de Inspeção de Vegetação Primária.” Vegetação primária não tem estágio
1345 de sucessão. Então, ela está no seu clímax total. Então, ficaria... A proposta é:
1346 “Corte e supressão de vegetação primária e secundária, em estágio avançado de
1347 regeneração do bioma de Mata Atlântica.” É assim também que está na Lei da
1348 Mata Atlântica. É só uma correção técnica do texto.

1349

1350

1351 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigada.
1352 Dra. Suely, por favor.

1353

1354

1355 **A SRª SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (IBAMA)** – Só uma
1356 manifestação específica sobre Mata Atlântica, porque, de forma diferente da UC,
1357 aquela primeira... É melhor deixar só regulando na Lei do SNUC para não parecer
1358 que está autorizando a intervenção. Eu não vejo nenhum problema em fazer a
1359 referência à legislação da Mata Atlântica aqui. Eu não estou tendo porque isso não
1360 pode estar na Resolução. Qual é a defesa de isso ficar só na Lei da Mata Atlântica
1361 e não constar na Resolução? É porque eu ouvi que é o mesmo raciocínio da APP.
1362 Tanto faz colocar ou não? Mas não tem posição contrária...? A manutenção
1363 também na está afetando ninguém. Mas está na Lei e pode estar na Resolução
1364 para não dar dificuldade de interpretação, não?

1365

1366

1367 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Alguns
1368 casos a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, normalmente ela é contrária a
1369 que se repita dispositivos que já se encontram na lei. Muito raramente, algo que
1370 está em outra norma, permanece com uma conotação didática do assunto, mas é
1371 aquilo que eu já falei no início, porque já está na outra lei não quer dizer que esta
1372 Resolução ou o licenciamento ambiental não tenha que atender. Seria uma
1373 repetição do que já está na Lei. Lisiane quer a palavra?

1374

1375

1376 **A SRª. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA)** – Permita-me discordar.
1377 Eu acho que nós temos sim, que é uma questão até de divulgação da própria lei.

1378 Nós já perdemos os considerandos várias vezes. Nessa, de novo nós temos
1379 considerandos. Eu sou funcionária municipal, faço licenciamento tem pouco
1380 tempo, trabalho na área municipal há 25 anos, e nós sabemos quem está
1381 trabalhando no município, e isso aqui vai valer para município, como é difícil para
1382 o servidor público estar olhando todas as leis possíveis e imagináveis que possam
1383 estar atreladas a uma resolução. A Resolução vai ser olhada lá e nós vamos pelo
1384 final. É o que tem tempo. Vamos pela última que regra: “É empreendimento
1385 ferroviário, opa, tem uma Resolução.” Aí vai para a Resolução. Aí não tem
1386 considerandos. Nós devemos considerar a Lei da Mata Atlântica. Nós temos que
1387 considerar a Lei do SNUC. Não tem nada no considerando. Aí o servidor é recém
1388 concursado, às vezes o servidor é o único licenciador, ele vai atender casos de
1389 animais, vai atender casos de flora, ele é o único na prefeitura, e aí vai se lembrar
1390 de todas as leis? É interessante que tenha aqui pelo menos os pontos mais
1391 básicos que lembrem, e é uma questão não só didática, ela é também uma
1392 questão de divulgação. Nós temos que divulgar o pouco que nós temos de Mata
1393 Atlântica. Então, se não faz mal nenhum, por gentileza, faz muito bem por outro
1394 lado, porque vai dar mais segurança para o técnico, ele vai buscar mais
1395 informações. E aquele que desconhece que existe uma lei... E eu conheço casos
1396 de prefeitura que até prefeito não conhece a Lei de Mata Atlântica, ele vai pelo
1397 menos se instruir e buscar mais informações, então. Se não faz mal, pelo outro
1398 lado, faz muito bem.

1399

1400

1401 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Está inscrita
1402 a Conselheira Patrícia Boson. O senhor também está inscrito.

1403

1404

1405 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Dra. Suely, nós não
1406 vamos aqui defender se faz mal ou se faz bem, se é didático ou não. Está na lei e
1407 não é não estar aí que vai desobrigar. Eu só peço a reflexão de todos, pelo
1408 seguinte: uma resolução CONAMA que diz que a questão da manutenção das
1409 ferrovias não pode ser considerada de pequeno porte por conta disso, vai dar a
1410 impressão de que tem coisa que pode. E nada pode. Então, é só isso, mas não
1411 vou questionar. Se as pessoas querem ser didáticas, querem chamar atenção e
1412 fazer do CONAMA um *marketing* das leis, tudo bem, não tem nenhum problema.
1413 Eu só peço para, já que estamos na linha do ser didático e pedagógico, que
1414 mensagem dar na medida em que você faz uma exceção em uma resolução
1415 CONAMA para uma ação que, na verdade, não é exceção alguma. Nada pode ser
1416 considerado de baixo impacto de acordo com a Lei, não só manutenção e a
1417 questão das ferrovias não. Nada. Mas na hora da votação, inclusive, nós vamos
1418 até nos abster porquê...

1419

1420

1421 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Pode dá a
1422 entender que as outras coisas podem.

1423

1424 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Efetivamente, na prática,
1425 não vale. Só porque, como foi feito o apelo pedagógico, eu estou aqui contra-
1426 comentando com o mesmo apelo pedagógico. Nós vemos deseducar e não
1427 educar.

1428

1429

1430 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Eu fico um
1431 pouco preocupada se nós usamos recorrentemente... Desculpe. Ele pediu a
1432 palavra antes?

1433

1434

1435 **A SR^a. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA)** – Só colocando que existe
1436 exceção sim, Patrícia, para qualquer obra em estágios que a Lei proíbe, a
1437 princípio, mas existem exceções na Lei também. Na própria Lei existem exceções.
1438 Então, temos que deixar claro que aqui nem nessas exceções vai ser possível,
1439 mas a Lei diz que tem exceções sim para esse caso de vegetação avançada e
1440 secundária em estágios avançados, aliás, primária e secundária em estágio
1441 avançado.

1442

1443

1444 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Demerval
1445 da Casa Civil.

1446

1447

1448 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA**
1449 **REPÚBLICA)** – Boa tarde. Demerval da Casa Civil. Eu não sou nenhum
1450 especialista no tema, mas apesar da ementa da Resolução tratar de dois temas,
1451 que é licenciamento de baixo impacto, dentro da faixa de domínio e regularização
1452 ambiental, o art. 3º, salvo engano, só trata de licenciamento de baixo impacto.
1453 Então, não estamos falando de regularização ambiental. Não é coisa nova. E aí,
1454 pergunto aos especialistas, que são vocês: “Existe supressão de vegetação
1455 primária em faixa de domínio de empreendimento já licenciado?” A faixa de
1456 domínio já foi licenciada. Quando eu licenciei o empreendimento, quando ele é
1457 *green field*, perfeito, aí vale a Lei da Mata Atlântica, perfeito, mas o
1458 empreendimento já foi licenciado, a faixa de domínio já foi licenciada, e existe
1459 supressão de vegetação primária dentro da faixa de domínio? É só um
1460 questionamento. Obrigado.

1461

1462

1463 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Por favor,
1464 Mário.

1465

1466

1467 **O SR. MÁRIO STELLA CASSA LOUZADA (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – A
1468 questão pedagógica, ela tem que ser, como a Conselheira disse, ela tem que ser
1469 muito bem considerada, a pedagogia tem que ser bem aplicada. A Conselheira

1470 que agora há pouco falou aqui, dos municípios... Eu já fui gestor do micro
1471 município e agora fui promovido, estou em Cachoeira do Itapemirim, que é um
1472 pouquinho maior, e é pequeno ainda. Tem muito município que não conhece
1473 legislação, tem muito empreendedor que não conhece, muitos gestores estaduais,
1474 e tem muita ONG que não conhece também. Então, não é só município não.
1475 Quando formos citar aqui, nós temos que citar com muito cuidado porque prefeito
1476 e município não ser conhecedor de lei não pode ser argumento para que alguma
1477 coisa seja colocada em alguma resolução. Os municípios têm um belo papel, que
1478 estão desempenhando, apesar das bordoadas que toma de cima para baixo. Nós
1479 estamos no meio de um fogo cruzado agora, e isso não soma absolutamente nada
1480 para uma lei geral que está vindo aí. Muito pelo contrário, isso é um desdiscurso.
1481 Isso acaba... Isso prejudica. Esse discurso, eu não aceito ele não. Obrigado.

1482

1483

1484 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Por
1485 gentileza. Eu tenho mais um inscrito, e depois nós vamos proceder a votação.

1486

1487

1488 **O SR. JORGE BICHARA NETO (FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DE MARABÁ)** –
1489 Uma expressão da senhora Patrícia me chamou atenção. Nós estamos há 20
1490 anos lutando e a passos de jabuti por causa de muitas concessões que foram
1491 feitas, tanto em nível municipal, estadual e federal. Então, nunca é demais nós
1492 colocamos. Então, não somos contra. Vamos só reforçar, ratificar a questão da lei.
1493 Agora, uma coisa que me chamou atenção, senhora Patrícia é que eu não vi lá...
1494 Eu sou médico... E os outros também... Ninguém deixou os seus afazeres para vir
1495 aqui fazer graça, como a senhora tentou dizer. Esse foi o meu entendimento. Se
1496 não foi esse... Que nós queremos aparecer. E cada um que faça o seu raciocínio.
1497 Eu protesto contra essa expressão.

1498

1499

1500 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Vamos
1501 proceder à votação? Continuo votando da mesma maneira, como eu propus no
1502 inciso anterior. Aqueles que são... Há uma proposta de inciso, que foi apresentada
1503 pela Sociedade Civil e tem uma emenda de Plenário da CNCG. Primeiramente, eu
1504 peço a votação daqueles que são contrários à inserção desse novo inciso. Os
1505 votos contrários ao novo inciso. 20. Quantos, João? Suely, levanta a mão. 20 com
1506 12, 32. 32 votos contrários. Votos favoráveis? Ao novo inciso. Eu sei. Eu estou
1507 entendendo que seria o novo inciso, com a correção que foi feita no Plenário.
1508 Correto? Então, favoráveis ao novo inciso, com a correção que foi feita pela
1509 CNCG. Quantos, João? Favoráveis. 4 aqui. 15 votos. Abstenções? 2 abstenções.
1510 Então, o inciso não foi aprovado. Nenhum dos dois, naturalmente. O novo inciso:
1511 “Abrigar espécies da flora e da fauna silvestre ameaçadas de extinção no território
1512 nacional, em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados e a
1513 intervenção ou parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies.”
1514 Eu acho que está faltando uma palavra aqui. “Abrigas espécies da flora e da fauna
1515 ameaçadas de extinção em território nacional ou em âmbito estadual, assim

1516 declarados pela União e a intervenção ou parcelamento...” “Se a intervenção ou
1517 parcelamento puserem em risco”. O “puserem em risco”, o tempo verbal não está
1518 correspondendo...

1519

1520

1521 **A SRª. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA)** – Na realidade, você teria
1522 que fazer a retificação e retirar a “intervenção e parcelamento.” Só se puser em
1523 risco... A proposta é retirar a “intervenção” ou o “parcelamento.” Já que eu estou
1524 aqui, posso explicar qual é a intenção? Eu posso defender?

1525

1526

1527 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Sim. Claro.

1528

1529

1530 **A SRª. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA)** – Então, retirando, ficaria
1531 assim: “Abrigar espécies da flora e da fauna silvestres, ameaçadas de extinção,
1532 em território nacional em âmbito estadual, assim declarada pela União e pelos
1533 Estados, se puserem em risco a sobrevivência dessas espécies.” Bom, em
1534 primeiro lugar, eu vou pedir desculpas ao representante que falou há pouco
1535 tempo. Não foi em nenhum sentido de querer denegrir a imagem de Município,
1536 Estado e União, pelo contrário. Eu sou funcionária pública, com muito orgulho.
1537 Sou concursada há 25 anos. Trabalho para caramba no meu município. Eu sou,
1538 inclusive, autora de vários planos municipais, dentro da minha atuação como
1539 profissional concursada. Eu só queria registrar realmente que existe
1540 desconhecimento. De nenhuma forma essa foi uma... É a mesma explicação para
1541 essa. Eu estou repetindo. Não foi, de nenhuma forma, de denegrir ninguém, mas
1542 pelo contrário, de ajudar os meus colegas que estão em municípios e estão na
1543 mesa situação que eu. Então, se ficou mal colocada, eu peço desculpas, mas a
1544 intenção é de ajudar os meus colegas que passam pelas mesmas dificuldades que
1545 eu vejo, parceiros meus, novos concursados entrando, que ficam perdidos. E
1546 como nós somos mais antigos na Casa, para não dizer mais velhos, nós somos
1547 mais antigos na Casa, nós ficamos ajudando. Então, nós sabemos qual é a
1548 dificuldade enfrentada pelo técnico, pelo profissional da prefeitura. Então, foi
1549 nesse sentido. Então, eu peço desculpas, se pareceu que fosse algo diferente.
1550 Então, nessa proposta nova, de novo inciso, ao contrário também do que foi falado
1551 se existiria vegetação primária em área de domínio, eu vou dizer que existe sim, é
1552 só olhar o Google Earth, vai ver que no Paraná tem, na faixa de domínio, tem
1553 áreas com vegetação primária ou estágio secundário avançado. Existe sim. No
1554 caso dos animais, fica pior porque se fazem corredores. Então, o animal não fica
1555 parado que nem a árvore. No caso de bugios, por exemplo, que é uma espécie
1556 ameaçada de extinção, que está bem falado no cenário midiático, os bugios têm
1557 corredores, eles têm áreas de uso. Então, eles não ficam grudados na árvore. Eles
1558 não ficam parados naquela árvore. Eles fazem um deslocamento em determinada
1559 área. Isso é um dos vários exemplos que eu posso citar, como está em moda hoje
1560 o bugio. Então, nesse sentido é que nós pedimos uma maior atenção para a
1561 fauna, porque essa é mais esquecida ainda do que a floresta. Se a Mata Atlântica

1562 e a Amazônia, que ainda assim está mais conhecida do que a Mata Atlântica, os
1563 fragmentos que restou dela, não são tão conhecidas o que dirá a fauna. Então, por
1564 isso salientar que existe fauna, existe vida que fica parada, que existe uma vida
1565 silvestre que nós devemos considerar na hora de intervenção. E vou dizer mais: a
1566 intervenção aqui pode ser até qualquer coisinha básica que tenha que... Não
1567 precisa nem ser um posto de combatível, mas qualquer uma... Vou citar aqui, por
1568 exemplo, uma usina de tratamento de dormentes. Isso prejudica determinadas
1569 espécies, se essas espécies estiverem constantes na lista temos que ter cuidado
1570 porque às vezes um barulho, às uma quantidade de operários se descolocando,
1571 ou esses operários adentrando a mata para fazer outras coisas, isso aí sim tem
1572 que ser levado em consideração e por isso não poderia ser considerado aqui
1573 como de baixo impacto, teria que ter outro procedimento. É proibido, mas teria que
1574 ter outro procedimento.

1575

1576

1577

1578

1579

1580

1581

1582

1583

1584

1585

1586

1587

1588

1589

1590

1591

1592

1593

1594

1595

1596

1597

1598

1599

1600

1601

1602

1603

1604

1605

1606

1607

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA) – Isso foi devidamente justificado. Então, estou entendendo que como foi uma proposta de correção de redação, nós vamos proceder a votação da proposta que acabou de ser apresentada pela Mira Serra, que é só uma correção de redação. Havia uma confusão na redação anterior. Aqueles que são... O inciso novo, de qualquer forma, não havia na redação original, aqueles que são contrários à inserção desse novo inciso, por favor, se manifestem. Aqueles que são contrários ao novo inciso se manifestem. 17... 10... 27 votos contrários. Favoráveis, por gentileza. 3 do lado de cá, 3 mais 11, 14. Abstenções? Uma abstenção. Você é abstenção também? 2. Vai ser suprimido essa nova proposta de inciso. O novo inciso intervenção física em cavidades naturais subterrâneas, de acordo com os limites estabelecidos na legislação vigente. Vamos proceder a votação? Aqueles que são contrários ao novo inciso, por gentileza se manifestem. 21. 29? 31. Os que são favoráveis ao novo inciso? 3 do lado de cá. 11 Favoráveis. Abstenções? Uma, duas. Três abstenções. Quatro abstenções. O pessoal está tímido, está levantando a plaquinha muito baixo. Aí ficamos aqui confusos se alguém está só mexendo com ela. Novo inciso... Ampliação de postos de abastecimento acima de pequeno porte. Tem uma proposta de ementa que não é exatamente aqui. Não é isso? Esse aqui eu acho que não entraria, há uma proposta de ementa ao texto que se remete à 273, mostra aí rapidamente, Henrique. Eu só antecipei, Lisiane. Só para ele mostrar a proposta que foi feita no art. 5º.

A SR^a. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA) – A proposta foi enviada por e-mail, só fui ver ontem à noite. Então, se ficar, se for aprovada. Então, nós vamos retirar essa proposta do pequeno porte, esse novo inciso. Se ficar porque até agora não foi aprovado. Não foi aprovada ainda a inserção.

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA) – Na hora que formos votar a inserção do novo artigo, nós deixamos esse em suspenso.

1608 Pode ser? Então, tem mais um inciso, deixa esse só. Incidência da atividade no
1609 mapa das áreas prioritárias para biodiversidade nas categorias extremamente alta,
1610 muito alta e alta importância. Lisiane, se fosse você já ficava de pé ali na parede.

1611

1612

1613 **A SR^a. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA)** – Bom, essa que ficou pior
1614 ainda porque o mapa das áreas prioritárias é uma Portaria do Ministério do Meio
1615 Ambiente, uma Portaria de 2007, Portaria 9/2007. Então, essa aí passa batido, se
1616 a lei da Mata Atlântica tem gente que não conhece ainda, ou só ouviu falar e não
1617 conseguiu interpretar, às vezes conhece, mas não consegue interpretar, essa das
1618 áreas prioritárias, então, é mais desconhecida ainda. E nós pedimos, então, uma
1619 especial atenção, já que não é lei, não é Resolução, é uma Portaria, que ela é
1620 renovada e está no site, ela é oficial, é uma Portaria Ministerial, nós pediríamos
1621 que considerassem, por favor, a inclusão desse artigo, desse inciso, como uma
1622 maneira também de chamar atenção que nós temos essas áreas prioritárias para
1623 conservação e repartição dos benefícios, não é só para conservação não, é para
1624 repartição dos benefícios, então, não é só a questão de manter a biodiversidade, é
1625 uma questão de repartir os benefícios para outros da coletividade.

1626

1627

1628 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Patrícia
1629 Boson.

1630

1631

1632 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – É só para reforçar que
1633 não se trata de novo empreendimento. É dentro da faixa de domínio. A repartição
1634 já foi feita, se caso passou sobre essas questões, é uma faixa de domínio como foi
1635 tirada a fotografia, está lá a estrada, aquilo já pertence à ferrovia, já é dela aquela
1636 área. Nós estamos falando de uma área que já é da ferrovia, já entrou na
1637 concessão, já é dela, já faz parte dela, ela já é dona daquele pedaço, é disso que
1638 nós estamos falando. Nós não estamos falando em nada além dessa faixa de
1639 domínio, absolutamente nada, nós estamos falando dentro da faixa de domínio. É
1640 só para os senhores terem segurança do que nós estamos falando, porque fica
1641 parecendo quando parece uma questão dessas que nós estamos aqui
1642 irresponsavelmente fingindo que não sabemos que tem essa questão. Não é isso.
1643 Nós estamos falando dentro da faixa de domínio. Obrigada.

1644

1645

1646 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Lisiane.

1647

1648

1649 **A SR^a. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA)** – Bom, se elas são
1650 antigas, como insiste em dizer, mesmo que sejam antigas, elas são anteriores à
1651 2009, então, nós temos que... Quando nós formos fazer, por exemplo, o que diz
1652 na alínea B, obras de transposição de linha férrea, obras relacionadas a... Obras
1653 emergenciais, situações imprevisíveis de colapso, em situações associadas à

1654 eventos de natureza, sobre subestações elétricas de comunicação. Isso são tudo
1655 que está previsto para poder fazer como pequeno impacto. Então, sim, nós temos
1656 que considerar essas áreas porque elas são 2007 e se são só obras anteriores,
1657 antigas, são anteriores a 2007, então, nós temos que considerar sim essas áreas
1658 prioritárias. Então, no meu entendimento eu peço desculpas pela minha falta de
1659 visão, mas eu continuo vendo dois tipos de licenciamento na ementa e na minuta,
1660 mesmo que seja já feita só para essas atividades de pequeno porte, eu continuo
1661 vendo dois licenciamentos. De toda maneira, considerando que seja só um para
1662 obra preexistentes, já existe regularização, vamos deixar aqui só regularização,
1663 regularização, essa questão do mapa de áreas prioritárias ela sim é relevante,
1664 apesar de ser só para regulamentação. A Patrícia não escuto daqui, mas dentro
1665 do que você colocou aqui dentro, no microfone, ainda assim cabe. Cabe sim.

1666
1667

1668 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Eu continuo
1669 achando que regularização e o baixo impacto dentro daquilo que já está operando.
1670 É esse o entendimento que tenho da Resolução. É definição de baixo impacto
1671 dentro daquilo que já está operando. Vamos proceder a votação? Aqueles que são
1672 contrários ao novo inciso, por favor, se manifestem. 31 Contrários. Favoráveis, por
1673 gentileza. 13. Abstenções? 3. 3 abstenções. Então, o inciso não foi aprovado.
1674 Vamos tentar avançar só um pouquinho, não falta muito, está todo mundo com
1675 fome, mas vamos lá. Uma nova proposta de parágrafo no art. 5º, é uma proposta
1676 da sociedade civil e as entidades ambientalistas que representam a sociedade
1677 civil, novo parágrafo. Deverá ser apresentado estudo de risco próprio, conforme
1678 termos de referência emitido pelo órgão licenciador da malha ferroviária,
1679 empreendimento cuja ampliação de postos de combustível esteja acima dos
1680 padrões de dispensa de licenciamento ou da incorporação a LO malha ferroviária
1681 licenciada por ente federativo distinto. Lisiane. Acho que isso está naquela outra
1682 proposta que nós vamos remeter isso à 273. É o meu entendimento, não sei.

1683
1684

1685 **A SRª. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA)** – Aqui é o mesmo caso,
1686 porque, como recebi ontem só essa proposta de inciso, nós vamos retirar essa
1687 proposta em função da aprovação.

1688
1689

1690 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Do
1691 resultado da outra. Perfeito. Então, nós deixamos em suspenso, junto com o outro.
1692 Pode passar Henrique. Está acabando, só mais um pouquinho, gente. Consenso
1693 de pareceristas é uma correção redacional. Os pedidos e processos de
1694 regularização ambiental deverão ser instruídos com. Ao invés de licenciamento
1695 ambiental corretivo, que era a redação original. Podemos votar? É uma correção
1696 do texto. Aqueles que são favoráveis à proposta, por favor, se manifestem agora.
1697 24. 24 e 29? 53. Contrários. Nenhum voto contrário. Abstenções. Nenhuma
1698 abstenção nesse caso. Obrigada. Próximo. Há uma recomendação da CTAJ em
1699 relação à definição do prazo de licenciamento ambiental. É uma emenda... Já tem

1700 uma emenda? Cadê a emenda do MMA em relação ao prazo do licenciamento
1701 ambiental? Vamos lá. Eu que apresento? Está bom. Então, a proposta, você vai
1702 colar, Henrique? A proposta do MMA é uma proposta para atender esse pedido da
1703 CTAJ que será lido a seguir. Assim que o Henrique fizer o corta e cola. A
1704 regularização ambiental de que trata esse artigo aplica-se somente aos
1705 empreendimentos ferroviários em operação até o dia 22 de julho de 2008. Isso é
1706 uma sugestão da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente em relação
1707 ao Código Florestal. Suely quer falar? Suely, por favor.

1708

1709

1710 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (IBAMA)** – Essa data é
1711 usada pela Lei Florestal, mas, na verdade, a Lei Florestal usou a data, 22 de julho
1712 de 2008 é a data do Decreto 6.514 que regulamentou a Lei de Crime Ambientais.
1713 E esse parâmetro de data está sendo usado em geral para a questão das
1714 regularizações. Inclusive, na proposta da Lei de Licenciamento que nós estamos
1715 trabalhando também estamos usando essa data. Se você dá uma padronização,
1716 senão você não consegue nem... regulariza o licenciamento, mas não a parte de
1717 vegetação, então, começa a complicar, nós temos defendido a padronização
1718 dessa data para efeito de licenciamento corretivo, para regularização ambiental.

1719

1720

1721 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Você quer
1722 falar Patrícia? Obrigada Suely, pelo esclarecimento.

1723

1724

1725 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – É só redação. Porque
1726 tem início quando, eu não entendi o que quer dizer operação até. Dá um exemplo
1727 prático, para eu saber.

1728

1729

1730 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (IBAMA)** – Já estava
1731 operando no dia 22 de julho de 2008.

1732

1733

1734 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Antes disso não?

1735

1736

1737 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (IBAMA)** – Já estava. É
1738 até.

1739

1740

1741 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Em
1742 operação até 22 de julho.

1743

1744

1745 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (IBAMA)** – Que iniciou
1746 operação, no dia 22 de julho estava operando. Tem outra forma de redigir? Podem
1747 propor. Tem iniciado a operação... Que tem iniciada a operação até 22. Melhora?
1748 Que já se encontrava em operação em 22 de julho de 2008. Acho que fica bem
1749 claro.

1750

1751

1752 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** –
1753 Conselheiro, por favor.

1754

1755

1756 **O SR. HEATCLIF HORING (GEBIO)** – A título de esclarecimento, também, eu vi
1757 que foi usada a data base lá que teve do Código Florestal, a Lei de Crimes
1758 Ambientais que teve a alteração, e ssa data ali que dali para trás....

1759

1760

1761 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Está
1762 relacionada ao Código Florestal, mas isso é a data da... Isso. Regulamentação da
1763 Lei de Crimes Ambientais.

1764

1765

1766 **O SR. HEATCLIF HORING (GEBIO)** – Isso. A minha dúvida, assim, fora isso vai
1767 se aplicar para todos os locais? Porque toda, a mesma data de lei de crimes.
1768 Então, independente do local onde seja vai usar essa data de referência?

1769

1770

1771 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (IBAMA)** – É uma
1772 referência para fins de... O procedimento de regularização tem uma série de
1773 simplificações. Você adota essa flexibilização para os empreendimentos que já
1774 operavam nessa data. Coisas mais recentes que tiverem que ser regularizadas
1775 vão ser regularizadas seguindo todos os trâmites normais. Essa é a questão. O
1776 procedimento corretivo, o procedimento de regularização ambiental no
1777 licenciamento tem uma série de flexibilizações. É isso. Mas é em qualquer local do
1778 País.

1779

1780

1781 **O SR. HEATCLIF HORING (GEBIO)** – Em qualquer local, seja em qualquer área.
1782 Por fim, tem conhecimento se existe alguma atividade que precise...? Só um
1783 momentinho, só para concluir. É de conhecimento se existe algum
1784 empreendimento que se enquadre aqui que vai ser aplicado? Alguém tem
1785 conhecimento? Só para ter ideia, têm algumas lá que estavam antes de 2008,
1786 depois...

1787

1788

1789 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (IBAMA)** – Tem nas duas
1790 situações, tem antes de julho de 2008 e tem depois. Essa dúvida é uma questão

1791 de padronização da legislação ambiental, da data de regularização, essa é a
1792 preocupação do jurídico. Não foi uma preocupação da equipe técnica, foi uma
1793 preocupação do jurídico para você tratar a regularização ambiental de forma
1794 padronizada.

1795

1796

1797 **O SR. HEATCLIF HORING (GEBIO)** – Qual a data de ingerência para quem
1798 regularizar ou não?

1799

1800

1801 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Na data é
1802 um novo empreendimento.

1803

1804

1805 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (IBAMA)** – Isso. Quem já
1806 se encontrava em operação em 22 de julho ou que já tem iniciado a operação até
1807 22 julho. Tem duas opções de redação. Não sei. Eu acho que...

1808

1809

1810 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Patrícia.
1811 Olha que eu sou boa em leitura labial Patrícia, mas mineiro é difícil de entender
1812 em leitura labial.

1813

1814

1815 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Primeiro tem esse ato
1816 que acho que se encontra fica... Chega o encontro. Bom, tem iniciado a operação
1817 até 22 de julho. E segundo é só para esclarecer, a questão que foi dito aqui e é
1818 correto é que a partir de 2009 já deveria estar regular. Não é para regular antes da
1819 lei. Então, é isso.

1820

1821

1822 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Que
1823 tenham iniciado operação até 22 de junho de 2008. Henrique, que tenham iniciado
1824 sua operação, pode ficar no singular, até 22 de julho de 2008. Correto? Podemos
1825 votar? Aqueles que são favoráveis à proposta de novo parágrafo para o art. 8º. 44
1826 votos favoráveis. Contrários, por gentileza. 45, perdão. Contrários? Um? Não.
1827 Abstenções? 1. 1 abstenção. Aí tem o novo artigo, proposta da sociedade civil e
1828 entidades ambientalistas aqui do CONAMA. Para fins de licenciamento dos
1829 empreendimentos de que trata esta Resolução, o órgão ambiental competente
1830 deverá estar capacitado, conforme legislação vigente. Lisiane.

1831

1832

1833 **A SR^a. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA)** – Esta proposta vem ao
1834 encontro do que foi falado pelo Conselheiro denunciando problemas de estrutura
1835 no órgão ambiental. Nós estamos sofrendo bastante com isso ultimamente, a
1836 desestruturação dos órgãos ambientais competentes, e nós temos legislação

1837 ainda não bem regulamentada, como é a 140, que até esse Plenário também
1838 entrou em uma discussão de como ajudar a regulamentar a Lei Complementar
1839 140. E ela tem algumas lacunas, principalmente no que tange essa Resolução ao
1840 órgão que vai poder fazer essa regularização. Então, a nossa intenção aqui é de
1841 lembrar que esse órgão ambiental competente que vai fazer tanto regularização
1842 como qualquer outro licenciamento, ele tem que respeitar, minimamente ter um
1843 órgão capacitado, que é o que está na Lei Complementar 140, embora ela deixa,
1844 ainda deixa bastante má interpretação, mas minimamente ela terá que ter um
1845 órgão ambiental competente, um Conselho Municipal de Meio Ambiente. Então,
1846 isso que nós queremos colocar, que não é qualquer órgão ambiental, para dar isso
1847 aqui tem que ter um órgão ambiental competente.

1848

1849

1850 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA) – Anamma.**

1851

1852

1853 **O SR. MÁRIO STELLA CASSA LOUZADA (ANAMMA REGIÃO SUDESTE) –**

1854 Qualquer órgão ambiental para licenciar obrigatoriamente tem que estar
1855 capacitado. Isso é a redundância da redundância. Essa aí não, as outras tinham
1856 até um sentido de entrar, poderia, concordando ou não tinham sentido. Agora essa
1857 não, essa aí não tem... Qualquer município, qualquer Estado, qualquer órgão para
1858 licenciar obrigatoriamente ele tem que mostrar capacidade técnica, a lei é clara,
1859 didática, qualquer Município desse País sabe disso, o menor Município sabe
1860 disso. Todos os municípios sabem disso. É subestimar, talvez, com todo respeito
1861 à Conselheira, é subestimar o conhecimento de legislação de um Município que é
1862 o ente menor. Isso aqui para mim atinge diretamente os Municípios, aliás, o
1863 Município não licencia ferrovia. Como é que nós vamos... Vai capacitar o Ibama
1864 para licenciar ferrovia? Capacitar o Estado? Que Município não é, que nós não
1865 licenciemos ferrovia. Então, não dá. E mesmo se fosse Município, se nós
1866 licenciemos é porque passou pelo órgão ambiental Estadual, pelo Conselho
1867 Estadual, que nós temos capacidade técnica reconhecida e é a capacidade
1868 técnica declaratória, porque nós não vamos sucumbir à órgão nenhum. A lei é
1869 bem clara. Obrigado.

1870

1871

1872 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA) – Obrigada**
1873 **Mário. Eu tenho três inscritos Suely, Lisiane e Heatclif.**

1874

1875

1876 **A SRª. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (IBAMA) – Só para fazer**
1877 **um comentário, essa exigência de capacitação dos órgãos ela já está expressa na**
1878 **Lei Complementar 140. Nesse caso aqui é bem claro, a lei já fala, pessoalmente**
1879 **não vejo necessidade. Senão qualquer Resolução de Licenciamento nós teríamos**
1880 **que trazer esse dispositivo.**

1881 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Lisiane e
1882 depois você. Pode ficar lá encostado do lado. Sem problema, até para ser mais
1883 rápido.

1884

1885

1886 **A SR^a. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA)** – Tranquilamente eu
1887 poderia pedir a supressão, no momento sim, mas parece que estou sendo ouvida
1888 como uma inimiga aqui, não essa a intenção, até porque eu conheço Município
1889 grande cujo Prefeito extinguiu o Conselho de Meio Ambiente e continua
1890 funcionando e dando licença. Então, não é tão claro assim. Não vamos querer
1891 adorar a pílula, pessoal, porque nós sabemos que existem muitos e muitos casos,
1892 o Brasil é grande, no Rio Grande do Sul que está lá na ponta nós temos casos sim
1893 que o Prefeito destituiu e instituiu o Conselho de Meio Ambiente, ou seja, ele não
1894 está dentro, não está cumprindo a Lei Complementar 140 que diz que só tem duas
1895 coisas, capacitado em demanda e um Conselho. Então, por favor, eu não estou
1896 querendo ofender e nunca vou ofender o Município e, inclusive que eu já fui
1897 representante de Municípios. Então, realmente me causa estranheza ser assim
1898 tratada, eu considero o senhor um colega porque eu sou funcionária pública e levo
1899 muito a sério o meu trabalho. Eu sei as dificuldades que têm, não vamos dizer que
1900 os Municípios estão lindos e maravilhosos porque nós sabemos que não é
1901 verdade, tem aqueles que estão lindos e maravilhosos sim, mas tem aqueles que
1902 não estão belos assim. Então, por favor, eu posso até suprimir essa situação
1903 porque ela remete realmente a lei, mas pelo menos eu consegui ao menos
1904 chacoalhar as pessoas aqui para pensarem um pouco que não é tão lindo assim
1905 como estamos imaginando, que a lei existe e todo mundo cumpre. Então, por
1906 favor, eu gostaria que o colega parasse de me tratar como uma inimiga, porque
1907 realmente não sou, a ideia é só ajudar. Nós aqui dos ambientalistas nós só temos
1908 a ideia de ajudar.

1909

1910

1911 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Eu estou
1912 entendendo, Lisiane, que ninguém aqui é contrário à capacitação, sendo
1913 funcionário público ou não. Todos nós somos favoráveis à capacitação. A
1914 oportunidade de colocar isso especificamente nessa Resolução, será que é
1915 necessário só em avaliação de baixo impacto de empreendimentos do setor
1916 ferroviário? Não. Ela é necessária para todas as Resoluções. Então, a medida não
1917 seria talvez inserir na Resolução, seria se ter, e o Ministério até tem um programa
1918 de capacitação, os órgãos ambientais têm programas de capacitação, é só a
1919 oportunidade de estar nessa Resolução. É isso que está se querendo discutir. Eu
1920 pediria que todos fossem bem breves para tentarmos finalizar antes de algum
1921 horário que nós vamos almoçar, que nós não sabemos qual é ainda.

1922

1923

1924 **O SR. HEATCLIF HORING (GEBIO)** – Compreendo a questão da Lisiane,
1925 também sou servidor municipal, entidades ambientalistas não ganham ali da
1926 entidade, tem sua atuação ali, eu compreendo que muitos municípios têm

1927 realmente a dificultados, Lisiane, os municípios têm que lutar mesmo, tratar disso,
1928 o nosso Estado no Mato Grosso do Sul, temos aqui o representante do órgão de
1929 licenciamento, o senhor Ricardo, o estado tem dado todo o suporte para os
1930 municípios, os Municípios têm cobrado, têm dado essa intenção. E, inclusive com
1931 a questão da Resolução que trata dessa questão. Então, tem dados e os
1932 municípios, os Estados estão passando, o nosso município é descentralizado na
1933 questão de licenciamento. Então, não é nesse momento, não é nessa, senão
1934 teremos que em todas as Resoluções e alguma coisa que tratamos de algum
1935 licenciamento teríamos que inserir isso aí. Então, não se faz necessário,
1936 compreendo ela, mas não é nesse momento aí.

1937
1938

1939 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Está bom,
1940 então, Heatclif. Eu estou vendo que a fila engrossa, e acho que é um assunto que
1941 ninguém está discordando, está só levantando que não é o objeto.

1942
1943

1944 **O SR. MÁRIO STELLA CASSA LOUZADA (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** –
1945 Vou ser muito rápido, eu preciso me manifestar um pouquinho. Os exemplos que
1946 você usa, Lisiane, eles nos atingem, e por isso que eu me manifesto. Como se eu
1947 viesse aqui me manifestar citando exemplos de outros que são vendidas, que nós
1948 sabemos que existem. Não é justo com os representantes da organização, os
1949 representantes da sociedade civil eu trazer esse tipo de exemplo para cá, que eu
1950 estou batendo no sacrifício que vocês fazem para vir aqui dignamente representar
1951 as ONG, a sociedade civil. Então, nós temos que tomar cuidado para não
1952 estarmos batendo, morrer com o fogo amigo aqui dentro. Porque o Município
1953 aponta frágil no Sisnama e nós temos que acudir Município. ONGs, entidade,
1954 movimento social e a ponta frágil, nós temos que ajudar a erguer e a levantar.
1955 Então, cada vez que alguém bater em municípios, que eu sentir que bateu, é claro
1956 que eu vou vir, pode vir qualquer um aqui que eu vou ter que me manifestar, isso é
1957 normal que façamos isso. Não dá. Para mim não dá.

1958
1959

1960 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Já foi
1961 proposta retirada, não foi? Eu entendi que foi proposta retirada?

1962
1963

1964 **O SR. DANILO VIEIRA JÚNIOR (ANAMMA NACIONAL)** – Só para complementar
1965 aqui, a lei, já está previsto na Lei Complementar 140, existem os órgãos de
1966 controle justamente para isso, para verificar alguma irregularidade e buscar corrigi-
1967 las. É só esse o recado.

1968
1969

1970 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Foi retirado
1971 e não vai ser nem votado. Foi retirado pelo proponente, Henrique. A próxima
1972 proposta diz respeito àqueles outros dois pontos que estão em aberto. Proposta

1973 do Ministério dos Transportes. Conforme já foi dito aqui na tribuna, a Resolução
1974 272/2000 trata do licenciamento de postos de combustíveis. Então nós estamos
1975 remetendo esse assunto à 273/2000. Os postos de armazenamento de
1976 abastecimento de combustíveis integrados ao empreendimento de ferroviário
1977 deverão ser licenciados conforme o estabelecido na Resolução Conama 273/2000
1978 e demais normas correlatas. Parágrafo Único: o requerimento de licenciamento
1979 ambiental da atividade de revenda de combustíveis nos postos de abastecimento,
1980 tal como definidos no art. 2º inciso II da Resolução 273/2000, cabe ao
1981 empreendedor responsável pelo projeto implantação, operação e manutenção dos
1982 postos. Podemos votar? Eu pressuponho que ao votar, se for favorável,
1983 automaticamente as outras duas sugestões não serão nem discutidas e nem
1984 incorporadas ao texto. Correto? Então, vamos votar com esse entendimento.
1985 Aqueles que são favoráveis a esse novo artigo, por favor, se manifestem. Vinicius,
1986 trabalho para você aí. 46. 47, com a Suely. Contrários? Nenhum voto contrário.
1987 Abstenções? Nenhuma abstenção. Tem só mais uma coisinha no anexo. Vai lá,
1988 Henrique, rapidinho, que aí nós finalizamos essa Resolução. Então, só para nós...
1989 Eu acredito que os senhores já tenham lido, o Anexo I trata da caracterização
1990 exemplificativa de soluções e tipos de obras de rotina na faixa de domínio das
1991 ferrovias. Correto? Coloca lá, por gentileza. Então, há um consenso dos
1992 pareceristas em relação ao termo correção geométrica, correção geométrica,
1993 nivelamento, alinhamento da via com equipamento manual ou de pequeno a
1994 grande porte. Tem uma correção de vírgulas e alternativa. Aqueles que são
1995 favoráveis à correção, ao novo texto, por favor, se manifestem. 22 do lado de cá.
1996 43 votos favoráveis. Contrários? Nenhuma manifestação. Abstenções? Uma
1997 abstenção. Acabou. Henrique, tem mais alguma coisa? Tem mais dois consensos
1998 de pareceristas. Uma proposta, agora vem o tema controle da vegetação na
1999 ferrovia, foi feita uma proposta também de consenso, controle de vegetação de
2000 ferrovia por meio de capina manual, mecanizada e química, para capina química
2001 deverá ser aprovado o programa de controle pelo órgão ambiental competente,
2002 bem como observadas a legislação e normas pertinentes. Podemos votar?
2003 Lembrando aos senhores, nós discutimos isso ontem nas prévias, que o tema
2004 capina química ele é normalmente, a autorização é dada pelo Órgão Municipal de
2005 Meio Ambiente.

2006
2007

O SR. JORGE BICHARA NETO (FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DE MARABÁ) –

2008 Nós entendemos no Brasil o mato sobe muito rápido, as regiões que mais chovem
2009 como Amazônia, principalmente, o mato sobe rápido, é um pouco complicado e
2010 oneroso para as empresas estarem fazendo. Tanto mecânico como com
2011 equipamentos e tal. Mas se nós, há duas implicações na química, e isso nós não
2012 podemos desconhecer do impacto de agrotóxicos e não vai ser só uma vez, vai
2013 ser continuamente, porque quando não cresce o capim, cresce o mato, isso aí,
2014 vão escorrer pelos taludes porque normalmente as ferrovias são elevadas, uma
2015 boa parte, e entram nas áreas de floresta. Tanto florestas, tanto áreas de
2016 conservação quanto APP e tal. Então, há que se pensar que a química ela deve
2017 ser retirada, é uma proposta que eu faço aqui. Eu não sei quem, eu não estava,
2018

2019 estou participando pela primeira vez. E há um outro problema, quando você mata
2020 quimicamente você extingue, você erradica tanto o mato de folhas largas quanto o
2021 mato de gramínea. Isso aí enfraquece o solo. E lá na frente tem a questão das
2022 erosões na beira das ferrovias. Então, o veneno, o agrotóxico vai escorrer para
2023 grotas e rios, só nessa ferrovia que eu citei de Itaquí até Carajás, são 1000
2024 quilômetros, tem o rio Tocantins, tem o rio Itacaiunas que é ultrapassado duas
2025 vezes, e tem também Igarapés, grotas, e etc. e tal. O tanto de agrotóxicos que vai
2026 escorrer, escorrer, e escorrer, é muito alto e vamos perder a solidez do solo, o
2027 solo vai abrir crateras frequentemente.

2028

2029

2030 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Deixe-me
2031 fazer só um esclarecimento antes de passar para o Monsã. Essa Resolução, nós
2032 estamos no anexo, só falando em um ponto muito específico, a capina química
2033 hoje não é proibida nem por lei e nem por outra Resolução. Então, essa
2034 Resolução não pode regulamentar o assunto capina química, ao retirá-la daqui os
2035 produtos destinados à capina química são avaliados dentro da lei de agrotóxicos.
2036 O que é coordenado pelo órgão ambiental é só aplicação, ele que diz como e
2037 quando tem que ser feita a aplicação. Então, nós não estamos aqui
2038 regulamentando, falamos isso ontem na reunião com as ONGs, as capina
2039 química, se vocês têm algumas restrições, proponham ao Conama alguma regra
2040 específica para esse assunto. Na forma de uma Resolução. Proponham ao
2041 Conselho, mas essa Resolução, ainda mais no anexo, ela não pode permitir uma
2042 coisa que tem um uso muito mais amplo do que simplesmente os
2043 empreendimentos de ferroviários. Então assim, eu entendo a sua preocupação,
2044 não estou desmerecendo, o Ministério do Meio Ambiente e nem essa presidência
2045 aqui vem desmerecer a sua preocupação, só que esse não é o instrumento
2046 adequado para se fazer essa proibição. É, mas não vou proibir, a capina química
2047 ela não é... O produto já é já está incorporado, ele é registrado dentro da Lei de
2048 Agrotóxicos. Então assim, não vou, eu tenho que mudar a lei ou então proibir o
2049 uso da capina química nos Municípios por meio de uma lei. Então, eu acho que
2050 esse não é o instrumento adequado. Monsã.

2051

2052

2053 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (ADEMASP)** – Embora ainda não
2054 exista, como você acabou de dizer, a regulamentação sobre a capina, não
2055 precisamos de nós esperarmos, nós não podemos usar de maneira alguma esses
2056 termos e essa prática. Então, nós devemos começar de uma vez a retirar dos
2057 textos a expressão capina química e o uso dela. Agora, podemos discutir e fazer
2058 uma regulamentação na próxima reunião, uma coisa qualquer, mas eu acho que
2059 nós temos que começar a abolir a capina química de qualquer maneira, ela é
2060 nociva à vida em qualquer situação. Para mim é um veneno, é um veneno.
2061 Obrigado.

2062

2063

2064 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Aline, por
2065 favor.

2066

2067

2068 **A SRª ALINE FIGUEIREDO FREITAS PIMENTA (MINISTÉRIO DOS**
2069 **TRANSPORTES)** – Bom, como foi dito não existe legislação que proíba, pelo
2070 menos não a nível federal, nós sabemos que em alguns Estados não é permitido,
2071 por isso consta aqui nos termos da legislação. Então, onde é possível e pode ser
2072 feito não é aqui nessa Resolução que haveria o caso de proibição, mas nos casos
2073 em que é possível esse artigo propõe, inclusive o programa de controle que vai
2074 passar sobre o crivo do órgão licenciador. Então, ele, na verdade, vai passar sobre
2075 a aprovação do produto que já passa normalmente e adicionalmente, no caso de
2076 ser usado, vai ter que ser apresentado um programa para o órgão licenciador e esse
2077 órgão licenciador vai estabelecer os cuidados necessários para isso.

2078

2079

2080 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Vamos
2081 proceder a votação? Então, eu entendi que não houve consenso em relação ao
2082 assunto. Gente, vamos acabar isso de uma vez, vamos lá, por favor. Mas eu acho
2083 que os deva, você está trazendo alguma coisa nova eu posso, mas se é só
2084 concordar ou discordar da opinião de alguém, eu acho que isso pode ser feito por
2085 meio de voto.

2086

2087

2088 **O SR. MARCELO CREÃO (GOVERNO DO ESTADO - AMAPÁ)** – Sou
2089 terminantemente contra retirar isso por conta dos cuidados que podem ter. o
2090 produto em si, se ele está regulamentado, então o Brasil autoriza, a forma de
2091 aplicação que tem que ser tratada. E dentro dos conselhos, e no caso do
2092 Conselho Federal e dos Conselhos Regionais nós fazemos e no caso a Câmara
2093 de Agronomia dentro dos Conselhos nos Estados regulamenta isso, fiscaliza o
2094 profissional. Então, você vai estar cerceando um profissional de exercer a sua
2095 atividade. Então, eu sou contra a retirada. Temos que manter a possibilidade
2096 dessa técnica.

2097

2098

2099 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigada,
2100 Conselheiro. Eu queria encerrar a votação. Nós vamos ter que voltar no máximo
2101 14h30, nós não vamos ter tempo hábil de discutir. Temos em moção que é de
2102 interesse da sociedade civil. Quer falar? Seja breve, por favor.

2103

2104

2105 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA**
2106 **REPÚBLICA)** – Eu queria fazer uma proposta de encaminhamento, por isso que
2107 eu acho importante a minha fala. Primeiro é o anexo exemplificativo, começando
2108 por aí. Então, não faz sentido, porque eu sou contrário aquele a capina aqui
2109 porque dispositivo em anexo exemplificativo não cabe. Então, a minha proposta de

2110 encaminhamento seria assim, dada a discussão da capina química porque não
2111 põe controle de legislação de ferrovia. Pronto, acabou. Pontos. E é isso que são
2112 legítimos hoje, e acabamos com essa discussão...

2113

2114

2115 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Sem
2116 especificar. Parando em controle de vegetação da ferrovia. Alguma coisa? Lisiane.
2117 Obrigada, pela sugestão.

2118

2119

2120 **A SR^a. LISIANE BECKER (INSTITUTO MIRA-SERRA)** – Primeiramente eu não
2121 me lembro que anexo seja sempre exemplificativo, muito pelo contrário, nós temos
2122 formulários em anexo nas Resoluções. Ele não tem um caráter exemplificativo.
2123 Nessa questão aí da capina manual, para capina química deve ser aprovado
2124 programa de controle ambiental pelo órgão ambiental competente, isso é uma
2125 salvaguarda. Então, na reunião dos pareceristas isso pareceu bastante pertinente
2126 de colocar porque não é exemplificativo, nós estamos pedindo que realmente o
2127 órgão ambiental devido essa gravidade, potencial poluidor alto da capina química,
2128 com repercussão tanto na qualidade de vida humana, quanto na animal, não
2129 humano, nós achamos que é interessante colocar isso daí. Não vejo qual é o
2130 problema, mas que anexo não é exemplificativo isso não é.

2131

2132

2133 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Eu acho
2134 que o que ele quis falar, o que é correto, você está dando um comando de ter um
2135 comando aprovado por um programa de controle pelo órgão competente e está
2136 colocando isso no anexo, de maneira itemizada. Isso deveria ser um artigo, um
2137 parágrafo dentro do texto de Resolução. Como isso foi feito pelos pareceristas e
2138 não, já havia passado pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos sem essa
2139 redação, eu acho que o comentário deles procede. Eu estou criando um comando
2140 de exigir a aprovação de um plano de capina pelo órgão ambiental competente.
2141 Dentro de um anexo onde eu só cito a caracterização exemplificativa de soluções
2142 e tipos de obras, eu não posso criar esse comando dentro do anexo. É isso que
2143 ele está querendo dizer. Patrícia Boson. De qualquer forma, a capina só pode ser
2144 aplicada se tiver uma autorização específica para isso. Ela não pode ser aplicada
2145 de maneira indiscriminada.

2146

2147

2148 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – As discussões são
2149 sempre boas e enriquece. O Dermeval ainda chamou atenção para um outro
2150 problema, além de ter um comando em um anexo, para um órgão ambiental
2151 dentro de um anexo além desse problema, nós também estamos desconsiderando
2152 os avanço tecnológicos. Nós podemos ter um controle através da questão
2153 biológica, nós temos o controle de nanotecnologia, nós temos o controle por
2154 eletricidade. E na medida em que você determina que aquilo é aquilo, você está
2155 impedindo os avanços tecnológicos para uma capina que vem aí, que nós já

2156 conhecemos pesquisas a respeito, com processos biológicos, físicos, a partir da
2157 nanotecnologia. Obrigada.

2158

2159

2160 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Espera aí, o
2161 Heatclif pediu a palavra.

2162

2163

2164 **O SR. HEATCLIF HORING (GEBIO)** – Eu estive conversando com o colega que
2165 colocou a proposta para que seja controle de vegetação de ferrovia, só
2166 complementação que daí vai atender, por exemplo, se a pessoa optar por capina
2167 química, controle de vegetação e ferrovia, observando as legislações e normas
2168 pertinentes. Então, vai atender, vai dizer, não vamos aqui dizer se é química, se é
2169 com enxada, qualquer que seja. Então, ele coloca esse controle de vegetação a
2170 ferrovia, observando a legislação pertinente. Se ele optar por química vai ter que
2171 ter um técnico. A proposta seria controle de vegetação da ferrovia, observando a
2172 legislação e normas pertinentes.

2173

2174

2175 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Perfeito.
2176 Concordou com esse texto? Tem que falar no microfone. Por favor, temos que
2177 organizar isso. Sempre se identificando.

2178

2179

2180 **O SR. JORGE BICHARA NETO (FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DE MARABÁ)** –
2181 Eu deixaria, concordo que o mato ou qualquer vegetação na parte manual e
2182 mecanizada, ok, não dá para deixar o mato, o trem passar e se bater e tal, matar
2183 pessoas e etc. Mas a química fosse colocada no texto vedada exclusivamente a
2184 química para florestas e... Mesmo que seja redundância, gente. Acrescentar as
2185 palavras ali, vedado o uso do químico em florestas, qualquer tipo de florestas
2186 primárias, principalmente reservas. A razão de ser, os senhores sabem do que eu
2187 estou falando. Depois que tiver batido o veneno...

2188

2189

2190 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Então, o
2191 senhor vai ter que propor uma proposta específica de redação na forma de artigo,
2192 não na forma de item que consta do anexo. Eu não posso colocar uma proibição
2193 dessa forma no item do anexo. Isso não é legalmente possível. Se o senhor quer
2194 colocar uma proibição, que eu acho que não cabe, porque a lei de agrotóxicos não
2195 proíbe o registro de produtos para capina química, não existe essa proibição, eu
2196 não posso colocar o Anexo de uma Resolução a proibição. Não posso colocar, o
2197 máximo que nós estamos dizendo aqui é que nós coloquemos, não cite
2198 textualmente capina química, e isso fica a decisão local de quem está licenciando
2199 a atividade. Que vai autorizar a supressão de vegetação. Correto? Então,
2200 podemos deixar assim? Qual é a minha proposta? Eu estou entendendo que nós
2201 evoluímos o texto e caso dos proponentes não haja nenhuma discordância, nós

2202 podemos ficar com a sugestão, a segunda, controle de vegetação de ferrovia. Eu
2203 acho que ela atende, não atende? E a primeira, vamos votar então a oportunidade
2204 de se ter essa correção na forma da proposta mais enxuta, a segunda proposta,
2205 controle de vegetação da ferrovia observada a legislação e normas pertinentes.
2206 Correto? Aqueles que são favoráveis se manifestem agora. Só um minutinho.
2207 Aguardem um pouquinho. 22. 26. 47 votos. Contrários? Aqueles que são
2208 contrários. Aqueles que são contrários? Nenhum voto contrário. Abstenções?
2209 Nenhuma abstenção. 2 abstenções. Eu acho que é o último. Sugestão? É o
2210 último. Implantação de cerca, túneis elevados e pontes de passagem para
2211 direcionamento de fauna, o que é uma prática até muito usual em outros países.
2212 Foi consenso de pareceristas, podemos votar? Os que forem favoráveis. Que bom
2213 que todo mundo de antecipou. 221? 22 aqui, Vinícius. 27. 49. Tem mais um? O
2214 último. Então, foi aprovada a redação do Anexo I. Vai lá, passa, só um último
2215 pontinho e nós já encerramos. Coloca só o título. Orientações gerais para
2216 realização de obras emergenciais de rotina, melhoramento e ampliação de
2217 unidades de apoio. Há uma redação de consenso dos pareceristas: as equipes de
2218 trabalho deverão estar capacitadas para atendimento à legislação ambiental
2219 pertinente. Aqueles que são favoráveis à proposta. Quem é favorável? 6 do lado
2220 de cá. 6 do meu lado esquerdo. Do lado direito, 18. 18 mais 6, 24. Contrários? 11.
2221 17. Então, foi aprovada a inserção desse novo item. Abstenção. Alguém se
2222 absteve? Uma abstenção só? Correto. Então, nós aprovamos a revisão da
2223 Resolução 249/2004.

2224

2225

2226 *(Palmas!).*

2227

2228

2229 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigada
2230 pela compreensão dos senhores aqui na minha estreia nesse novo papel. Eu
2231 coloquei. Foi aprovada a inclusão. A inclusão. Exatamente. Obrigada. Á tarde nós
2232 temos uma moção e alguns informes, a nossa ideia... Agora não dá. A nossa ideia
2233 é iniciar às 14h30. As pessoas que vão vir a falar á tarde estão programadas para
2234 vir falar á tarde, não agora. Vamos parar para almoçar, senão o restaurante fecha
2235 e fica todo mundo sem almoço. Retornar às 14h30. Vai ter quórum sim. Mas, ela
2236 tem algumas pautas. Já tem gente saindo. Mas tem gente, que já saiu, não sei se
2237 temos quórum agora. Levantem as plaquinhas para fazer uma verificação de
2238 quórum. Nós temos quórum agora? Levantem as plaquinhas para verificação de
2239 quórum. Por gentileza, levantem as plaquinhas, para verificação de quórum. O
2240 nosso quórum é 47 Conselheiros. Por que não tem mais quórum à tarde, Bruno?
2241 Calma. As pessoas saíram para almoçar, e vão voltar. Falei 14h30. Retornando
2242 14.30. Obrigada.

2243

2244

2245 *(Intervalo para almoço).*

2246

2247

2248 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Boa tarde!
2249 Vamos retomar? Bom, eu tenho uma sugestão de encaminhamento. Eu dei uma
2250 olhada rápida, consultei o pessoal do DConama. Eu acho que nós ainda não
2251 temos quórum. Eu vou iniciar pelos informes e a gente delibera sobre a proposta
2252 de moção na sequência. Então, para isso eu chamo aqui, à mesa, o Doutor
2253 Everton Lucero, que é o Secretário de Mudanças do Clima e Florestas, do
2254 Ministério do Meio Ambiente. Ele vem nos dar uma notícia sobre o Acordo de
2255 Paris? Estou errada?

2256

2257

2258 **O SR. EVERTON FRASK LUCERO (SECRETÁRIO DE MUDANÇA DO CLIMA E**
2259 **FLORESTAS DO MMA)** – Muito boa tarde a todas e a todos! Boa tarde Zilda! É
2260 uma satisfação poder estar aqui para lhes trazer uma atualização, um breve
2261 informe sobre os nossos preparativos no Ministério do Meio Ambiente, com
2262 relação à implementação do Acordo de Paris. Eu gostaria de iniciar dando um
2263 pouco de contexto a esse nosso informe, com relação a como nós vemos o
2264 Acordo de Paris. Para nós o Acordo de Paris, ele abre uma nova agenda de
2265 oportunidades para apoiar a retomada do desenvolvimento econômico, de uma
2266 forma sustentável, ao mesmo tempo que competitivo. É preciso que nós tenhamos
2267 a capacidade de introjetar essa noção, de que o desafio climático apresenta essa
2268 oportunidade, uma oportunidade para nós reorientarmos o processo de
2269 desenvolvimento nacional, rumo à criação de uma economia de baixo carbono no
2270 longo prazo. É disso que falamos. É disso que se trata. Nós estamos falando de
2271 um tema essencialmente econômico, e de desenvolvimento, e eu diria até
2272 prioritariamente econômico em relação ao meio ambiente, embora os
2273 desdobramentos para o ambiente sejam o que motiva a agenda climática e o que
2274 nos leva a traçar essas estratégias de implementação. Eu não vou entrar em
2275 detalhes com relação aos motivos pelos quais nós precisamos levar adiante o
2276 Acordo de Paris. Nós percebemos, na última conferência das partes, que foi a
2277 COP 22, em Marraquexe, em novembro do ano passado, que houve duas forças
2278 contraditórias presentes na conferência, primeiro o balde de água fria que foi a
2279 eleição de Donald Trump, significou para quem estava na conferência, uma
2280 conferência que tem como tema, o avanço das negociações em mudança de
2281 clima, algo cujas posições do, então, candidato Donald Trump não eram muito
2282 favoráveis. Mas, por outro lado, nós também tivemos uma outra força bastante
2283 significativa, que foi o fato de que a comunidade internacional em peso se
2284 mobilizou e pôs em vigor o Acordo de Paris em menos de um ano, depois de ele
2285 ter sido assinado, em dezembro de 2015. Então, esse fato é muito significativo,
2286 porque significa que o processo que se iniciou lá atrás, com a convenção do clima
2287 no Rio de Janeiro, em 92, que teve continuidade com o protocolo de Kyoto, agora
2288 ganhou o momento com o Acordo de Paris e nós temos todos os motivos para
2289 considerar que esse é um processo irreversível, independentemente das posições
2290 de um ou outro País, posições isoladas que poderão até apresentar algum
2291 obstáculo imediato, mas que não deverão reverter o processo que se iniciou e que
2292 deve ter continuidade para criar uma normativa internacional, global, que faça
2293 frente aos desafios que a mudança do clima já nos apresenta. Do nosso ponto de

2294 vista, o nosso País, nós estamos em um País continente, que já sofre fortes
2295 impactos na mudança do clima, seja pelo aumento das cheias na região Norte,
2296 pelas secas cada vez mais extensas e extremadas no Nordeste. Nossos rios, eles
2297 estão sofrendo impacto com a falta de chuvas, as crises hídricas tendem a ficar
2298 cada vez mais frequentes, vide o caso atual aqui, no próprio Distrito Federal.
2299 Nossas matas estão mais vulneráveis a queimadas, o que coloca em risco um
2300 imenso volume de carbono estocados nas florestas, sem falar na perda de
2301 recursos da maior biodiversidade do planeta e nos riscos associados para a
2302 própria produção de alimentos. Se nós tomamos em conta o número de entidades
2303 subnacionais e que temos, Estados e municípios, temos um desafio muito grande
2304 de coordenar estratégias que sejam de fato nacionais, que não fiquem apenas no
2305 plano federal, mas que desçam até a localidade, que é onde o impacto da
2306 mudança do clima é sentido, nas populações, nas comunidades que vivem nas
2307 cidades, nos municípios ou na zona rural. Então, o nosso desafio é articular essas
2308 ações nas 3 esferas de Governo, de um modo que seja coerente, respeitando as
2309 competências de cada esfera da Federação, e que seja condizente com os
2310 compromissos que nós assumimos no Plano Internacional. Por falar nos Estados e
2311 nos municípios, está aí justamente uma área em que nós temos ainda, muito a
2312 trabalhar, para que a mudança do clima seja considerada, seja introjetada,
2313 inserida nos processos decisórios e nas políticas públicas relativas à, desde
2314 mobilidade urbana, tratamento de resíduos, vulnerabilidade das obras de
2315 infraestrutura, hoje há percepção cada vez maior, de que ao projetar e ao financiar
2316 obras de infraestrutura é preciso incluir, desde a fase de projeto, o componente
2317 climático, o impacto que esta obra poderá ter, daqui a 20, 30, 50 anos,
2318 dependendo da previsão de durabilidade de cada obra. A proteção de encostas e
2319 morros, riscos para a saúde, alterações dos padrões de chuva, de oferta d'água.
2320 Então, mudança do clima, de fato consolida-se como um tema que é
2321 absolutamente transversal a uma agenda, não só de meio ambiente, mas também
2322 é uma agenda de planejamento público a uma agenda econômica. No MMA nós
2323 temos contado, estamos desenvolvendo parcerias, por exemplo, com o CDP, com
2324 o ICLEI, entidades parceiras, que tenham oferecido os seus bons préstimos para
2325 capacitar e preparar conteúdos formativos e informativos para gestores, sobretudo
2326 gestores municipais. Nós precisamos de mais parcerias, precisamos de
2327 engajamento e precisamos de apoios. Nós queremos divulgar as oportunidades de
2328 engajamento que os Estados, municípios, setor privado, Sociedade Civil, ONGs,
2329 movimentos sociais, possam ter junto aos planos nacionais, tais quais o Plano
2330 Nacional de adaptação, a estratégia nacional de implementação dos
2331 compromissos que assumimos no Acordo de Paris. E é sobre isso que eu passo a
2332 discorrer agora. Como sabem, os compromissos que nós declaramos sobre o
2333 Acordo de Paris, eles são ambiciosos. Nós fomos o único grande País em
2334 desenvolvimento a assumir uma meta absoluta de redução de emissões em
2335 relação a um ano base e para o conjunto, válida para o conjunto da economia.
2336 37% de redução até 2025, com indicação de chegarmos a 43% até 2030. Nós
2337 queremos atingir e, se possível, antecipar o cumprimento dessa meta, mas sem
2338 abrir mão do crescimento econômico, da geração de empregos, do aumento da
2339 produtividade e do desenvolvimento do País. Algumas ações foram listadas como

2340 prioritárias para nós atingimos essa meta, que como eu falei, vale para o conjunto
2341 da economia. Até 2030 nós queremos zerar o desmatamento ilegal no País e
2342 prever a compensação, desculpe, pela supressão legal da vegetação, o que teria
2343 como resultado o desmatamento líquido Zero. Nós temos também, a meta de
2344 restaurar, e reflorestar 12 milhões de hectares no País, e na área agrícola
2345 recuperar pastagens degradadas em mais 15 milhões de hectares, e também
2346 aumentar em 5 milhões que hectares a integração, lavoura, pecuária, florestas, em
2347 modelos produtivos, inovadores, que valorizem a floresta em pé, ao mesmo tempo
2348 que permita a exploração econômica dos recursos naturais. No setor energético
2349 nós temos a meta de chegar a 45% de renováveis na nossa matriz energética e na
2350 matriz elétrica, especificamente, queremos atingir o percentual de 23% de fontes
2351 de energia, fontes de energia elétrica não hídrica, além da fonte hidrelétrica, isso
2352 inclui biomassa, solar, e a eólica, sobretudo, além disso, também queremos
2353 ganhar 10% em eficiência energética, e aumentar em 18% o uso, o mercado para
2354 biocombustíveis. Nós ainda ouvimos aqui, e ali, algumas afirmações questionando
2355 as medidas que, e os compromissos que assumimos, como se eles fossem afetar
2356 o crescimento, o nosso crescimento, o nosso desenvolvimento. Eu gostaria de
2357 dizer a todos que conto com o apoio de todos que conhecem esse problema, para
2358 nós mudarmos essa percepção. Nenhum assunto da atualidade é mais transversal
2359 e requer maior coerência com as políticas econômicas, sociais e ambientais, do
2360 que a mudança do clima. Nós sabemos que a inação em relação à mudança do
2361 clima, pode ter um efeito muito pior sobre a economia, pois tornará muito mais
2362 difícil a redução da pobreza e da desigualdade, em um contexto em que os mais
2363 pobres, necessitados são os que primeiro sofrem, são afetados pela mudança do
2364 clima, pelos eventos extremos causados pela mudança do clima. E também com
2365 efeitos nocivos sobre a oferta de água, de energia, sobre a produção agrícola,
2366 segurança alimentar, sobre a saúde da população e sobre a segurança e a
2367 infraestrutura das cidades. Então, o nosso desafio, o nosso principal desafio para
2368 tirar as metas do papel, é fazer com que essas metas possam ser vistas como um
2369 roteiro para o desenvolvimento sustentável. Por quê? Porque nós precisamos de
2370 recursos, nós precisamos de financiamento. Quando declaramos as metas, ainda
2371 em 2015, nós não condicionamos o cumprimento delas a nenhum tipo de apoio
2372 internacional, mas naturalmente estamos abertos, e estamos trabalhando para
2373 captar, e ampliar a cooperação internacional, de forma a mobilizar os recursos
2374 necessários de todas as fontes, públicas ou privadas, bilaterais ou multilaterais, de
2375 bancos de fomento ou de fundos de investimento. Essa tem sido a tônica e é por
2376 isso que nós achamos que precisamos desenvolver uma estratégia que nos ajude
2377 a levar adiante essa agenda. Nós sabemos que os recursos para tirar do papel
2378 essas ações que eu listei, eles não virão somente de fonte pública, aliás, o
2379 orçamento público ele será bastante minoritário nesse contexto, o financiamento
2380 público é importante, mas não será suficiente, sobretudo, no contexto de uma PEC
2381 de limites de gastos, em que nós não temos condições de ampliar o orçamento
2382 nas próximas duas décadas. Também não vamos ter a ilusão quanto à
2383 transferência líquida de recursos provenientes dos países industrializados, os tais
2384 prometidos 100 bilhões de dólares que seriam mobilizados em 2020, eles não
2385 chegarão nem perto do volume de recursos necessários para combater,

2386 efetivamente, a mudança do clima nos países em desenvolvimento, e para
2387 promover a adaptação aos seus efeitos, e a ajuda oficial ao desenvolvimento, a
2388 chamada Odiei, tampouco irá apoiar, ser suficiente, estar apta para financiar as
2389 ações necessárias nos países em desenvolvimento. Então, a grande pergunta é:
2390 como nós vamos fazer isso? Como é que nós vamos mobilizar esse montante de
2391 recursos para ações de mitigação e de adaptação a mudança do clima? Bom, nós
2392 pretendemos buscar respostas para essa pergunta de uma forma colaborativa e
2393 inclusiva. A montagem de uma estratégia nacional de implementação e
2394 financiamento das nossas ações sobre o Acordo de Paris, ela deverá contar, já
2395 conta, na verdade, com um canal de diálogo e participação a todos os setores
2396 interessados, por intermédio do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, que é
2397 institucionalmente o fórum adequado para dialogar com a sociedade e reunir os
2398 subsídios que orientem o Governo na definição dessa estratégia. Então, nós
2399 queremos promover essa ampla discussão, o fórum já deu início a câmaras
2400 temáticas específicas nos setores, nessa semana nós tivemos, terça-feira, a
2401 primeira delas, sobre agricultura e florestas. Teremos no Rio de Janeiro, na quinta,
2402 uma sobre energia. São primeiros contatos, primeiras aproximações para
2403 coletarmos subsídios, percepções, críticas e sugestões para montarmos essa
2404 estratégia. Temos consciência de que o mais importante, ao traçarmos uma
2405 estratégia nacional, é prever quais são aqueles instrumentos financeiros que
2406 sejam inovadores e que possam apoiar esses compromissos. Nós achamos que aí
2407 existe um papel muito grande para o setor privado, para o desenvolvimento de
2408 negócios sustentáveis, por exemplo, a partir do reconhecimento do próprio esforço
2409 de redução de emissões, como um valor, um valor que possa lastrear novos
2410 investimentos em projetos de baixo carbono ou prover garantias que reduzam o
2411 risco desses investimentos em longo prazo. Tais esforços, naturalmente, teriam
2412 que ser adicionais e voluntários em relação às políticas definidas no nível federal,
2413 para implementar os nossos compromissos, mas é uma oportunidade em que, de
2414 aberta a diversos atores, para qualificar-se e captar recursos, mediante a
2415 demonstração verificável de que suas ações, seus esforços auxiliam a redução e
2416 emissões. Muitos falam sobre precificação de carbono. Precificar o carbono é uma
2417 hipótese que também está sendo estudada e não está descartada. Mas eu
2418 entendo que preço do carbono, ele deveria vir como uma consequência do valor
2419 que é atribuído a esses esforços que os agentes econômicos fazem para reduzir
2420 emissões e não como uma imposição prévia que gera ônus às atividades
2421 produtivas. A isso nós temos chamado precificação positiva e pretendemos
2422 desenvolver mais esse debate, tanto no Brasil quanto no Plano Internacional. É
2423 importante salientar que, entre as metas gerais do Acordo de Paris, que está no
2424 art. 2 do Acordo, há uma grande novidade no que se refere a financiamento, que
2425 não constava da Convenção nem do Protocolo de Kyoto, foi inserido no Acordo de
2426 Paris no mesmo patamar, no mesmo artigo que define o objetivo geral, global, de
2427 limitar o aumento da temperatura em 2 graus e fazer esforços para que o aumento
2428 de temperatura não passe de 1 grau e meio em relação à era pré-industrial. Nesse
2429 mesmo artigo, no cerne do Acordo, consta também o objetivo de tornar os fluxos
2430 financeiros globais consistentes com a trajetória de baixas emissões e de
2431 desenvolvimento que seja resiliente a mudança do clima. Para nós esse objetivo,

2432 essa inovação, já dá uma sinalização política para grandes fundos de
2433 investimentos, para fluxos financeiros internacionais que irão reorientar-se em
2434 direção ao apoio da criação de uma economia de baixo carbono, e acreditamos
2435 que nós, no Brasil, precisamos estar preparados, e bem posicionados para
2436 recebermos esse afluxo de recursos que virá para a mudança do clima. Em
2437 dezembro agora, nós publicamos no site do MMA um primeiro estudo que foi
2438 encomendado a consultores pelo BIRD, sobre como tirar a nossa contribuição, o
2439 Acordo de Paris do papel, esse estudo, aliás, ele está disponível para comentários
2440 e deverá subsidiar a elaboração da nossa estratégia nacional. O estudo se
2441 encontra disponível aos interessados no site do MMA, para download, junto com o
2442 formulário em que poderão apresentar comentários e nós acabamos de prorrogar
2443 o prazo para receber comentários, até 30 de junho, porque faremos esse, a coleta
2444 de comentários da sociedade em paralelo aos diálogos estruturados do fórum, aos
2445 quais eu já me referi. Estimativas preliminares contidas nesse documento do
2446 BIRD, indicam que para o Brasil implementar o que se comprometeu em Paris,
2447 nós precisaremos mobilizar cerca de 1% do PIB por ano, até 2030. Essa é uma
2448 estimativa preliminar, como eu falei, mas já dá uma noção da grandeza, do volume
2449 de recursos que nós precisamos e aí, mais uma vez está claro que nós não
2450 podemos esperar de uma única fonte, temos que diversificar, que fazer captação e
2451 mobilização de todas as fontes. Nós sabemos que essa discussão está apenas
2452 começando, nós estamos mirando a construção de algo para o futuro, o objetivo e
2453 ter uma estratégia de mais longo prazo, que em meados do século, mais para o
2454 final do século, para as próximas gerações, propicia a criação de uma economia
2455 que não seja mais dependente da queima de combustíveis fósseis, que é a
2456 principal causa do aquecimento global. Agora, para fazer isso nós precisamos
2457 envolver, de uma forma decisiva, o setor financeiro, não podemos trabalhar
2458 isoladamente no setor financeiro. E aí temos, por exemplo, como iniciativa mais
2459 imediata, um mercado de demanda crescente por títulos verdes, que devem, nós
2460 devemos fazer de tudo para que estejam conectados a critérios de integridade
2461 ambiental, de acordo com e em linha com o que está estabelecido nos
2462 compromissos multilaterais. Bom, de fato, para concluir, eu gostaria de dizer que
2463 nós estamos, de fato, apenas no início dessa preparação nacional para
2464 implementar o novo acordo. Nós precisamos, estamos fazendo o nosso dever de
2465 casa, sinalizando quais as ações que nós vamos implementar e esperamos ter a
2466 máxima participação de todos nesse debate. Contamos com o engajamento e a
2467 contribuição de todos, para que as condições possam ser criadas, para que nós
2468 cumpramos com os nossos compromissos internacionais e assim possamos
2469 contribuir, fazer a nossa parte no que nos diz respeito a combater o problema
2470 global que já está nos afetando. Dito isso eu me coloco a disposição para
2471 eventuais questões, esclarecimentos que as senhoras e senhores queiram fazer,
2472 dependendo do tempo aqui, eu consulto a moderadora se haverá tempo para
2473 algum debate sobre isso. Obrigado.

2474

2475

2476 *(Palmas!)*.

2477

2478 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Tadêu,
2479 Sócios da Natureza. Por favor. Obrigada Everton.

2480

2481

2482 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG SÓCIOS DA NATUREZA)** – Tadeu Santos, Sócios
2483 da Natureza, Sul de Santa Catarina. Eu não sei se você já... Foi você que fez uma
2484 explanação em uma das plenárias desse ano ou foi o seu colega. Porque vocês
2485 falam muito na preocupação de atender o Acordo de Paris e sempre quando o
2486 Brasil, através do Fórum Brasileiro, do departamento do Ministério do Meio
2487 Ambiente, responsável sobre mudanças climáticas, sempre que se fala aqui, de
2488 quem que atendeu os acordos de Paris ou qualquer outro acordo da ONU, falam a
2489 questão, focam a questão do desmatamento. Quando o que você acabou de
2490 reconhecer, de que se existe o desequilíbrio na camada de ozônio que causa
2491 mudanças climáticas e violência das águas e dos ventos, é a queima de
2492 combustíveis fósseis. No Sul do País tem esse foco, na maior termoelétrica da
2493 América do Sul, que é a Jorge Lacerda, 857 megawatts. No Rio Grande do Sul
2494 tem mais duas ou 3 térmicas também. E eu não sei se tem alguém do Ceará, ou
2495 do Pará, ou do Maranhão, mas existia um projeto do Eike Batista em também
2496 instalar termoelétricas com carvão importado da China e da Colômbia, não sei que
2497 país. Então, eu apenas estou, para que fique registrado de que nós, como
2498 sofremos o problema lá, da queima de combustíveis fósseis, nós também
2499 moramos no epicentro do Furacão Catarina, que foi o único do Atlântico Sul, o
2500 único e primeiro. Então, a região lá, ela não foi atendida, não foi convidada para
2501 participar do Fórum Catarinense de Mudanças Climáticas. Entende? Muito menos,
2502 então, para o Fórum Brasileiro de Mudança Climáticas. Então, fica o nosso apelo
2503 aqui, para que, quando você fala em criar Câmara Técnica para discutir com a
2504 Sociedade Civil, se inteirar mais com a Sociedade Civil sobre essa questão de
2505 mudanças climáticas, tanto os que sofrem com isso ou os protagonistas, agentes,
2506 que se lembram do Sul de Santa Catarina. É isso. Obrigado.

2507

2508

2509 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Por favor,
2510 Paulo.

2511

2512

2513 **O SR. PAULO ROBERTO MARTINI (SBPC)** – Então, é para falar sobre a
2514 experiência pessoal, assim, sobre a maneira como esses fundos internacionais
2515 nos ajudam. Está bem assim? Paulo Roberto Martini SBPC. Então, a realidade,
2516 acho que não é bem essa, porque no caso do desmatamento, nós trabalhamos
2517 junto com o IBAMA, talvez desde 88, tentando fazer financiamento internacional e,
2518 na verdade, a grana para fazer isso sai da paleta do Governo Brasileiro. Dinheiro
2519 do MMA, dinheiro do MCTI, porque se nós ficarmos esperando por esses tais
2520 financiamentos internacionais, nós não teríamos nem iniciado a fazer o
2521 monitoramento da Amazônia usando ferramentas e tecnologias espaciais. Então,
2522 isso é uma coisa que nós temos que colocar isso no embornar, que quando...
2523 Embornar é bom, é mineiro embornar. Botar no embornar, quando esse pessoal

2524 começar a falar muito assim, de fundos, e tal, e nós vamos fazer isso, fazer aquilo,
2525 saber o que está sendo feito, está sendo feito pelo suor do pouco dinheiro que nós
2526 temos disponível aqui no Brasil. Outra coisa que me chama atenção, nós estamos
2527 no Cibes nº 4, nós estamos trabalhando para fazer o 4ª. O apelo desse satélite
2528 tem sido sistematicamente o monitoramento da Amazônia e agora passamos a
2529 tentar trabalhar em cima do monitoramento dos biomas, pois é o 4º satélite em
2530 que, de novo, na ferramenta altamente tecnológica tem que sair dos fundos de um
2531 país que tem metade da população vivendo no nível de tristeza também, mas
2532 vivendo em um nível de pobreza. Então, mesmo com esses objetivos tão, assim,
2533 importantes a nível global, eles acham assim, claro, eles encham o peito quando
2534 diz, o Brasil diminuiu o desmatamento. Então, em termos de mudanças climáticas
2535 globais isso é maravilhosos, mas eles esquecem de dizer que se nós não
2536 tivéssemos metido os peitos para tirar aquele dinheirinho crítico, pequeno que nós
2537 temos, investimento de ciência e tecnologia, nem isso teria acontecido. Então, eu
2538 acho que isso aí é uma coisa que vocês têm que guardar. Eu não sei exatamente
2539 onde é que está o erro desse eixo. Eu não sei se quem está lá na mesa, lá na
2540 frente negociando esses acordos de mudanças climáticas, etc., estão
2541 condignamente representados ou eles estão firmemente informados com esse
2542 nível de dificuldade que o Brasil enfrenta. Eu não acho, eu tenho minhas dúvidas,
2543 eu tenho minhas dúvidas de que essa coisa toda que eles prometem, elas
2544 realmente vão acontecer. Eu não sei quanto dinheiro do Fundo Amazônico da
2545 nossa Noruega está efetivamente aplicado, digamos assim, no que eu chamo de
2546 Plano Amazônia, que seria a Amazônia Brasileira e a Amazônia sul-americana,
2547 por exemplo, se a Amazônia Brasileira são 5 milhões de quilômetros quadrados, a
2548 Amazônia Pan-americana vai para 7 milhões e 700 mil quilômetros quadrados.
2549 Isso é um monumento ambiental. Então, vamos dizer assim, desculpe a
2550 veemência, mas, na verdade isso vem fruto dessa experiência que nós
2551 acumulamos ao longo dos anos. Obrigado.

2552

2553

2554 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigada.
2555 Ronaldo, por gentileza. Tem mais alguém interessado em se inscrever?

2556

2557

2558 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (PONTO TERRA)** – Ronaldo
2559 Vasconcelos, Ponto Terra, Belo Horizonte, Região Sudeste. Boa tarde a todos e a
2560 todas! Cumprimentar a mesa. Eu queria cumprimentar o nosso palestrante, dizer
2561 da boa qualificação da sua palestra. Mas eu tive a oportunidade, que a vida me
2562 ofereceu, de participar da COP 10, da COP 11 e da COP 15. Vejo que o Brasil já
2563 faz alguma coisa, como você colocou aí, com muita propriedade. Mas, por
2564 exemplo, agora fazer em termo de pergunta, por favor, o Brasil tem 26 Estados e o
2565 Distrito Federal. Desses 26 Estados e o Distrito Federal quantos efetivamente têm,
2566 que funcionam, comitês estaduais de mudanças climáticas, fóruns estaduais de
2567 mudanças climáticas? Eu sei que Minas Gerais tinha, tem, está funcionando, não
2568 sei se bem ou mal agora, aí a culpa é até minha. E as cidades. Eu citei aqui, hoje
2569 cedo, na minha palestra, na minha participação pequena, rápida, Minas tem 853

2570 cidades, se tiver 3 cidades que tem algum Comitê Municipal de Mudanças
2571 Climáticas e eco eficiência, talvez fosse muito. Essa informação eu passo como
2572 verdadeira. O Brasil tem 5 mil 565 municípios. Quantos têm o trabalho efetivo na
2573 área de mudanças climáticas? Eu não vou ficar falando aqui dos desastres que
2574 você já colocou, nem que seja de maneira passada. Eu quero fazer, então, duas
2575 perguntas. Quantos Estados, contando o Distrito Federal, participam efetivamente
2576 dessa política de mudanças climáticas? Dos 5 mil 565 municípios brasileiros,
2577 quantos tem comitês municipais de mudanças climáticas e se não era possível
2578 fazer um trabalho, a partir desse processo de descentralização, de quase de
2579 estadualização, de municipalização, para essa questão tão importante que o
2580 Governo não acordou e o que é pior gente, nós somos representantes da
2581 Sociedade Civil, a Sociedade Civil também ainda não acordou. Para assistir BBB
2582 tem muita gente, mas para debater mudanças climáticas tem pouca gente.
2583 Obrigado.

2584

2585

2586 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA) – Mário, CNI.**

2587

2588

2589 **O SR. MÁRIO CARDOSO (CNI) – Mário Cardoso, CNI.** Antes de fazer a pergunta,
2590 fazer a colocação que eu ia fazer, gostaria até de parabenizar o trabalho da
2591 Secretaria de Mudanças Climáticas, que sempre esteve aberta para discutir
2592 conosco, para debater os nossos pontos, pontos de vista, muitas vezes que não
2593 são concordantes com o do próprio Ministério, mas nós nunca podemos reclamar
2594 que não tem o espaço para nós estarmos debatendo, estar dialogando, isso que é
2595 o mais importante. Tem muita gente, eu acho, que nessa plateia aqui, que não
2596 conhece muito bem o que é NDC, o que é o nosso... Etapa agora, na questão de
2597 mudanças climáticas, que é implementação da CNDC, que é o compromisso que
2598 o Brasil assumiu na COP 21, é um desafio gigantesco, monumental que tem ali,
2599 cada linha que está posta naquelas medidas adicionais que foram colocadas na
2600 NDC, no compromisso brasileiro, a cada linha daquela é um grande desafio que
2601 se abre, esses 2 temas que vão na sequência aqui, CAR e Sinaflor, não estão
2602 nem citados, mas estão citados o Código Florestal, está citada a questão do plano
2603 de manejo, florestais e sustentáveis na Amazônia, está citado, o desmatamento
2604 acabar, zerar o desmatamento ilegal na Amazônia, quer dizer, estão citadas várias
2605 frases que, por trás dessas frases você tem todo um plano de ação, tem toda uma
2606 estratégia que tem que ser construída com a sociedade. Então, eu queria colocar
2607 que, às vezes, muitas vezes as pessoas falam como se não tivesse sendo feito
2608 nada, passa essa impressão equivocada, talvez seja interessante até o pessoal
2609 ater mais ao que está proposto no compromisso que o Brasil assumiu. E colocar
2610 uma questão só, doutor Everton, porque nós, muitas vezes falamos da questão de
2611 dinheiro de financiamento, talvez nós ficamos com uma pegada de alguns anos
2612 atrás, nós não temos mais esse cenário, mas tem uma coisa que nós podemos
2613 fazer, que está em nossas mãos, que é criar um ambiente para o negócio, um
2614 ambiente de negócios mais favorável, muitas vezes isso não passa pela questão
2615 financeira, isso passa, muitas vezes, pela questão regulatória, que, às vezes nós

2616 temos um arcabouço legal, um marco legal que não facilita a entrada de dinheiro
2617 novo no País e não facilita os novos negócios. Eu acho que nós temos que olhar
2618 também isso. Até os 2 sistemas que foram colocados, estão sendo colocados
2619 agora, o Sinaflor, eu acho que vem muito nessa direção, nós... O André deve estar
2620 por aqui já, mas nós colocamos muito... Vemos com bons olhos esse sistema, no
2621 sentido de você conciliar outros sistemas, tornar o ambiente melhor para que o
2622 negócio aconteça. O CAR a mesma coisa. Para a agroindústria esse sistema é
2623 interessante, para comprovar a regularidade ambiental do fornecedor de matéria
2624 prima, quer dizer, tem várias questões que já estão sendo colocadas em prática e já
2625 vão na direção do combate à mudança climática, talvez faltasse mais nós
2626 entendermos um pouquinho, porque a agenda de mudança climática, ela extrapola
2627 e muito a pauta ambiental, ela é uma pauta de desenvolvimento. Então, tem uma
2628 interface aí, com outros Ministérios, inclusive, que nós temos que estar sempre
2629 colocando. Obrigado.

2630

2631

2632 *(Palmas!)*.

2633

2634

2635 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Eu tenho
2636 inscrito aqui primeiro, Patrícia Boson. Seja bem-vindo, Dr. José Carlos Carvalho,
2637 nosso antigo presidente, ter se sentado nessa cadeira aqui, muito tempo. Seja
2638 bem-vindo a esta sala.

2639

2640

2641 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Patrícia Boson, CNT,
2642 fazendo coro aí, à mensagem e a fala do Mário sobre a receptividade do setor. Eu
2643 só queria assim, aproveitar o espaço dando os parabéns aí, pelas iniciativas, de
2644 abrir mais a porta e ao interesse do setor de transporte. Eu acho que fala-se muito
2645 pouco, tem-se muito pouco, e estuda-se muito pouco, e conhece-se muito pouco.
2646 Todo documento que nós analisamos a respeito do assunto, a questão do
2647 transporte está muito dentro da questão da energia e transporte não é só isso, nós
2648 temos a matriz de transporte, que precisa ter um modal de transporte variável,
2649 com grande investimento. Nós temos uma lógica de transporte que também, que é
2650 pouco conhecida, que além do transporte ser sobre rodas, que é a maioria, mais
2651 de 70% das nossas cargas são transportadas sobre rodas, elas são transportadas
2652 por indivíduos, é o Pedro e o Bino, que, às vezes fica com aquela imagem de que
2653 é uma grande empresa. Não. Mais de 60% são de autônomos, que são... Você
2654 tem assim, uma dificuldade de acesso para a capacitação, para informação, para
2655 essa questão. Então, é só pedir que vocês tenham assim, uma sensibilidade
2656 melhor, uma coisa, inclusive o documento que foi produzido na área de transporte,
2657 não tem absolutamente nada, quase nada, tem só menção, mas não tem nada a
2658 ver com a realidade do que é hoje, a atividade de transporte e de o quanto ela está
2659 comprometida e envolvida com essa agenda da mudança climática. E eu vou
2660 aproveitar o espaço só para colocar aqui um dado que o Conselheiro Ronaldo
2661 falou, o nosso despoluir ele é voluntário e gratuito. Então, o pessoal vai lá e faz de

2662 graça, quer dizer, não existe almoço de graça, o SEST SENAT é que banca toda a
2663 logística da medição das emissões lá. Obrigada.

2664

2665

2666 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Patrícia. Eu
2667 tenho mais um inscrito e depois vou passar a palavra ao doutor Everton, para ele
2668 fazer aí, uma finalização. O senhor se identifica. O senhor me desculpe, mas eu
2669 não...

2670

2671

2672 **O SR. ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO (GOVERNO DO ESTADO - CEARÁ)** – Boa
2673 tarde a todos e a todas! Eu sou Artur Bruno, sou secretário do meio ambiente do
2674 Ceará. Eu quero aqui dar a informação ao colega Conselheiro, que no Ceará, na
2675 gestão do atual Governador Camilo Santana, o Fórum de Mudanças Climáticas
2676 tem tido reuniões regulares. Então, lá, pelo menos 2 anos nós nos reunimos
2677 regularmente. E é sobre isso que eu quero perguntar, porque no primeiro, salvo
2678 engano, no 1º semestre do ano passado nós tivemos lá, uma comitiva do
2679 Ministério do Meio Ambiente e também do Fórum, para debatermos a minuta
2680 sobre a Lei de adaptação. Então, depois nós não tivemos mais notícia. Então, eu
2681 gostaria de saber a que ponto está esse debate sobre essa Lei que é tão
2682 importante, já que nós temos a Lei na Política Nacional, mas precisamos da
2683 política de adaptação. Então, envolver os Estados é fundamental também, nesse
2684 debate. E que ponto está, em que momento se pretende levar esse debate para o
2685 Congresso Nacional.

2686

2687

2688 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigada.
2689 Eu vou passar a palavra ao Secretário Everton Lucero.

2690

2691

2692 **O SR. EVERTON FRASK LUCERO (SECRETÁRIO DE MUDANÇA DO CLIMA E**
2693 **FLORESTAS DO MMA)** – Muito obrigado pelas questões. Eu vou ser breve aqui,
2694 para não tomar muito do tempo de vocês. Primeiro com relação a questão do
2695 desmatamento. Bom, eu primeiro reafirmo, a principal causa global do aumento de
2696 emissões continua sendo a queima de combustíveis fósseis, basicamente petróleo
2697 e carvão. Isso é fato. No caso brasileiro houve um período, até 2004, 2005, em
2698 que as emissões, nosso perfil brasileiro de emissões, a principal fonte era o
2699 desmatamento, por conta das altas taxas de desmatamento na Amazônia. Ouve,
2700 na última década, uma drástica queda na taxa de desmatamento, graças a
2701 implantação de políticas públicas específicas, no caso da Amazônia o PPCDAm,
2702 um Plano Nacional de coordenação para prevenção e controle do desmatamento.
2703 E também no âmbito do cerrado existe um plano semelhante ao PP Cerrado.
2704 Agora, nos 2 últimos anos nós percebemos meio que um repique da taxa de
2705 desmatamento, isso nos levou a repensar a estratégia. Por quê? Porque só
2706 fiscalização, só comando e controle, em que pese à importância que tenha esse
2707 fato, não é o suficiente no longo prazo, porque basta qualquer crise, basta

2708 qualquer percepção de que esse controle está um pouquinho relaxado, que o
2709 desmatamento volta a subir. Os atores estão lá, atentos, muitos organizados de
2710 forma clandestina, até como entidades criminosas mesmo, ligadas ao crime
2711 transnacional. Então, essa vigilância, ela precisa ser constante. Agora, para nós
2712 termos uma solução de longo prazo, além do comando e controle, temos que
2713 migrar para a promoção de uma economia de base florestal sustentável, que gere
2714 riqueza, que gere empregos e que valorize o ativo florestal, a floresta em pé, em
2715 vez da sua remoção. Nós temos exemplos no Brasil em que isso funciona muito
2716 bem, eu vou citar apenas um, que é no Estado do Acre, que após o zoneamento
2717 econômico ecológico e com a permanência de políticas voltadas para a ocupação
2718 do solo e a produção, de uma forma conectada, integrada, tem tido excelentes
2719 resultados. Nós precisamos ter esse modelo em nível de biomas, começando pelo
2720 bioma amazônico e para isso existem sim, fundos, como o Fundo Amazônia que
2721 foi mencionado pelo Tadê, acredito, o Fundo Amazônia que é um fundo que
2722 capta recursos internacionais, o principal doador é a Noruega, Alemanha também
2723 é doadora, nós estamos atrás de captação de outros doadores, os recursos
2724 existem lá como pagamento pelos resultados que o Brasil já demonstrou que
2725 aferiu na redução do desmatamento na última década. Esses resultados é que nos
2726 qualificaram a receber esse pagamento e estão aí os recursos que estão sendo
2727 acessados por Estados, por ONGs, por entidades que apresentam projetos nessa
2728 linha de fortalecimento das cadeias produtivas, de apoio a comunidades
2729 tradicionais e também, de comando e controle, a própria fiscalização do Ibama foi
2730 reforçada agora, no ano passado, com recursos do Fundo Amazônia, depois de
2731 uma negociação que tivemos para mostrar aos doadores a importância de ter essa
2732 complementação, de ter a utilização dos recursos do Fundo também, para a
2733 atividade fim dessa instituição aqui, que hoje nos abriga. Por outro lado à questão
2734 da queima dos combustíveis fósseis no Brasil também está sendo vista como
2735 prioridade, porque o BNDES, caso não saibam, já tomou, já emitiu uma diretriz de
2736 não mais financiar térmicas a óleo ou a carvão no País, e ao mesmo tempo em
2737 que está valorizando, e colocando recursos para financiamento de energias
2738 alternativas, em particular a solar. Ontem mesmo, no Ministério do Meio Ambiente,
2739 junto com o Ministro das Minas e Energia o Ministro Sarney Filho, a diretora do
2740 BNDES, ex-presidente do Ibama, Marilene Ramos, divulgou uma nova chamada
2741 pública do BNDES, em apoio a energias renováveis em áreas isoladas, áreas que
2742 nunca tiveram acesso a energia. Então, com recursos reembolsáveis sim, mas a
2743 taxas mais atrativas para os investidores. Então, o Governo tem trabalhado sim,
2744 está havendo uma boa coordenação com os outros órgãos da Esplanada, para
2745 que isso seja bem encaminhado. Com relação ao nível subnacional, e nós temos
2746 uma demanda ao fórum, ao fórum brasileiro, de que estimule, em contato com os
2747 Estados, e os municípios, a criação de fóruns específicos nos Estados, e nos
2748 municípios. Nós achamos que é muito importante seguirmos nessa direção e
2749 estamos trabalhando para isso. Agora, isso não é uma questão que cabe só ao
2750 Ministério do Meio Ambiente, quer dizer, é preciso haver uma sensibilização, o
2751 interesse e nós estamos trabalhando isso por intermédio do fórum, que
2752 institucionalmente é o canal também, para promovermos esse diálogo. Queremos
2753 sim, contar com a perspectiva local e a perspectiva estadual na nossa formulação

2754 política nesse assunto. Eu não saberia dizer quantos municípios dispõe. Então,
2755 não tenho essa informação, isso é um dado que nós precisamos levantar, acredito
2756 que são poucos ainda, Estados, alguns têm, enfim, só citou Minas Gerais. São
2757 Paulo tem, Rio de Janeiro tem, Ceará. Então, ainda temos muito que trabalhar
2758 para recuperar um pouco o atraso, a dívida que temos com entes subnacionais,
2759 que eu reconheço que é grande e que já é parte de uma mentalidade no Governo
2760 Federal que precisamos reverter e o nosso Ministro Sarney Filho tem feito todos
2761 os esforços para buscar maior aproximação. Ontem também estivemos com uma
2762 reunião dos secretários estaduais de meio ambiente, eu vejo alguns deles aqui
2763 presentes, em que houve juntamente essa intenção, de nós nos aproximarmos
2764 mais e trabalharmos de forma coordenada, como eu falei, aliás, na minha
2765 intervenção aqui, inicial, eu não vou repetir. Com relação aos recursos, portanto,
2766 só para também não deixar sem resposta o Paulo da SBPC, nós temos ciência de
2767 que existe um grande esforço das instituições brasileiras, como o INPE, como o
2768 MCTI, de aportar recursos, mas nós não podemos desconhecer que essas
2769 instituições também se valem, também contam com recursos de fonte
2770 internacional quando, por exemplo, os projetos se destinam a monitoramento na
2771 região Amazônica, a geração de informações e dados sobre a floresta do próprio
2772 Fundo Amazônia. Com relação ao Mário da CNI, eu acho que o que o Mário
2773 comentou está perfeitamente contemplado no que eu disse na minha fala inicial,
2774 quer dizer, é preciso sim, buscar recursos de todas as fontes, envolver mais o
2775 setor privado e criar um ambiente favorável de negócios sustentáveis, promover
2776 negócios sustentáveis, que valorizem a redução de emissões, é o nosso objetivo.
2777 E desatar nós regulatórios, é parte dessa estratégia, que nós queremos aproveitar
2778 a estratégia para identificar onde estão os nós, quais as barreiras, quais as
2779 amarras legislativas ou regulatórias que estão impedindo mais ações sustentáveis,
2780 onde estão, para que nós possamos listar e, então, termos essa estratégia, de
2781 pouco a pouco irmos removendo cada uma. O setor de transportes, Patrícia, eu
2782 não mencionei, mas é um setor importante e que também deverá ser contemplado
2783 com uma Câmara Temática específica dentro do Fórum Brasileiro de Mudanças
2784 Climáticas, para uma discussão específica, porque é realmente vital e se nos
2785 levarmos em conta à questão da mobilidade urbana, em muitas cidades, como
2786 aqui em Brasília, por exemplo, nós sabemos que no perfil de emissões do Distrito
2787 Federal a principal fonte é a mobilidade, é o transporte, porque é muita ênfase no
2788 transporte individual, automotivo. Então, parte da solução também vem para o
2789 incentivo a modalidades eficientes e dignas de transporte coletivo, de mobilidade
2790 urbana. E por fim a questão de adaptação. O que houve, o que foi referido pelo
2791 secretário Artur, foi na fase, antes de, até 2015, a elaboração do Plano Nacional
2792 de Adaptação. Não é uma proposta Legislativa, é um Plano Nacional, é uma
2793 política e esse plano foi ainda publicado na gestão anterior, no finalzinho da
2794 gestão da Ministra Isabela Teixeira, ele está em vigor, portanto. O que nós
2795 estamos fazendo agora é articular a execução, acompanhar a implementação,
2796 definir indicadores que permitam aferir como o plano está saindo do papel. O
2797 plano foi feito, de fato, de uma forma bastante abrangente e contemplou diversos
2798 setores, diversas iniciativas. Então, agora a dificuldade é implementar. De novo
2799 nós voltamos à questão dos recursos. Portanto quando nós falamos no desafio do

2800 investimento, de mobilizar recursos, de atrair investimentos, nós estamos falando,
2801 tanto para reduzir emissões, quanto para ações de adaptação a mudança do
2802 clima, que eu entendo, é a prioridade no caso dos Estados e municípios, porque é
2803 quem, é onde se sofre, se visualiza no dia-a-dia e se sente o efeito imediato de
2804 qualquer grande alteração climática, seja por um evento extremo, seja por esses
2805 eventos que são mais duradouros, mas que vem modificando o padrão climático
2806 em todas as regiões. Eu espero ter tratado aqui, das questões que me foram
2807 colocadas, agradeço pelos temas, isso nos ajuda também a reunir, como sempre
2808 mais elementos, e subsídios para as nossas reflexões, e deixo, renovo o convite a
2809 todos os interessados, que busquem o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas,
2810 e se engajem, aportem as suas contribuições como parte desse processo que
2811 apenas iniciamos. Muito obrigado.

2812

2813

2814 *(Palmas!)*.

2815

2816

2817 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigada,
2818 Everton. Muito obrigada, mais uma vez, pela sua disponibilidade de vir aqui dar
2819 notícias tão relevantes aí, a esse Conselho. Bom, nós tínhamos feito uma inversão
2820 de pauta, eu acho que agora nós começamos a discutir a moção. Há uma
2821 avaliação preliminar nossa, de que nós temos quórum para deliberar sobre a
2822 moção. Então, eu pediria ao Tadêu Santos que fizesse aí, uma exposição sobre a
2823 moção e uma defesa aí, da proposta que está sendo posta para deliberação do
2824 Conselho.

2825

2826

2827 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG SÓCIOS DA NATUREZA)** – Boa tarde novamente.
2828 Para efeito de ata... Meu nome é Tadêu Santos, eu represento uma entidade
2829 ambientalista do Sul de Santa Catarina, foi criada em 1980 para combater a
2830 posição de minas de carvão no Rio Aragua. Nós viemos aqui para o Conama em
2831 2009 e por existir um rodízio... Mas nós apresentamos essa moção, essa proposta
2832 de moção em novembro de 2016, contando que haveria a Plenária, a última
2833 Plenária em... A 24^a em dezembro de 2016. Por motivos de ordem estrutural do
2834 Ministério ou do Conama, foi cancelada a 24^a e como nós tínhamos protocolado,
2835 tivemos o direito de apresentar essa proposta nessa Plenária. Eu estou aqui
2836 como... Era Conselheiro, não sou mais, mas eu estou aqui como convidado, no
2837 Ministério, em circunstância desse compromisso protocolar, então. A moção, se
2838 vocês receberam uma cópia, ela sofreu algumas alterações chamadas de
2839 substitutivos, é isso o nome correto? E eu não vou me alongar muito, porque é
2840 uma moção, uma página e pouco, o horário já está... Mas a moção é simples, ela
2841 está pedindo apoio e atenção à questão do lixo. Como eu falei ontem, na reunião
2842 preparatória, para alguns que estão aqui, nós consideramos a questão do lixo
2843 como um dos fatores mais impactantes deste País. Então, é tão mais impactante
2844 quanto à queima de combustíveis fósseis, quanto o desmatamento nos biomas
2845 brasileiros, que o desmatamento também não ocorre apenas no Amazonas, ocorre

2846 em todos os 5 biomas, claro que com menos intensidade no Pampa, mas eu
2847 considero que o desmatamento na Mata Atlântica é muito preocupante, talvez até
2848 mais do que do Amazonas. E a questão do lixo, ela é preocupante, porque ela,
2849 nesse momento está acontecendo e a cada segundo nesse País, a cada minuto, a
2850 cada hora, a cada dia, a cada semana, a cada mês, o lixo continua sendo jogado
2851 na natureza e causando impactos ambientais, às vezes, reversíveis para todos os
2852 ecossistemas que formam os 5 biomas. Então, o pedido de aprovação da moção é
2853 um tipo de alerta para nós, da Sociedade Civil, para o Governo, para o setor
2854 produtivo, para que... Existe uma legislação vigente, para que essa legislação seja
2855 olhada com mais carinho, com mais atenção, para que se possa reduzir o índice
2856 de lixo no país. Que lembrando, não apenas afeta os 5 biomas que são citados,
2857 mas o bioma marinho. Existem ilhas de plástico no planeta que matam milhões de
2858 espécies marinhas que pensam que o plástico, o isopor ou qualquer coisa é
2859 alimento e isso está passando despercebido por nós. Ontem eu citei a palavra
2860 "normose", que eu li em algum lugar aí, que é aquela situação onde você passa a
2861 não se preocupar mais com o indigente sentado na rua ou morrendo na calçada.
2862 Então, nós estamos passando também, vendo esses impactos ambientais
2863 acontecerem e essa questão do lixo, existe uma Lei, 12.305, existe a logística
2864 reversa, existem vários princípios, existem vários programas. Então, essa moção
2865 poderá vir a alertar futuros programas que o Governo venha a adotar, em relação
2866 a facilitar a vida das cooperativas, dos catadores, mas principalmente das
2867 cooperativas, das empresas de reciclagem, de modo que eles possam continuar
2868 recolhendo o lixo da natureza e transformando esse lixo em um produto. Então,
2869 essa ação é muito importante. Essa ação de mudança de hábito, de atitude do
2870 dia-a-dia de todos nós. Então, eu peço para vocês que votem uma moção que
2871 teve o consenso da bancada ambientalista, da Sociedade Civil, dos 22. Teve
2872 também a participação na redação de correções do Ministério do Meio Ambiente e
2873 do Conama. Então, é uma proposta que tem o consenso de ambos da formação
2874 aqui, dos 108 conselheiros do Conama. Vocês já leram, viram que ela... Ela
2875 apenas está fazendo um alerta, não tem nenhuma agressividade, não tem
2876 nenhuma crítica, é uma crítica para nós todos. Vamos cuidar do lixo desse País.
2877 Era isso.

2878
2879

2880 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Patrícia,
2881 Wanderley, Mário. Patrícia primeiro.

2882
2883

2884 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Patrícia Boson, CNT. Eu
2885 queria louvar a iniciativa e dizer que é uma coisa muito importante, não é possível,
2886 se nós não tomarmos uma atitude agora, nós vamos ficar com resíduos sólidos no
2887 mesmo nível que estamos com a água e esgoto. Quer dizer, nós estamos a 7^a
2888 economia do mundo, com índices de saneamento na área de água e esgoto das
2889 piores do mundo. Quer dizer, é uma vergonha, em termos de país, que se
2890 pretende liderança aí, na América Latina e no hemisfério sul. Então, se nós
2891 realmente não agirmos e lembrarmos, não é para modificar a moção, que ela ficou

2892 bem, mas é lembrar que inclusive, o incentivo fiscal é um instrumento da política,
2893 que está renegado a 2º plano, ninguém toma iniciativa, ninguém faz nada. E
2894 lembrar também da fala do secretário, que é a questão de negócios sustentáveis.
2895 Nós estamos tanto falando em desemprego e na necessidade de ativar
2896 novamente a economia do País, porque não com uma agenda positiva como essa,
2897 de fazer gerar. A própria área de transporte tem uma importância e, de novo ela
2898 também não é lembrada, não tem nem Câmara Técnica, mas é ela que leva e
2899 traz, viu gente? Ela que leva o produto e é ela que recolhe o produto. Então, a
2900 própria área de transporte, ela tem aí um campo imenso de atuação, se convidada
2901 a, se tiver um incentivo, se tiver uma segurança jurídica, se tiver alguma proposta
2902 adequada para se trabalhar isso, porque nós podemos trabalhar até com
2903 fidelização de produto. E o transportador pega o produto, e o transportador retorna
2904 com o produto. Então, quer dizer, parabéns Tadêu, a iniciativa é muito boa e
2905 espero, realmente, que nós, como membros do Conama, não só façamos uma
2906 moção e larguemos lá, mas que nós acompanhemos, saber quem recebeu, que
2907 providências foram tomadas, o que está acontecendo. Obrigada.

2908
2909

2910 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigada
2911 Patrícia. Wanderley.

2912
2913

2914 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Zilda, senhores Conselheiros,
2915 boa-tarde! A CNI ela desenvolveu em 2013, um estudo amplo sobre instrumentos
2916 econômicos da PNRS, esse estudo foi repassado ao GT 3 do Comitê
2917 Interministerial, que trata da efetivação dos instrumentos econômicos, mas por
2918 conta de toda a crise que veio de 2014 para cá, nós não conseguimos a efetivação
2919 disso no setor legislativo e até também no Executivo, mas de qualquer maneira a
2920 CNI está aqui, prestando apoio a moção da Sócios da Natureza, nós até
2921 disponibilizamos o estudo ao Tadêu. Essa é uma bandeira que é uma bandeira,
2922 acho que é da sociedade, não é só de um setor e achamos que, de fato, para a
2923 Política Nacional de Resíduos Sólidos ter o êxito que nós queremos, o instrumento
2924 econômico é uma das partes das mais importantes, haja vista que nós precisamos
2925 fomentar a reciclagem, sem ela todos os demais instrumentos que permeiam a
2926 sustentabilidade não podem ficar de pé. Então, eu peço aos senhores
2927 Conselheiros e Conselheiras, o apoio à moção da Sócios da Natureza. Obrigada.

2928
2929

2930 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigada,
2931 Wanderlei. Paulo.

2932
2933

2934 **O SR. PAULO CÉSAR NAUIACK (CNC)** – Paulo Nauiack, CNC. Na verdade,
2935 também a nossa moção é de apoio, é extremamente importante estarmos juntos,
2936 sermos protagonistas desse movimento e dessa moção. Eu faria apenas uma
2937 breve observação no § 4º, se você puder colocar ali, onde diz, como alternativa

2938 apresenta-se a logística reversa, apenas para não dar esse enfoque de como
2939 única alternativa, talvez como parte dessa solução a logística reversa, porque não
2940 é apenas a única alternativa, é parte da alternativa de solução do problema como
2941 um todo. Apenas essa observação, mas acho que estamos todos alinhados, é um
2942 grande propósito, se não tivermos os incentivos não vamos caminhar.

2943

2944

2945 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Qual é,
2946 objetivamente, a mudança que está propondo? Que nós retiremos como
2947 alternativa?

2948

2949

2950 **O SR. PAULO CÉSAR NAUIACK (CNC)** – Retire como alternativa e veja, fique
2951 como uma das partes, uma das alternativas, mas não como única alternativa. Aí é
2952 uma questão mais de semântica, ficou um pouco truncada essa primeira frase.

2953

2954

2955 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Eu acho
2956 que tira o ‘apresenta-se’ ali dentro. Dentro das alternativas.

2957

2958

2959 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2960

2961

2962 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Então, está
2963 bom. Vamos primeiro ouvir os comentários, aí depois nós votamos. Ele já se
2964 adiantou e fez uma proposta de redação. Eu tenho aqui o Roberto, depois a
2965 Mariana e o Heatclif. Luciana. Luciane. Perdão.

2966

2967

2968 **O SR. PAULO ROBERTO MARTINI (SBPC)** – Só para eu entender. A proposta
2969 de emenda não entra agora, é isso?

2970

2971

2972 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Não. É só
2973 para fazer um comentário à manifestação, a respeito da proposta e depois eu
2974 vou... Nós colocamos em votação.

2975

2976

2977 **O SR. PAULO ROBERTO MARTINI (SBPC)** – Mas agora não apresenta...

2978

2979

2980 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Se você
2981 quiser adiantar.

2982

2983

2984 **O SR. PAULO ROBERTO MARTINI (SBPC)** – Tudo bem. Está ok. Beleza, então.
2985 Bom. Então, eu já vou adiantar que é melhor. É coisa simples, primeiramente eu
2986 queria, mais uma vez, ontem em reunião preparatório já dissemos isso enquanto o
2987 Movimento Nacional dos Catadores e, aqui também parabenizar a iniciativa, que
2988 para nós é muito importante aí, para os catadores em todo o Brasil, essa iniciativa
2989 dessa moção, que ela, essa questão da desoneração da cadeia ela vai impactar
2990 diretamente nas cooperativas e nas redes de catadores aí, que muitas vezes ficam
2991 lá, com os seus materiais aí, sem comercialização, que muitas vezes, inclusive
2992 uma matéria virgem, ela é mais viável do que o próprio reciclado. Então, nós
2993 temos essa dificuldade, muitas vezes dos próprios materiais reciclados de nossas
2994 cooperativas ficarem encahalados por conta dessa questão da bitributação que
2995 existe. Tem no § 3 ali, nós gostaríamos de propor, a realidade que mostra que
2996 grande parte dos municípios, a realidade que mostra que grande parte dos
2997 municípios brasileiros adiaram a implantação, nós gostaríamos de propor, se
2998 possível, que grande parte dos municípios não implantaram ou executaram os
2999 seus planos de resíduos, porque existe uma grande realidade, na verdade, dos
3000 municípios, não sei se acrescenta, não sei o que nós fazemos, mas muitas partes
3001 dos municípios, na verdade, alguns já implantaram seu planos de resíduos, mas
3002 não colocaram, não implantaram e outros ainda não realizaram os seus planos de
3003 resíduos.

3004
3005

3006 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Depois aí
3007 nós...

3008
3009

3010 **O SR. PAULO ROBERTO MARTINI (SBPC)** – Tem um outro item que, lá no 4º §,
3011 que diz que, lá embaixo, que diz sobre a questão das cooperativas de catadores,
3012 reduzir os impactos socioambientais da extração de matéria-prima, ao mesmo
3013 tempo em que forneçam a coleta seletiva com parceria as cooperativas e
3014 associações de catadores. E acrescentar-se também a associações. É isso.

3015
3016

3017 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigado,
3018 Roberto.

3019
3020

3021 **O SR. PAULO ROBERTO MARTINI (SBPC)** – Eu que agradeço.

3022
3023

3024 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Luciane.

3025
3026

3027 **A SRª. LUCIANE BERTINATTO COPETTI (Anamma/Centro-Oeste)** – Boa tarde
3028 a todos! Luciane Bertinatto, estou secretária do meio ambiente em Sinop,
3029 representando aqui, a Anamma, região Centro-Oeste. Estou secretária já, há mais

3030 de 13 anos no município de Lucas do Rio Verde, onde nós procuramos
3031 implementar a Política Nacional de Resíduos em todos os seus itens e a grande
3032 dificuldade é enaltecer a iniciativa de vocês, de trabalhar essa moção. É a primeira
3033 reunião do Conama que eu participo, mas dizer para vocês do grande desafio do
3034 gestor público municipal em implementar a Política Nacional de Resíduos.
3035 Procurei fazer esse trabalho ao longo 13, 14 anos e agora assumindo o município
3036 de Sinop, me deparo com o lixo, me deparo com um monte de problemas,
3037 coleta seletiva e tudo mais. Mas já dizia ao, então, Governador Pedro Taques,
3038 da necessidade da implementação de políticas públicas que incentivem empresas
3039 que fomentem a reciclagem, que façam com que isso realmente possa acontecer
3040 lá na ponta, porque criar uma política, criar uma lei é fácil, o difícil é você chegar
3041 no município e aplicar essa lei e fazer ela realmente sair do papel. Então, como
3042 gestora pública municipal, gostaria de deixar aqui registrado, que há necessidade
3043 sim, de investimentos maiores, de olhar melhor para os incentivos, para empresas
3044 que realmente trabalhem a reciclagem, que trabalhem a utilização desses
3045 materiais, que não se criem dificuldades no licenciamento ambiental e,
3046 principalmente nas taxas de licenciamento ambiental de aterros sanitários, as
3047 taxas são coisas absurdas de licenciamento, você tem que fazer estudo de
3048 impacto ambiental que custa caríssimo, enfim, é toda uma situação posta. E
3049 defendo veementemente que os aterros sanitários devem ser consorciados, ou
3050 seja, entre municípios, porque a viabilidade de um aterro sanitário, não é possível
3051 manter o aterro, construir é fácil, o problema é manter, em um município de
3052 pequeno porte. Então, deixar aqui registrada a minha participação nesta reunião
3053 do Conselho, e dizer que vou, dentro dessa oportunidade de estar aqui, trabalhar
3054 muito com a questão da gestão de resíduos, porque essa é uma situação
3055 calamitosa no País, e cabe aos municípios lá na ponta, resolver essa situação.
3056 Mas se não houver um olhar mais direto da gestão federal e estadual para ajudar
3057 os municípios, jamais isso vai sair do chão, jamais nós vamos conseguir, porque a
3058 grande dificuldade, principalmente, são muitos secretários municipais entenderem
3059 qual é a sua função dentro da Política Nacional de Resíduos e como implementar
3060 isso nos seus municípios. Então, enaltecer o trabalho, fazer com que isso
3061 realmente saia do papel e que nós possamos implementar as políticas públicas
3062 como elas têm que ser, mas com resultados para os catadores que conseguiram
3063 isso em Lucas do Rio Verde com muito custo, com muito trabalho, mas que hoje
3064 tem orgulho de dizer que lá nós conseguimos aplicar a política municipal de
3065 gestão de resíduos, por força e vontade do município e do Prefeito, mas que a
3066 dificuldade nacional e estadual é muito grande. Obrigada.

3067
3068

3069 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigada,
3070 Luciane. Heatclif.

3071
3072

3073 **O SR. HEATCLIF HORING (GEBIO)** – Muito bem, claro que não deveria ser ao
3074 contrário, parabenizar o Tadêu pela iniciativa dessa moção. Estamos aí para
3075 quase 6 anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Eu creio que o município

3076 da que me antecedeu falou aqui, um dos poucos, porque nós sabemos que muitos
3077 municípios têm dificuldades, muitos por não conseguirem, às vezes por falta de
3078 recursos, às vezes por falta de vontade, talvez política ou acreditando que, como
3079 tem sido, vem se adiando a obrigação que tenha os aterros sanitários, mas um
3080 dos grandes princípios é esse, a questão da logística reversa, incentivos que tem
3081 que ter, muitas empresas. Nós sabemos que algumas dependem dos acordos
3082 setoriais. Temos aí a questão de pneus que já acontece, algumas questões das
3083 embalagens de agrotóxicos e outras, enfim, engatinhando. Mas eu gostaria, já que
3084 o pessoal já propôs alguma coisa, eu gostaria só de colocar alguma coisa para...
3085 Como o colega mesmo falou, o art. 4º lá, que fala que uma das alternativas de
3086 logística, é a logística reversa, uma das ferramentas lá, dos itens que fala de
3087 redução, enfim, fala da logística reversa. O inciso, o final. Então, ele fala que traz
3088 essa como..., nela que estão os grandes problemas, que não tem incentivos para
3089 as empresas que praticam. Nós falamos reciclagem. Nós sabemos que
3090 tecnicamente reciclagem é o ato de eu pegar esse papel e transformá-lo, e assim,
3091 popularmente nós falamos reciclagem, se trata de eu separar aqui ou encaminhar,
3092 mas temos que tecnicamente reciclagem é o ato de eu pegar esse papel e
3093 transformar novamente em outra matéria-prima, enfim, outro material. E eu penso
3094 aqui que a questão que está Tadê, se permite, talvez alguma coisa assim, que
3095 não está tendo os incentivos na logística reversa, empresas que querem
3096 encaminhar, as empresas que fazem o transporte, alguma coisa que, talvez...
3097 Então, ok, só que essa interpretação, então, assim há empresas que adotam...

3098
3099

3100 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Heatclif,
3101 deixe-me só te interromper. Dentro da Lei, eu coordeno essa área dentro do
3102 Ministério. Dentro da Lei é obrigação da indústria implementar a logística reversa.
3103 Então, eu não... O incentivo não é diretamente para a indústria. A indústria tem
3104 obrigações. A indústria, o comércio, importadores, os comerciantes. A iniciativa
3105 que se quer aqui é fazer com que, ao se coletar um resíduo gerado em residência
3106 ou nos serviços, ele possa não... Receber algum incentivo para retornar a indústria
3107 de reciclagem. Isso vai ser bom para todo mundo, mas não é um incentivo para a
3108 indústria mover a logística reversa, porque pela Lei isso já é uma obrigação formal
3109 dela, sem incentivo algum.

3110
3111

3112 **O SR. HEATCLIF HORING (GEBIO)** – É, só que aí essa prática, empresas que
3113 adotam práticas de reciclagem. Só assim para ter um exemplo. Isso que eu queria
3114 entender. Que adotam a prática da reciclagem. É porque a reciclagem é usada de
3115 uma forma muito genérica.

3116
3117

3118 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Não. Não. É
3119 para a matéria-prima retornar ao ciclo produtivo. Não é a indústria propriamente
3120 dita. Hoje existe, incide uma série de impostos e taxas na movimentação desses
3121 resíduos pelo País. O que se quer fazer, foi o que nós conversamos, é fazer com

3122 que esses produtos não sejam mais exonerados. É isso que se quer. Não uma
3123 taxa específica de incentivo à indústria para ela fazer a logística reversa ou para
3124 ela promover a reciclagem, indiretamente isso vai ser positivo para toda a
3125 sociedade.

3126

3127

3128 **O SR. HEATCLIF HORING (GEBIO)** – Ela diz assim, implementação de medidas
3129 públicas de incentivo, de empresas que adotam a prática da reciclagem. Eu
3130 imagino assim, talvez seja usar só, deixar bem claro isso, para que o órgão que
3131 esteja recebendo, para o qual nós estamos encaminhando essa moção, eles
3132 entendam... Empresas que adotam práticas de reciclagem. Não, qual que era a
3133 intenção para que nós... Adotam prática de reciclagem. Esse é o objetivo principal
3134 que nós queremos, eu quero incentivo para quem adota prática de reciclagem. O
3135 Confaz ao receber isso aí ficou, sabe? Eu não vou dizer que... Incentivar quem
3136 adota prática de reciclagem. A empresa recebe, adota prática de reciclagem.
3137 Então, que nós possamos ser mais claros, por exemplo, eu queria entender qual
3138 era a intenção, para que nós possamos, talvez comentar. Quem receba, a prática
3139 de reciclagem, para mim a prática de reciclagem é um pouco... Mais específico, se
3140 algum quiser até ajudar nesse... Por isso que eu queria saber se era a prática da
3141 cadeia da logística reversa...

3142

3143

3144 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Entendi.
3145 Agora está mais claro. Eu tenho ainda o Francisco Soares inscrito, e eu gostaria
3146 de depois promover a votação, e aí nós começamos a trabalhar em cima do texto.

3147

3148

3149 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – FURPA, Fundação Rio
3150 Parnaíba. Antes de tudo quero, sou favorável pela aprovação da moção sobre o
3151 destino (...) a reciclagem, como não só a reciclagem, como reutilização do lixo,
3152 mas acima de tudo nós quer temos trabalhado há anos, junto na Câmara Técnica
3153 de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, que tenta disciplinar a Lei 2.305
3154 de 2010 e que tenta incutir que as prefeituras façam os seus planos municipais de
3155 resíduos sólidos, de resíduos, que 90%, se eu não me engano, não conseguiram
3156 fazer nada. Então, a reciclagem seria uma alternativa para ajudar, que o problema
3157 do lixo, do lixo do país, é um caso de polícia, já não é mais nem um caso
3158 ambiental, é um caso de saúde pública. A maioria das doenças causadas no país,
3159 principalmente no Nordeste e no Norte, são causados por vetores, que estão nos
3160 lixões. Nós temos o companheiro ali, que é médico lá de Marabá, que sabe que os
3161 vetores são responsáveis pela propagação da doença, além que os lixões, além
3162 de contaminar o lençol freático, os aquíferos, então, tem mais um problema.
3163 Então, tem que acabar, o fim do lixo nesse país, e que as prefeituras têm que
3164 fazer os seus planos municipais de resíduos, e que tem que ter política de coleta
3165 seletiva para ajudar a fortalecer a reciclagem, porque eu digo que o lixo, tem uma
3166 parte que eu digo o lixo do lixo. Muita coisa que você joga no lixo pode ser
3167 reutilizado, reutilizado. Oficinas por aí, que nós já fizemos oficina de

3168 reaproveitamento, serviço artesanal, aproveitando aquilo que foi jogado no lixo,
3169 fazendo caixas e outro (...). O que está faltando é aquilo que nós estamos
3170 dizendo, é a educação ambiental que está na Câmara Técnica, no Conama, não
3171 funciona, que poderia funcionar e....

3172

3173

3174 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Francisco,
3175 vamos focar aqui. Os conselheiros já começaram a sair, nós não vamos ter
3176 quórum para votar. Nós não vamos ter quórum para votar.

3177

3178

3179 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Nós estamos em pleno
3180 acordo que a moção seja, mas é apenas um começo de uma lei que está aí, que
3181 tem os planos municipais de resíduos e os aterros sanitários que não são
3182 construídos neste País.

3183

3184

3185 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Então,
3186 vamos colocar em votação? Eu não sei se agora nós já temos mais quórum, mas
3187 eu acredito que ninguém se manifestou contrário à proposta, eu acho que
3188 ninguém vai questionar isso. Então, eu pergunto, quais os conselheiros estão
3189 favoráveis à aprovação da moção, o texto básico da moção? Eu voto também.
3190 Quantos? 45. Abstenções? Votos contrários? Faltaram 2 votos só, acabaram de
3191 sair 2 conselheiros, então. A Zuleica não está na sala e a Patrícia Boson acabou
3192 de sair. Eu acho que alguém tem o óbice quanto a votação ter ficado 2
3193 conselheiros abaixo do quórum. Mais um voto. Então, pronto. Então, por favor.
3194 Agora vamos as propostas de sugestões de melhoria do texto, vamos chamar
3195 assim. Pois é, ficam lá fora, na hora de votar não entra aqui. Obrigada. Então
3196 temos. Deu 47. Muito obrigada. Na hora que vota a moção que é uma matéria
3197 importante, as ONGs vivem obrigando por isso, não tem gente na Plenária. Eu
3198 acho que nós temos que estar aqui, não é?

3199

3200

3201 *(Palmas!)*

3202

3203

3204 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Estamos
3205 todos aqui. Vamos lá. Então, vamos melhorar o texto. Eu entendi que tem
3206 algumas, duas propostas que o Roberto fez, que o Paulo fez. Heatclif fez também.
3207 Vamos lá, vamos tentar colocar. Isso aqui é uma proposta de redação? Você é do
3208 Ministério da Fazenda? Por favor. Esqueci seu nome. Se apresenta. Edson.
3209 Então, por favor, Edson do Ministério da Fazenda. Ele que vai receber lá na mesa
3210 dele, a proposta de moção. Eu estou brincando Edson. Estou brincando.

3211

3212

3213 **O SR. EDSON RODRIGO TOLEDO NETO (MINISTÉRIO DA FAZENDA)** – Fazer
3214 uma moção a favor de nós mesmos ou contra nós mesmos, eu não sei bem qual é
3215 a relação aí, mas bom, enfim. Não, nós somos a favor da questão do estudo, da
3216 existência ou não de bitributação. Eu não vi, na moção, nenhuma referência a
3217 qualquer manifestação da Receita Federal em relação à existência ou não de
3218 bitributação em cima de produtos reciclados. Eu acho que é uma coisa que nós
3219 precisamos discutir conceitualmente o que significa isso. O PIS/COFINS eu
3220 identifico que já há um consenso dentro da própria Receita Federal, que há casos
3221 de bitributação, mas, desculpa, mas eu acho que na reciclagem nós precisamos
3222 avaliar melhor. O outro ponto que foi destacado na reunião preparatória, que nós
3223 precisamos... No texto não...

3224

3225

3226 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – No texto
3227 antigo foi feita uma revisão dele, aí se retirou essas palavras. Isso. Isso. Aí nós
3228 discutimos, foi retirado.

3229

3230

3231 **O SR. EDSON RODRIGO TOLEDO NETO (MINISTÉRIO DA FAZENDA)** – Só
3232 destacando essa questão da bitributação, que eu acho importante deixar claro que
3233 isso ainda tem que ser melhor avaliado. Outro ponto é que, instrumentos
3234 econômicos para reciclagem, essa não é a competência única e exclusivamente
3235 do Ministério da Fazenda estudar, porque, ok, nós precisamos acompanhar,
3236 dentro da Secretaria de Acompanhamento Econômico, tarifas públicas, como
3237 lidamos com a imposição e a fixação de tarifas públicas em vários setores
3238 econômicos, setor elétrico, setor de combustível, preços em combustíveis, nós
3239 acompanhamos isso tudo, mas vários setores nós temos tarifas administradas,
3240 principalmente no setor de saneamento, setor elétrico. Agora, em termos de
3241 reciclagem, nós precisamos avaliar melhor essa questão. O Ministério das
3242 Cidades, o próprio Ministério do Meio Ambiente precisa estar ali, essa moção não
3243 é só para nós, a proposição de alteração de texto que eu faço é essa. O estudo de
3244 instrumentos econômicos não é competência só da Receita Federal, do Ministério
3245 da Fazenda e do Confaz. O Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das
3246 Cidades, são órgãos que devem se posicionar em relação aos instrumentos
3247 econômicos voltados para a reciclagem. Eu não vejo como ir longe disso. E
3248 mudança climática nós sabemos que é o que está acontecendo. O Ministério do
3249 Meio Ambiente tem toda a política e nós lá estamos estudando a precificação de
3250 carbono. Então, estamos em um trabalho em conjunto.

3251

3252

3253 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Edson, eu
3254 concordo com você em parte, porque nós tivemos um Grupo de Trabalho dentro
3255 do Comitê Interministerial de implementação da política, em que o Ministério da
3256 Fazenda participou, e nós necessitaríamos avançar para se poder criar algum
3257 regramento específico para isso. Nós temos isso já pronto, já solicitamos algumas

3258 reuniões, nós tivemos umas, outras na sequência não tiveram. Então, vou bater lá
3259 na sua porta de novo, que eu já bati em outras portas lá dentro.

3260

3261

3262 **O SR. EDSON RODRIGO TOLEDO NETO (MINISTÉRIO DA FAZENDA)** – A
3263 sugestão que eu faço de alteração é essa. A inclusão do Ministério do Meio
3264 Ambiente, do Ministério das Cidades, essa moção não é voltada só para a pasta
3265 da Fazenda, nós... Bom, essa fatura não é só nossa. Obrigado.

3266

3267

3268 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Edson,
3269 Ministério das Cidades, eu acho que não tem essa agenda. Ele participa tanto
3270 quanto vocês participam.

3271

3272

3273 **O SR. EDSON RODRIGO TOLEDO NETO (MINISTÉRIO DA FAZENDA)** – Ele
3274 simplesmente controla e administra toda a política de financiamento das empresas
3275 de... Das estações de tratamento. Então, assim, obviamente que eu não estou
3276 falando da questão só dos aterros, eu estou ampliando...

3277

3278

3279 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – O foco aqui
3280 é logística reversa, mais produtos.

3281

3282

3283 **O SR. EDSON RODRIGO TOLEDO NETO (MINISTÉRIO DA FAZENDA)** – De
3284 resíduos, o Ministério das Cidades têm um programa e todo financiamento, o
3285 agente executor desse financiamento é a Caixa Econômica Federal, é o braço
3286 financeiro do Ministério das Cidades, para financiamento da construção dos
3287 aterros.

3288

3289

3290 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Você
3291 poderia sentar, só rapidamente, com o rapaz que está digitando e apontar para ele
3292 onde é que ele acrescenta isso. É no final, não é? Por favor. Quem mais pediu a
3293 palavra?

3294

3295

3296 **O SR. EDSON RODRIGO TOLEDO NETO (MINISTÉRIO DA FAZENDA)** –
3297 Obrigado a todos.

3298

3299

3300 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigada
3301 você.

3302

3303

3304 **O SR. ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO (GOVERNO DO ESTADO - CEARÁ)** –
3305 Bom, eu quero saudar o Conama pela aprovação dessa moção, fiz questão de
3306 ressaltar que no ano passado, lá no Ceará, nós trabalhamos em conjunto,
3307 Secretaria da Fazenda, e Secretaria do Meio Ambiente, e aprovamos a Lei que
3308 nós dominamos, Lei dos produtos Selo Verde. A partir daí todos aqueles setores
3309 que trabalham com reciclagem, eles se dirigem à nossa instituição Semas, que
3310 autarquia, que executa política, os nossos técnicos analisam o produto, nós
3311 damos o aval. E a Secretaria da Fazenda já está fazendo isso no Ceará, já está
3312 funcionando em vigor a Lei, ela reduz 60% do ICMS para produtos reciclados, e
3313 isso vem ajudando o Estado da política de reciclagem, com os catadores, com as
3314 cooperativas, e com os empresários que trabalham com produtos reciclados. Foi
3315 um grande estímulo para o setor, a aprovação dessa Lei. Lá a Secretaria da
3316 Fazenda foi uma parceira da Secretaria do Meio Ambiente. Portanto, eu acho que
3317 o Confaz aí, tem que estudar, talvez essa experiência do Ceará, e outras
3318 experiências de outros Estados, para que eles possam divulgar, e os Estados aí,
3319 também passem a adotar esse tipo de mecanismo.

3320

3321

3322 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigada.
3323 Paulo. Arthur, obrigada.

3324

3325

3326 **O SR. PAULO CÉSAR NAUIACK (CNC)** – A proposta é do mesmo assunto, o
3327 Ministério da Fazenda, mas temos que estar atentos também para o Ministério da
3328 Saúde, municípios acima de 30 mil habitantes e Funasa, municípios abaixo de 30
3329 mil habitantes, as políticas também, que envolvem essa questão, essa situação.

3330

3331

3332 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Já
3333 incorporou? Chegou a incorporar todas as sugestões? Coloca lá do início do texto,
3334 por favor. Eu não me recordo quem ontem, na reunião preparatória, tinha falado...
3335 Incentivos econômicos financeiros e creditícios, que era para inserir esse
3336 detalhamento, logo após o primeiro parágrafo, que não fui eu. Eu ouvi isso na
3337 reunião preparatória, mas, podemos deixar dessa forma. Alguma sugestão a
3338 mais? Eu anotei aqui as sugestões do § 3º....

3339

3340

3341 **A SR^a. ANA LUCIA DOLABELLA (DIRETORA DO DCONAMA)** – Deixa falar. A
3342 primeira sugestão foi no § 3º, na primeira linha, a realidade mostra que grande
3343 parte dos municípios brasileiros... Roberto, eu acho que foi você que deu essa
3344 sugestão. Em vez de se adiar uma implantação, seria...?

3345

3346

3347 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Foi o
3348 Roberto que deu essa sugestão. É no parágrafo anterior a esse. Isso. A realidade
3349 mostra... É nesse parágrafo.

3350 **A SRª ANA LUCIA DOLABELLA (DIRETORA DO DCONAMA)** – Danilo, em vez
3351 de adiaram, não implantaram ou executaram a implantação de aterros, é isso?

3352

3353

3354 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3355

3356

3357 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Adiaram
3358 não. Não implantaram. Depois, no próximo parágrafo...

3359

3360

3361 **O SR. JORGE BICHARA NETO (FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DE MARABÁ)** –
3362 Zilda eu estou aqui. Posso falar?

3363

3364

3365 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Pode.
3366 Claro.

3367

3368

3369 **O SR. JORGE BICHARA NETO (FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DE MARABÁ)** –
3370 Ali está, incentivos às empresas, tal. Está muito vago. Então, que incentivos são
3371 esses? A Zilda lembrou que alguém, que não está aqui talvez, falou em 3
3372 palavras, que complementaria ali e reforçaria a questão dos incentivos, fiscais,
3373 creditícios e econômicos. Eu acho que reforçaria, não é nem redundância, é um
3374 reforço muito bom. Se fosse possível colocar lá.

3375

3376

3377 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Aí tem que
3378 colocar também na ementa, a sugestão que ele fez.

3379

3380

3381 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3382

3383

3384 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – É mais ou
3385 menos copiar o que está na lei. Então, aqui, espera aí, olha. Após a palavra
3386 incentivos, econômicos, financeiros e creditícios. A mesma coisa é na penúltima
3387 linha do 1º §. Não é isso?

3388

3389

3390 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3391

3392

3393 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Não, mas
3394 fiscais é só um. A Lei fala em incentivos econômicos, financeiros e creditícios, não

3395 fala em fiscais. A Lei não fala em incentivos fiscais. Ela fala, incentivos
3396 econômicos, financeiros e creditícios. É isso que fala a Lei. Ela não fala em fiscais.

3397

3398

3399 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3400

3401

3402 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Não sei.
3403 Ontem nós tivemos aí, uma leitura de que nós transporíamos aquilo que está na
3404 Lei e ainda não foi, quer dizer, quando a proposta foi feita, e ainda não foi
3405 regulamentado. O fiscal não está na Lei. O que está na Lei é, econômicos,
3406 financeiros e creditícios. Hã?

3407

3408

3409 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3410

3411

3412 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Bom, nós aí
3413 estamos pedindo, então... Aí tem que ser endereçado ao Congresso, pedindo
3414 alteração da Lei. É isso que você quer? Monsã.

3415

3416

3417 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (Ademasp)** – João Batista Monsã,
3418 Ademasp. Eu queria voltar ao § 4º, que foi modificado... Aí. Foi modificado como
3419 alternativa pela expressão, dentre as alternativas. Mas acontece que a expressão
3420 original é que é correta. De tudo que foi exposto aqui, como alternativa, aí sim,
3421 vem. Então, eu acho que deveria voltar ao que foi feito originalmente, entendeu?
3422 Em termos de português. Eu vou repetir. Foi mudado de como alternativa para
3423 dentre alternativas. Mas não. O redator aqui quer dizer que tudo que foi dito no §
3424 1, 2 e 3, apresenta como alternativa uma solução. Entendeu? Não me fiz
3425 entender.

3426

3427

3428 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Não. Não.
3429 Entendi. É que eu acho que não é isso só. Eu acho que não é só isso. Não é...
3430 Isso não é a alternativa para os incentivos econômicos.

3431

3432

3433 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (ADEMASP)** – Não. Eu estou
3434 falando do texto.

3435

3436

3437 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Sim, eu
3438 também.

3439

3440

3441 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (ADEMASP)** – Mas só do texto.
3442
3443
3444 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Eu também.
3445
3446
3447 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (ADEMASP)** – De tudo que foi dito,
3448 papapá, papapá, papapá, há uma alternativa.
3449
3450
3451 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Paulo.
3452 Vamos lá gente, nós ainda temos 2 informes.
3453
3454
3455 **O SR. PAULO CÉSAR NAUIACK (CNC)** – E 2 minutos, então. 2 informes, um por
3456 minuto. Não sei, talvez ficasse como instrumento complementar, apresenta-se a
3457 logística.
3458
3459
3460 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Ele não é
3461 complementar.
3462
3463
3464 **O SR. PAULO CÉSAR NAUIACK (CNC)** – Porque ele não é uma alternativa.
3465 Como instrumento complementar integrado ao Plano de Gerenciamento e
3466 Resíduos. Ou na gestão de resíduos.
3467
3468
3469 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Eu
3470 colocaria assim, olha. A logística reversa como instrumento de gestão dos
3471 resíduos sólidos previstos no art. 8º da Lei 12.305, que serve como instrumento...
3472 Que serve ao desenvolvimento econômico social e é caracterizada por um
3473 conjunto de ações, procedimentos e meios. Entenderam? Então, assim, corta e
3474 coloca, não sei se o Tadêu concorda. A logística reversa como instrumento de
3475 gestão... Como um dos instrumentos de gestão de resíduos sólidos previstos no
3476 art. 8º da Lei, que serve ao desenvolvimento econômico e social, é caracterizada
3477 por um conjunto de... Aí segue o resto do texto. Isso. E aí, na sequência, a 3ª linha
3478 de baixo para cima nós colocamos, logo após as cooperativas, e coloca, e as
3479 cooperativas, e associações de catadores. E ao final ainda falta ver a proposta de
3480 texto levantada pelo Heatclif, que são empresas que adotam práticas de
3481 reciclagem. Vamos ver aqui. Não são as empresas. É aos resíduos, propriamente
3482 ditos, não são as empresas propriamente ditas. Eu não quero criar uma linha de...
3483 O que?
3484
3485
3486 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3487 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Eu acho
3488 que aqui também tem que inserir a mesma expressão que nós inserimos lá atrás,
3489 após incentivos, incentivos econômicos, fiscais e creditícios. Não chegou a colocar
3490 lá? Não, mas é para colocar lá atrás. Então, voltando. Eu tiraria empresas que
3491 adotam práticas de reciclagem. Deixaria, para que... No último parágrafo, para que
3492 avalie a implementação de medidas públicas de incentivos econômicos,
3493 financeiros, fiscais e creditícios. Nós voltamos depois e colocamos lá no início.
3494 Como instrumento positivo...

3495

3496

3497 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3498

3499

3500 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Não é
3501 campanha. Como instrumento positivo para a promoção da redução dos autos
3502 índices de resíduos sólidos, que diariamente são jogados na natureza,
3503 impactando... Desculpa aí gente, mas... Vamos lá. Isso. Incentivos econômicos,
3504 financeiros, fiscais, não é Bruno? E creditícios, como instrumento positivo... Eu
3505 acho que o resto pode ficar igual. Na campanha pela redução dos altos índices de
3506 resíduos sólidos que diariamente são jogados na natureza, impactando de forma
3507 significativa os ecossistemas. Certo? E aí nós voltamos lá e corrigimos essa
3508 mesma expressão no 1º § e na ementa. Já está lá. Já está lá. Oi? Então, está
3509 certo. Fala no microfone, eu não estou te ouvindo.

3510

3511

3512 **O SR. PAULO CÉSAR NAUIACK (CNC)** – Lá, onde vocês estão falando,
3513 Ministério da Fazenda, Ministério das Cidades, eu havia sugerido também que
3514 fosse incluído o Ministério da Saúde. Então, só essa observação.

3515

3516

3517 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Microfone,
3518 por favor. Gente, vamos lá, que eu ainda tenho duas apresentações, senão não
3519 vai dar tempo, 5 horas todo mundo debanda. Rápido e rasteiro.

3520

3521

3522 **O SR. ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO (GOVERNO DO ESTADO - CEARÁ)** – É
3523 só uma uniformização de redação. Como embaixo tirou a palavra empresa de não
3524 sei o que, em cima não fez a mesma correção.

3525

3526

3527 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Em cima
3528 aonde? Corrigir o 1º §, final do 1º §. Ele vai ser similar ao que está lá, como
3529 instrumento positivo para redução...

3530

3531

3532 **O SR. ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO (GOVERNO DO ESTADO - CEARÁ)** – Só
3533 para ficar uniforme. Igual o último.

3534

3535

3536 **A SRª ANA LUCIA DOLABELLA (DIRETORA DO DCONAMA)** – É necessária
3537 essa mudança? É necessário tirar a empresa?

3538

3539

3540 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Eu acho
3541 que... E lá não é tão necessário. Eu acho que no final nós pontuamos. Podemos
3542 votar? Não tem mais nem quem votar. Vamos lá. Alguém tem uma objeção ao
3543 texto como ele está e foi modificado? Espera aí, tem uma pessoa que quer se
3544 manifestar.

3545

3546

3547 **A SRª. JANE (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)** – Boa tarde! Jane, Ministério da
3548 Educação. Eu só fiquei com uma dúvida, porque na versão que eu li do site não
3549 tinha essa ementa e eu senti aí, na alteração, um incentivo muito voltado às
3550 empresas. E os outros atores e agentes envolvidos nessa cadeia, eu não sei se
3551 sentem contemplados. Só um esclarecimento mesmo.

3552

3553

3554 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3555

3556

3557 **A SRª. JANE (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)** – Mas na ementa, incentivo as
3558 empresas. Ainda estou vendo lá.

3559

3560

3561 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Sim.
3562 Acabou de ser levantado isso. Eu acho que nós colocaríamos, se tiraria incentivos,
3563 no final do... Na ementa e no final do 1º §, incentivos às práticas de reciclagem.
3564 Claro gente, tira as empresas. Que não é o incentivo às empresas.
3565 Especificamente, no momento em que eu promover o incentivo a matéria-prima e
3566 uma desoneração da cadeia, isso vai ser positivo para todo mundo, para as
3567 empresas, para os catadores, para os municípios. Entendeu? Não é a cadeia de
3568 logística reversa, senão aí você vai ler, porque os catadores não estão na cadeia,
3569 objetivamente na cadeia de logística reversa. Os municípios não estão
3570 objetivamente na cadeia de logística reversa. Aí vão ser as empresas. Aí não dá.
3571 Eu não posso dizer que é a cadeia de logística reversa. Entendeu? Então, fica
3572 dessa forma, então. As práticas de reciclagem. Alguém tem alguma coisa contra?
3573 Não? Eu tenho 2 informes ainda. Então, vamos lá.

3574

3575

3576 *(Palmas!).*

3577

3578 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Ainda
3579 passa pela consultoria jurídica e se tiver uma discrepância muito grande de texto,
3580 ela vai corrigir antes de mandar para o Ministro. Correto? Qualquer documento
3581 assinado pelo Ministro, oficialmente passa pela consultoria jurídica. André.
3582 Apresentação sobre o Sinaflor. Eu convido o Ibama, na pessoa do André
3583 Sócrates. Perdão. Coordenador-geral de autorização do uso da flora e florestas. O
3584 nome é pomposo. Da flora e florestais. Está errado aqui. Da flora e florestais. Você
3585 tem a palavra. Desculpa aí, pelas minhas incorreções.

3586

3587

3588 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – Boa tarde! André
3589 Sócrates. Eu estou como coordenador-geral de flora e floresta aqui do Ibama e
3590 nós estamos na missão de implementação do Sinaflor, que é o Sistema Nacional
3591 de Controle da Origem dos Produtos Florestais. Eu começo a apresentação.
3592 Passa, por favor. Próximo, por favor. Mais uma. O Sinaflor ele tem previsão legal,
3593 ele está previsto no art. 35 da Lei 12651, que fala que o órgão federal competente
3594 do Sisnama, que é o Ibama, ele vai coordenar, fiscalizar, e regulamentar um
3595 sistema, que é um sistema nacional de controle da origem dos produtos florestais,
3596 e é o próprio nome do Sinaflor, Sistema Nacional de Controle da Origem dos
3597 Produtos Florestais, ele é um sistema obrigatório para todos os Estados da
3598 Federação e a missão é essa, controlar a origem do produto. Próximo. O Sinaflor
3599 já tem uma instrução normativa, normativa nº 21 de 2014. Os senhores podem me
3600 perguntar por que 2014? É 2014 porque o DOF ele é um dos módulos do Sinaflor,
3601 o documento de origem florestal e ele já está em vigor desde 2006. Nós
3602 instituímos a ação normativa nº 21 para sinalizar que o DOF está dentro, ele
3603 passa a ser um módulo do Sinaflor. Próximo. O Sinaflor, ele vem com todo o
3604 acesso já com certificação digital, nós não vamos ter qualquer problema
3605 relacionado a roubo de senha, porque nós já temos certificação digital. Isso reduz
3606 o número de fraudes para o documento de origem florestal, que é o sistema DOF.
3607 Uma vez implementado a certificação digital, nós reduzimos as fraudes em 80% e
3608 o Sinaflor já vem com essa certificação digital. Próximo, por favor. Então, 2012,
3609 assim que a Lei foi publicada, o nosso presidente a época era o senhor Volnei
3610 Zanarde e ele chegou aqui no Ibama e falou: Ibama, você tem diversos sistemas
3611 de floresta. Esses sistemas, eles não conversam entre si. E para que o usuário
3612 possa logar no sistema, ele precisa usar uma senha para cada sistema. Então,
3613 isso era uma dificuldade para o empreendedor. Então, nós criamos
3614 um sistema que ele tem integrações internas e ele tem uma integração externa. As
3615 integrações internas elas envolvem o próprio documento de origem florestal, o
3616 Cadastro Técnico Federal. Então, ele já vem totalmente integrado com esses 2
3617 sistemas internos e com o sistema externo, que é o CAR, o Cadastro Ambiental
3618 Rural. Então, para que qualquer atividade florestal possa se desenvolver em uma
3619 propriedade rural, é necessário que ela tenha o Cadastro Ambiental Rural. Isso
3620 está previsto, inclusive na própria Lei 12651. Próximo. O Sinaflor ele é um banco
3621 de dados único, a ideia é receber todas as informações de exploração florestal
3622 dentro de uma única base de dados. Então, todos os Estados lá, desde o Rio
3623 Grande do Norte, Amazonas. Então, bioma amazônico, cerrado, caatinga, Mata

3624 Atlântica, todas as informações de exploração florestal. E aí quando eu digo
3625 exploração florestal, eu estou dizendo manejo, eu estou dizendo supressão de
3626 vegetação, eu estou dizendo corte de árvore isolada, que tem muito no Sul. Então,
3627 tudo que envolve a exploração da floresta, ela tem que estar, vai ter que estar em
3628 um sistema centralizado, uma base centralizada. Próximo. Como é que o controle
3629 florestal hoje, para vocês entenderem o que é exatamente o Sinaflor. Próximo.
3630 Toda a parte autorizativa, os senhores imaginam uma supressão de vegetação
3631 autorizada, ela está... Volta uma, por favor. Volta uma. Ela está em processos
3632 físicos, por isso esse ponto de interrogação. Então, se você quer obter, por
3633 exemplo, os xeipes das áreas autorizadas de supressão para o Brasil inteiro, você
3634 não vai ter essa resposta, ela está dentro de processo físico, só se nós fôssemos
3635 em todos os Estados, pegássemos aquelas pilhas de processos, rezar para ter o
3636 xeipezinho dentro do processo, e aí nós iríamos ter uma ideia do que é autorizado
3637 de supressão no Brasil hoje. Próximo. Esses processos físicos, eles geram uma
3638 autorização de exploração florestal, veja que não são todos os Estados que não
3639 tem sistema, alguns Estados já têm. Fazer essa ressalva aqui. Ele gera uma
3640 autorização de exploração florestal, essas autorizações normalmente estão, são
3641 papéis, são ofícios. Essa autorização de exploração florestal... Próximo. Ela é
3642 cadastrada manualmente, dentro do sistema DOF, o volume daquela exploração.
3643 Então, imagina mil metros cúbicos de lenha, mil estéreos de lenha, ela entra
3644 manualmente dentro do sistema DOF... Próximo. Que cai em toda a cadeia
3645 produtiva e já controlada pelo sistema DOF. Cada caminhãozinho daquele ali tem
3646 um documento de origem florestal, isso nós já fazemos hoje, controla a cadeia até
3647 o destino final. Qual o grande problema? A origem. A origem ela começa errada,
3648 ela começa em processos físicos, ela... Nós não sabemos qual foi o inventário
3649 florestal que deu origem aquele volume específico que está entrando dentro do
3650 sistema. Então, se nós não controlamos a origem, lá no meio da cadeia o controle
3651 fica prejudicado. Próximo. Como é que fica o controle florestal com o Sinaflor?
3652 Próximo. Ele parte da premissa desses 4 grandes, esses 4 macros processos, que
3653 é a integração com o Cadastro Ambiental Rural, ou seja, qualquer informação
3654 florestal, de exploração florestal, ele parte da premissa que vai acontecer em um
3655 imóvel rural. A partir do momento que tem o imóvel rural, é necessário que se
3656 tenha um projeto técnico de apresentação do que vai ser feito, quais são as
3657 técnicas de exploração, qual foi o inventário florestal feito para aprovar aquele
3658 projeto técnico e autorizar o volume. Esse projeto técnico é encaminhado ao órgão
3659 ambiental, para análise, é emitida a autorização e todas as cidades ficam
3660 transparentes. Próximo. Aí é um exemplo já mostrando essa integração, já dentro
3661 do Sinaflor com o Cadastro Ambiental Rural. Não dá para ver bem, mas ali estão
3662 as informações do CAR, que nós já puxamos para dentro do sistema Sinaflor e ali
3663 no cantinho mostra a área solicitada para uso alternativo do solo, é área de
3664 supressão, 372 hectares, se eu estou com a vista boa. É um dado real, já é uma
3665 autorização que foi emitida no Estado de Roraima, Roraima é o primeiro Estado a
3666 utilizar o Sinaflor. Então, essa é a informação de supressão, já é uma informação
3667 real e aí eu vou mostrar que tipo de informação que nós conseguimos obter, a
3668 partir do cadastro do Sinaflor. Projeto técnico. Próximo. O responsável técnico é
3669 um ator que nunca aparece nos processos hoje, no Ibama. Então, ele passa a ter

3670 papel fundamental no cadastramento dos projetos no Sinaflor, é ele quem faz o
3671 cadastramento, é ele quem presta as informações técnicas. Próximo. Ele tem um
3672 controle de demandas, ele tem um Sinaflor específico para ele. Então, imagina
3673 que os senhores são empreendedores, querem um empreendimento florestal, uma
3674 exploração florestal, os senhores me vinculam, sou o responsável técnico dos
3675 senhores e aí aparecem todos os projetos no meu perfil, para que eu possa
3676 cadastrar a parte técnica e o cadastro da parte técnica ela só acontece quando eu
3677 insiro a minha anotação de responsabilidade técnica, ou seja, responsável técnico
3678 totalmente vinculado aquele projeto, com sua responsabilidade também vinculada
3679 aquele projeto. Próximo. E aí uma informação real. O que o Sinaflor traz? Então, a
3680 partir do cadastro do projeto nós temos informações como essa, uso do solo, uso
3681 e ocupação do solo na área que vai ser autorizada. A área que vai ser autorizada
3682 é aquela marrom. Então, nós passamos a ter informações importantíssimas da
3683 propriedade de exploração daquela propriedade rural. Próximo. O plano de
3684 exploração, esse é um dado real de uma das fazendas que tiveram essa
3685 autorização de expressão autorizada. No plano de exploração ele descreve
3686 exatamente o que ele vai fazer, qual é o método de corte de extração, de derruba,
3687 de arraste. Então, todas essas informações estão nesse plano de exploração, é
3688 uma informação que nós obtemos com o Sinaflor. Próximo. E aí um dado
3689 maravilhoso, o Sinaflor ele coleta, de todos que tem uma autorização de
3690 exploração, que querem, estão pleiteando uma autorização de exploração, ele
3691 coleta as informações do inventário florestal daquelas áreas. Então, um plano de
3692 manejo que tem um inventário 100% da área, todas as espécies são cadastradas
3693 no Sinaflor, ele tem uma planilha padrão que nós disponibilizamos, ele cadastra
3694 suas informações e leva tudo para o sistema. Então, nós vamos ter, do Brasil
3695 inteiro, dados de inventário florestal e nós vamos poder saber estoque de espécie
3696 ameaçada, estoque de espécies não ameaçadas com potencial para comércio.
3697 Então, esse tipo de informação, importantíssima, vai estar no Sinaflor. Próximo.
3698 Essas informações estão mostrando que... É um dado real. Aquele é um dado
3699 real, é um inventário lá de Roraima. Essas informações sobem dentro do sistema
3700 e elas estão disponíveis no nosso banco de dados para tratamento futuro.
3701 Próximo. Um exemplo da área que foi solicitada, resultante do solo, a parte verde
3702 lá é ASV foi área de supressão nesse imóvel rural. Próximo. A partir do momento
3703 que o projeto é cadastro, ele é encaminhado para o órgão ambiental e aí não só é
3704 transparente para o empreendedor, que tem que cadastrar os seus projetos, para
3705 o responsável que tem que cadastrar os seus projetos, como o órgão ambiental
3706 que faz toda a sua análise dentro do próprio sistema. Então, tem um laudo digital,
3707 tanto de análise quanto de vistoria e esses laudos são totalmente customizáveis
3708 pelo próprio Estado. Próximo. Uma vez analisado pelo órgão ambiental, a
3709 autorização é emitida com a volumetria específica. Então, nós partimos lá de trás,
3710 de um inventário florestal, é esse inventário florestal que dá o volume específico
3711 da exploração. Então, não tem mais lançamento manual daquela autorização
3712 dentro do sistema. Nós reduzimos interferências humanas, nós reduzimos falhas
3713 humanas, reduzimos fraudes também, dentro do sistema. Próximo. Esse volume
3714 autorizado hoje, sem o Sinaflor, ele é cadastrado todo no sistema de controle
3715 DOF. Então, ele é cadastrado o saldo inteiro, o saldo de uma vez só. A partir do

3716 Sinaflor ele gera apenas uma expectativa de créditos que... Próximo. É necessário
3717 que o próprio responsável técnico... Próximo. Ele possa declarar o corte daquelas
3718 espécies que vieram lá do inventário, ou seja, vou voltar lá para trás do projeto. Lá
3719 no projeto nós subimos a informação do inventário florestal, dizendo onde estavam
3720 as árvores e o par de condenadas delas. Aqui, para eu utilizar o volume dessa
3721 árvore, eu preciso falar: estou cortando árvore 7, 22, 45 e 192 do manejo
3722 específico tal. Aí os senhores podem me perguntar: isso vai piorar para o setor, do
3723 ponto de vista de burocracia. Isso já é feito pelo setor. Nós estivemos em
3724 Rondônia agora, o Mário estava lá conosco, o inventário já é feito pelo setor. Esse
3725 controle de árvores que são cortadas já é feito pelo setor, apenas o sistema vai
3726 colher essas informações. Próximo. Falta só uma, só para uma informação
3727 importante. O inventário florestal ele, naturalmente tem um erro associado de
3728 medida, o erro de altura. Então, quando você faz uma verificação da árvore, você
3729 mede o diâmetro, mede a altura e a altura normalmente é estimada. Essa
3730 estimativa ela gera erros para cima ou para baixo. Aqui é uma oportunidade de
3731 nós concertarmos esse erro que estava lá, porque o volume que é declarado por
3732 árvore, ele é o volume romaneado, está na nossa norma. O que é romanceado?
3733 Medido. Ele faz o corte, a árvore cai e ele mede a árvore mandando a informação
3734 da árvore medida para nós, o volume real daquela tora. Próximo. Essa informação
3735 entra automaticamente no DOF. Uma vez declarado o corte, não precisa de
3736 interferência do órgão ambiental, ela entra automaticamente dentro do DOF....
3737 Próximo. E cai em toda a cadeia produtiva que nós vimos lá atrás. Então, nós
3738 passamos de um controle totalmente eletrônico, com transparência, tanto para o
3739 empreendedor, com transparência para os responsáveis técnicos, para o órgão
3740 ambiental, para todo mundo. Próximo. Transparência, eu estava falando dela. Um
3741 exemplo claro aí, dá para ver pouco, mas eu explico o que é. Aqui é o... Foram as
3742 etapas pelo qual o processo, aquele processo de autorização lá de Roraima
3743 passou. Então, ele passou por aquelas pessoas, naquelas datas específicas,
3744 naquela situação, estava em análise técnica com a pessoa tal e ela deu o
3745 despacho específico. Essa informação fica transparente para o órgão ambiental,
3746 para o responsável técnico que está acompanhando o seu projeto dentro do órgão
3747 ambiental e para o próprio empreendedor, que normalmente tem dificuldade de
3748 obter essas informações nos órgãos ambientais pelo volume de trabalho. Próximo.
3749 Mostrando um pouco dos módulos do Sinaflor, essa figura bem eloquente, porque
3750 nós construímos o Sinaflor em módulos, para que Estados que tivessem sistemas
3751 próprios pudessem também, consumir um dos módulos do Sinaflor. É nós tirarmos
3752 uma pecinha daquela ali, encaixar em um Estado que tem sistema próprio.
3753 Ressaltar 2 módulos importantes ali, que é de recuperação de área degradada, e
3754 o módulo de reposição, ou seja, o Sinaflor não está só controlando o que está
3755 saindo de floresta, como o que vai entrar em um módulo de recuperação de áreas,
3756 e de reposição florestal. Então, todo cadastro, georreferenciamento dos plantios
3757 de recuperação de área e de reposição, vão entrar no Sinaflor. Próximo. Estou
3758 acabando. Vantagem do Sinaflor, controle de toda a cadeia produtiva, desde a
3759 origem até a sua destinação final. Origem, quando digo, é controle a partir do
3760 indivíduo. Possibilidade de se conhecer o desmatamento real. Hoje o IMPE dá
3761 uma informação da área de desmatamento, só que dentro daquela área de

3762 desmatamento você tem um desmatamento autorizado. Então, a informação hoje,
3763 de desmatamento, ela não retira a informação do desmatamento autorizado. Maior
3764 segurança na disponibilização dos créditos. Deixa de ter interferência manual.
3765 Humana. Desculpa. E relatórios gerenciais para subsidiar a todos, inclusive a
3766 fiscalização. Próximo. O plano de implantação, nós já implantamos o sistema em
3767 Roraima e no Estado do Maranhão. Roraima já está plenamente funcional, o
3768 Rogério Martins que era o presidente estava aqui, pena que ele foi, mas nós
3769 passamos um mês com eles, implantando o sistema, ajustando o sistema para
3770 utilização do Estado e eles estão plenamente dentro do sistema. O Estado do
3771 Maranhão, apesar de já implementado, por dificuldades deles, ainda não
3772 começaram a utilização do sistema. E nós estamos agora, nesse momento,
3773 implantando o sistema em Rondônia, e a partir daqui duas semanas no Acre, e
3774 assim por diante. Nossa estratégia é do mês 1 ao mês 6, passar por todos os
3775 Estados da Amazônia, e assim do meio do ano para frente ir para os demais
3776 Estados, e o Sinaflor passa a ser obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2018.
3777 Espero que o Brasil inteiro esteja já, nesse ano, dentro do Sinaflor. Eu acho que
3778 eu fechei. Próximo. É isso. Muito obrigado.

3779

3780

3781 *(Palmas!)*.

3782

3783

3784 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA) –** Obrigado
3785 Sócrates. Perguntas?

3786

3787

3788 **IVENS LUCIO DO AMARAL DRUMOND (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL)**

3789 – Boa tarde! Ives, representando o Governo do DF, mas é uma questão mais de
3790 informação mesmo. André, por exemplo, para o consumidor final, a pessoa que
3791 compra a madeira e vai lá na serraria, compra a madeira, ele vai perguntar ao
3792 dono da serraria, você tem o DOF? O dono da serraria vai apresentar a ele o
3793 DOF. Qual a garantia que o consumidor que quer ter esse controle, saber que
3794 realmente está comprando a madeira com origem certificada, que a madeira que
3795 chega na casa dele é realmente aquela madeira que está no documento da
3796 serraria. Isso, alguns colegas que estão, inclusive na atualidade, construindo com
3797 essa dificuldade.

3798

3799

3800 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA) –** Bom, o Sinaflor
3801 ele vem, justamente para responder essa pergunta. Nós entregamos para o DOF
3802 hoje, o que nós não entregaríamos, não entregamos, nós vamos entregar uma
3803 informação de uma árvore que está sendo cortada, no caso de plano de manejo, é
3804 claro, de uma árvore que está sendo cortada em um local específico, que tem um
3805 responsável técnico específico, empreendedor específico e todas as informações
3806 ali, dentro do sistema. Então, o que nós estamos ajustando agora é que nós
3807 estamos entregando essa informação para o DOF e, a partir dali nós vamos

3808 fazer... Estamos trabalhando em uma marcação eletrônica desses créditos, para
3809 que isso seja possível, para que nós falemos que essa mesa aqui veio de uma
3810 árvore específica. Isso demora um pouquinho, mas a informação já vai chegar
3811 adequada no sistema DOF, nós só precisamos trabalhar agora.

3812

3813

3814 **O SR. HEATCLIF HORING (GEBIO)** – Não sou técnico da área, não tenho
3815 conhecimento, mas eu vi que tem um vínculo lá, com o CAR, com o Cadastro. Vai
3816 ter alguma objeção, por exemplo, de uma propriedade onde estaria vindo a
3817 madeira lá e ela não tenha feito o CAR, por exemplo, para que todo o
3818 procedimento, de onde saia, tenha que ter, a propriedade tem que ter escrito no
3819 CAR?

3820

3821

3822 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – O processo
3823 começa com o CAR. Então, se não tiver, não tem processo do Sinaflor. Então, é
3824 obrigatório que tenha o Cadastro Ambiental Rural para se pedir uma autorização
3825 de exploração florestal, o sistema nem passa da primeira etapa.

3826

3827

3828 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Não emite
3829 mais manualmente, não é?

3830

3831

3832 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – Não. Não.

3833

3834

3835 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Mário da
3836 CNI.

3837

3838

3839 **O SR. MÁRIO CARDOSO (CNI)** – Mário Cardoso, CNI. Primeiro já queria
3840 aproveitar aqui, a oportunidade, também agradecer o André que já foi em duas
3841 ocasiões, uma no Pará e outra em Rondônia, enfrentar o setor, e apresentar o
3842 Sinaflor, e das duas vezes ele se deu muito bem nessa empreitada. Eu acho que
3843 falando em relação ao Sinaflor, eu acho que ele é um instrumento, a nossa
3844 expectativa é que seja um instrumento que dê mais visibilidade, mais
3845 transparência para o setor. A questão de combater a legalidade é uma estratégia
3846 também do setor privado. Isso já é feito no setor de indústria fonográfica, em
3847 vários setores já tem uma... No setor de cigarro, já tem uma estratégia para
3848 combater a legalidade, eu creio que o Sinaflor, nós temos expectativa que ele
3849 apoie, que ele ajude nesse sentido também, para nós separarmos o joio do trigo
3850 dentro do setor, e nós possamos atuar mais facilmente até, representando, e
3851 estimulando, e fortalecendo aquele que realmente quer ser legal. E dentro dessa
3852 dinâmica eu gostaria de saber de você o seguinte: os pequenos planos de manejo,
3853 não aquele das concessões florestais, os grandes planos de manejo, mas

3854 principalmente no Mato Grosso nós temos situações de plano de manejo
3855 pequenos em propriedades privadas. Como isso demanda muito a questão de
3856 internet, de sinal de internet, muitas situações nós não temos, será que nós não
3857 vamos acabar tirando esse pessoal do mercado? E se for o caso, se isso for um
3858 risco, não é interessante nós criarmos também uma estrutura, alguma dinâmica ou
3859 alguma estratégia para que isso não aconteça? Porque se nós não viabilizarmos
3860 as áreas florestais, ativos florestais na propriedade privada, isso fatalmente vá ser
3861 desmatado e vai contra tudo que nós já pregamos até agora.

3862

3863

3864 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – André, me
3865 dá licença só um minutinho, deixa passar o Domingos, aí você responde as duas
3866 perguntas, pode ser? Por favor, Domingos.

3867

3868

3869 **O SR. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO (GERC)** – Boa tarde!
3870 Domingos Ailton do GERC. André, em relação à questão do CAR, já que para ter
3871 participado desse sistema você tem que ter o CAR. Nós sabemos que boa parte,
3872 não sei nos outros Estados, mas na Bahia há um atrás enorme, a maior parte das
3873 propriedades, dos proprietários, não fez esse processo. Você, pelo que eu
3874 entendi, eu cheguei um pouco atrasado ali, na sua fala, mas pelo que eu entendi
3875 ao final da sua fala, em 2018, a partir de janeiro de 2018 começa a vigorar em
3876 todo o País. Como é que fica essa situação? Como é que vai ficar também a
3877 questão da fiscalização? Nós sabemos, por exemplo, que há uma inoperância
3878 muito grande no processo de fiscalização e aí você vê, lá mesmo, na região da
3879 caatinga e da mata cipó, quantos caminhões saem diariamente para as padarias e
3880 a cerâmicas, as olarias. Então, como é que fica esse processo da fiscalização, já
3881 que existe uma deficiência nos órgãos de fiscalização ambiental?

3882

3883

3884 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – André, só
3885 mais uma e aí você responde as 3. Beleza? Aí depois nós passamos a
3886 apresentação do CAR que ainda está prevista.

3887

3888

3889 **O SR. ROGÉRIO FERNANDES ROCHA (GOVERNO DO ESTADO – GOIÁS)** –
3890 Boa tarde! Rogério Rocha do Governo do Estado de Goiás. André, eu vi o
3891 cronograma ali, de implantação, e de adequação, eu fiquei um pouco preocupado,
3892 porque Goiás, Centro-Oeste está no último mês, mês do Natal, e a
3893 obrigatoriedade é a partir de janeiro de 2018. E na secretaria, na CCIMA, nós
3894 temos algumas dificuldades com relação a alguns sistemas nacionais. Para vocês
3895 terem uma ideia, essa questão do CAR é um problema gigantesco. Hoje, na
3896 secretaria, um dia histórico, dia de comemorar, nós finalizamos o primeiro
3897 processo de análise do CAR. Dia 15 de março de 2017, o primeiro. Muita
3898 dificuldade. Então, eu queria saber se é possível rever esse cronograma de

3899 implantação dos Estados, para antecipar isso, porque senão pode gerar um
3900 grande problema para a secretaria e para os empreendedores. Obrigado.

3901

3902

3903 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – André, por
3904 favor.

3905

3906

3907 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – Vou começar
3908 com a pergunta do Mário, na sequência eu respondo as outras. Mário, em relação
3909 aos pequenos manejos, nós nos preocupamos sim, nós já implementamos
3910 algumas medidas, que nós não tiremos esses pequenos do mercado, é justo ao
3911 contrário, a nossa ideia é mantê-los, dar transparência e facilidade de acesso a
3912 eles, tanto que Amazonas e Acre, além do Mato Grosso, têm diversos pequenos
3913 manejos também, isso foi um problema já levando por eles lá, no passado. Então,
3914 nós temos uma figura de um responsável operacional, uma pessoa que presta as
3915 informações pelo detentor do manejo. Muitos deles têm dificuldades de acessar ou
3916 não têm instrução para acessar. Então, tem um módulo de responsável
3917 operacional, o DOF já tem isso, que permite o cadastro, claro ele vai, o
3918 operacional vai acessar com o toque dele, com a senha dele, específica e prestar
3919 informações para o terceiro, que é o dono do manejo. Além dessa estratégia do
3920 responsável operacional, eu acredito que hoje a situação ela é muito pior com o
3921 sistema DOF e o sistema Sisflora, no caso do Estado do Mato Grosso. A emissão
3922 de documento para efeito de transporte, essas pessoas, além de utilizar o Sinaflor
3923 para exploração, elas vão ter que utilizar o documento estadual, que é o Sisflora,
3924 no caso, para fazer emissão do documento. Então, ele precisa muito mais da
3925 Internet em tempo real para emitir o documento, a GF, o DOF, do que ele vai
3926 precisar para prestar as informações de plano de manejo, de projeto, uma
3927 informação que você não precisa prestar ela em tempo real. Então, eu acredito
3928 que nós não vamos ter esse problema de Internet e por causa disso expulsar os
3929 pequenos do circuito. Em relação ao CAR, o sistema ele foi começou a ser
3930 construído em 2012. Então, ele já começou a ser construído em uma plataforma
3931 do Cadastro Ambiental Rural. Então, realmente, ele não passa para um próximo
3932 passo sem que o Cadastro ambiental Rural esteja já, pelo menos cadastros dentro
3933 do CAR. E em relação a fiscalização, que foi comentado, eu acredito que com o
3934 Sinaflor nós damos mais subsídios, não só para a fiscalização fazer o seu
3935 trabalho, lá vai ter mais informações, vão ter as declarações de corte que vão
3936 informar quando aquela árvore foi cortada e se ela foi cortada, sim ou não, isso é
3937 uma informação, subsídio maravilhoso para a fiscalização, tanto nos Estados
3938 também, que utilizam, como a Bahia, que ao invés de plano de manejo eles
3939 suprimem bastante, por causa da utilização da própria lenha. É uma informação
3940 maravilhosa, tanto para a fiscalização como para os órgãos ambientais, como para
3941 os empreendedores, para os responsáveis técnicos, para acompanhar todo aquele
3942 processo e a maior transparência no processo. Em relação à questão do Goiás,
3943 nós estamos com o ano bem apertado, mas eu vou anotar aqui e nós vamos
3944 tentar alterar essa agenda aqui, para o Estado de Goiás. Mas, nós temos 27

3945 Estados para implementar até o final do ano. Nós queremos fazer com
3946 tranquilidade e nós vamos tentar apertar essa agenda o máximo possível, para
3947 que não tenha prejuízo.

3948

3949

3950 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Muito
3951 obrigada André, agradeço ao Ibama a apresentação e as informações que trouxe
3952 ao Conselho. E por fim nós temos a apresentação sobre o CAR, que vai ser feita
3953 pelo Carlos Eduardo Sturm, do Serviço Florestal Brasileiro.

3954

3955

3956 **O SR. CARLOS EDUARDO PORTELLA STURM (SERVIÇO FLORESTAL**
3957 **BRASILEIRO)** – Boa tarde senhoras Conselheiras, senhores Conselheiros. Os
3958 heróis da resistência da reunião de hoje, pedir um pouco de paciência, eu vou
3959 tentar fazer uma fala bem breve. Trazer primeiro alguns números, por mais que
3960 nós estejamos em uma fase em que o povoamento possa ser residual, eu não
3961 tenho nem esses números de cabeça, porque vocês estão vendo esses números
3962 em primeira mão hoje. Esse é o boletim que vai até 28 de fevereiro. Então, nós
3963 chegamos aí, a uma área de 400 e... Perdão. Já passamos de 400 milhões de
3964 hectares do CAR e quase 3 milhões e 400 mil imóveis cadastrados. Então, nós
3965 hoje chegamos em uma fase... Na verdade, a partir desse slide nós
3966 desenvolvemos a fala. Então, hoje nós notamos realmente, que é uma política de
3967 extrema adesão pelos produtores rurais, se tem alguém que, a pessoa aí que fez
3968 esse cadastro mesmo virar realidade foi o produtor rural. Então, 402 milhões de
3969 hectares e aí, já de cara respondendo alguns dos questionamentos que podem vir.
3970 Por que a área pede 402 milhões de hectares e a área passível de cadastro é de
3971 397 milhões? Essa área passível de cadastro, o Brasil até hoje ele não tem, não é
3972 o Serviço Florestal Brasileiro que vai ser o órgão que vai dizer qual é a área rural
3973 brasileira passível de cadastro. Então, o Serviço Florestal Brasileiro, ele se baseou
3974 em algumas estatísticas elaboradas pelo próprio governo, entre elas o censo
3975 agropecuário de 2006, elaborado pelo IBGE, que dava em torno de uma área de
3976 350 milhões de hectares, nós já passamos e muito. Ocorre que alguns Estados
3977 fizeram a atualização do que é esse rural cadastrado. O próprio DF fez aqui, que é
3978 uma área mais reduzida, mas também fez, o Pará fez a sua estimativa, o Mato
3979 Grosso fez a sua estimativa e nós chegamos em uma estimativa de rural
3980 cadastrado de 397 milhões de hectares. O que o CAR começa a revelar, é que
3981 esse número do censo agropecuário de 2006, ele está defasado. Para os
3982 senhores terem uma ideia, o Estado do Acre dá uma área passiva de
3983 cadastramento, segundo o IBGE, de algo em torno de 3 milhões de hectares e nós
3984 já passamos de 8 milhões de hectares cadastrados no Acre. Tem 2 andares no
3985 cadastro. Não é isso. É a área passiva de cadastro, que ela foi realmente
3986 alterando ao longo do tempo e nós precisamos hoje, revisar essa área passiva de
3987 cadastro e o próprio IBGE vem procurando o Serviço Florestal Brasileiro, para
3988 apoiar a quantidade do Cadastro Ambiental Rural, o Censo Agropecuário, para ter
3989 um pouco mais de precisão. Uma outra questão desse slide... Não vai ser na
3990 sequência não, é só esse primeiro slide mesmo, depois do boletim vocês podem

3991 consultar na página do Serviço Florestal, florestal.gov.br, está saindo hoje esse
3992 boletim. Vocês podem também estar notando que existe agora um incremento em
3993 relação ao mês anterior, isso vinha até o final do ano passado, em torno de 5
3994 milhões de hectares, é normal que isso tenda a cair, pouco mais de 2 milhões de
3995 hectares em relação ao mês anterior, que nós até que viemos trabalhando com
3996 cadastro achamos pouco, mas não é pouco, 2 milhões de hectares ainda, depois
3997 de 400 milhões de hectares no cadastro, 2 milhões de hectares entrando mês a
3998 mês. Só que é também um decréscimo dessa área cadastrada. E por que esse
3999 decréscimo da área cadastrada? Porque a fase de análise, ela já iniciou. Então,
4000 por exemplo, o próprio colega de Goiás, da Secretaria de Goiás, informou que já
4001 está sendo iniciado o processo de análise, até fui conversar para entender o que
4002 estava acontecendo. Então, hoje teve o primeiro processo que o produtor
4003 respondeu a todas as pendências apontadas pelo sistema e aí saiu lá um cadastro
4004 sem pendência. Só que a área de Goiás, ela decresceu nesse mês e por que ela
4005 decresceu esse mês, a área cadastrada? Porque a partir das 22 mil notificações
4006 que o Estado de Goiás ele já fez aos produtores, pelo processo automático do
4007 próprio sistema, os produtores começaram a retificar suas áreas, foi basicamente
4008 notificações de sobreposição de áreas. Então, nós entramos em contato com o
4009 pessoal lá de Goiás, eles informaram para nós que essa área decresceu por conta
4010 de retificações que aconteceram no sistema, em função das modificações por
4011 conta de sobreposição. Então, assim, nós agora temos uma etapa de povoamento
4012 da base residual, mas já iniciamos junto aos Estados, que também são os outros
4013 protagonistas desse processo, sem esses Estados, sem os órgãos do Estado de
4014 meio ambiente esse processo não teria evoluído tanto como nós estamos hoje.
4015 Nós já iniciamos agora a fase de análise do cadastro, desde 2016 o Serviço
4016 Florestal Brasileiro realiza atividades junto aos Estados, 2016 capacitamos 24 das
4017 27 unidades da Federação, já no módulo de análise e disponibilizamos para todos
4018 esses Estados, um ambiente de testes no módulo análise, para que os técnicos
4019 pudessem já estar tomando conhecimento da plataforma, testando a plataforma,
4020 nos ajudando a melhorar a plataforma. O Estado do Mato Grosso, e o Estado do
4021 Acre, foram pioneiros na implementação dessa plataforma de análise do SICAR,
4022 seguidos depois pelo Estado do Pará, e o Estado de Goiás, que já também pegou
4023 algo, uma plataforma já avançada e pode fazer uma notificação automática de
4024 vários proprietários, de milhares de proprietários ao mesmo tempo. O Mato Grosso
4025 decidiu, a partir do final do ano passado, a seguir um caminho que não utilizará
4026 mais o SICAR, porém foi um parceiro fundamental na implementação inicial do
4027 módulo de análise. Então, nós, até o final de 2016 nós tínhamos 4 Estados já com
4028 módulo de análise implantado, Mato Grosso, Acre, Pará e Goiás. E a implantação,
4029 ela segue um ritmo de demandas dos órgãos de Estados de meio ambiente. Os
4030 órgãos de Estado de meio ambiente, eles tem que ter segurança que eles podem
4031 estar iniciando o processo de análise, não há um atropelo do Serviço Florestal
4032 Brasileiro, instalar o módulo de análise nos Estados, sem que o Estado demande
4033 o Serviço Florestal Brasileiro, essa implantação. Existem alguns pré-requisitos,
4034 como a necessidade de infraestrutura, de tecnologia da informação, não é pouca
4035 coisa, a colega de Goiás agora estava, inclusive me relatando de quanto isso
4036 demanda de infraestrutura, de tecnologia da informação e que, às vezes, pode se

4037 tiver uma subestimação, se isso for subestimado no Estado, pode dar problema
4038 exatamente na hora de rodar o módulo de análise. Então, o Estado tem que estar
4039 confortável, tem que estar confiante nessa implementação e, a partir da demanda
4040 dos Estados nós começamos a fazer a implantação. Então, nós temos, já no final
4041 de 2016, os Estados, o DF, o Amazonas, o Ceará, o Paraná e o Rio de Janeiro,
4042 demandaram já, a implementação do módulo de análise. Desses 5 Estados nós já
4043 capacitamos, já agora, no início do ano, já em janeiro e fevereiro, nossas equipes
4044 já começaram a trabalhar, capacitamos o Amazonas, Ceará, Paraná, e Rio de
4045 Janeiro, e o módulo já está em operação nesses Estados. Então, foi duplicado o
4046 número de Estados, já são 8 Estados que agora nós já temos o módulo. Então,
4047 nós vamos, fazemos uma capacitação presencial, implanta o módulo e depois
4048 fazemos uma, que nós chamamos de implantação assistida, é como pegar na mão
4049 dos técnicos mesmo e nas duas, 3 primeiras semanas de trabalho do SICAR,
4050 módulo de análise, nós estamos lá, juntos, fazendo a implantação. Então, como eu
4051 falei, os próximos Estados agora, que já estão em planejamento, além do DF, Rio
4052 Grande do Sul e Minas Gerais, nessa reunião da Abema. E hoje aqui no Conama,
4053 aproveitando esse ambiente de troca que nós temos do Conama, solicitar ao
4054 Serviço Florestal Brasileiro já, a implementação do módulo, a implantação do
4055 módulo também, nesses Estados, e nós já estamos programando a capacitação
4056 para esses Estados na implantação do módulo. E é importante nós destacar mais
4057 uma atividade do Serviço Florestal Brasileiro, que é a disponibilização, para os
4058 Estados, de uma plataforma online de ensino a distância, semipresencial, nos
4059 moldes que foi o CAP CAR, vocês devem lembrar, o CAP CAR teve quase 40 mil
4060 inscrições em todo o País, para elaboração do cadastro e agora um curso
4061 semipresencial a distância, para os órgãos de Estado de meio ambiente,
4062 destinado aos técnicos dos órgãos de Estado de meio ambiente, onde nós vamos
4063 estar disponibilizando, com recurso do Fundo Nacional de Meio Ambiente, 300
4064 vagas para todos os Estados que utilizam a plataforma do SICAR, estarem
4065 fazendo um curso a distância, com a parte que é presencial, também
4066 semipresencial, já no módulo de análise. E na sequência quando os Estados...
4067 Então são 4 turmas, por exemplo, o DF, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pará e
4068 Paraná, que são Estados que já tem o módulo, até para nos ajudar a balizar como
4069 é que está o curso, eles já vão estar nessa primeira turma. Na sequência,
4070 terminou o curso, nós já entramos no processo de disponibilização do módulo para
4071 que os Estados possam operar a análise. A meta é que até o final do ano nós
4072 estejamos aí, com 21 Estados, que são os 21 Estados que utilizam a plataforma
4073 do SICAR, já com o módulo de análise implementado. Então, assim, a análise
4074 agora é o carro chefe da fase de implementação do SICAR, para regularização
4075 dos imóveis rurais e nós estamos com essa estratégia de apoio aos Estados,
4076 dando diversas ferramentas, fornecendo gratuitamente o módulo de análise,
4077 fornecendo gratuitamente o processo de capacitação de ensino a distância,
4078 fornecendo gratuitamente o processo de implantação assistida aos Estados, como
4079 parte de apoio do Governo Federal e implementação da política de regularização
4080 ambiental prevista no novo Código Florestal. Além disso, já está em
4081 desenvolvimento um módulo do Programa de Regularização Ambiental, ou seja, é
4082 uma porta já de saída, uma porta de entrada, para você fechar a regularização

4083 ambiental, para os proprietários de imóveis rurais já terem acesso também junto
4084 aos Estados, do início da regularização ambiental. O Decreto, se eu não me
4085 engano 8235, que é o último Decreto que traz as regras complementares para o
4086 PRA, ele já diz que você precisa de uma proposta simplificada para iniciar essa
4087 regularização ambiental. Então, essa primeira fase da regularização ambiental,
4088 nós vamos estar disponibilizando para usuário final, que é o produtor rural e para o
4089 Estado, para os órgãos de Estado de meio ambiente, uma plataforma muito
4090 parecida com a ideia da plataforma do CAR, uma plataforma off-line, que você vai
4091 baixar o aplicativo, rodar no seu computador, informar ali, dar as informações da
4092 sua proposta simplificada ainda, de regularização ambiental e já gerar o Termo de
4093 Compromisso, quer dizer. Então, é mais uma ação nossa, do Ministério do Meio
4094 Ambiente por meio do Serviço Florestal, na esfera Federal, de apoio aos órgãos
4095 de Estado de meio ambiente, também vai estar disponível aos Estados, isso até o
4096 final do primeiro semestre. Então, nós estamos falando até o final de junho, essa
4097 plataforma já vai estar disponível ao produtor e ao órgão de Estado de meio
4098 ambiente, para já dar continuidade ao processo de regularização ambiental.
4099 Então, dá um panorama geral de como é que está a implementação do CAR, na
4100 verdade do SICAR, do Sistema de Cadastro Ambiental Rural, que é composto de
4101 vários módulos, um módulo de cadastramento, que está aí com esse resultado,
4102 que nós entendemos que atualmente é o maior banco de dados geoespaciais que
4103 nós temos no país, 400 milhões de hectares em uma base é muita coisa, isso
4104 enche os olhos dos nossos irmãos aqui, da América Latina, por exemplo, que já
4105 vem demandando que nós levemos esse conhecimento via cooperação
4106 internacional, mediada pelo Ministério de Relações Exteriores, para esses países
4107 aqui, em uma cooperação Sul/Sul, a própria... Alguns países da Europa já vem
4108 buscando, nós também, por dentro da cooperação, por exemplo, cooperação
4109 alemã. Então, assim, é algo que realmente impacta quando você mostra uma base
4110 de 400 milhões de hectares, que não é só uma base de imóveis, mas uma base
4111 que você vai ter os remanescentes de vegetação, a hidrografia, as áreas de
4112 preservação permanente, tudo que você tem de ativo e passivo florestal, vai estar
4113 registrado no Cadastro Ambiental Rural. E por fim, aproveitando esse ambiente do
4114 Conama, cabe um agradecimento especial aos órgãos de Estado de meio
4115 ambiente, porque sem o apoio dos órgãos de Estado e dos técnicos desses
4116 órgãos, porque nós hoje, nós temos uma verdadeira família do SICAR, nós
4117 brincamos, falamos que são os Sicarianos, que são aqueles que trabalham no dia-
4118 a-dia, no desenvolvimento, nos ajudando a desenvolver o sistema, nos ajudando a
4119 relatar determinados problemas, nos ajudando a estar construindo esse processo
4120 da regularização ambiental e sem os órgãos de Estado de meio ambiente, sem
4121 esses técnicos muito dedicados dos órgãos de Estado de meio ambiente, nós não
4122 teríamos esse sucesso que nós estamos tendo e a certeza do sucesso dessa
4123 nova fase da regularização ambiental, que vai envolver a análise e que vai
4124 envolver o processo de regularização ambiental, sem falar que no futuro próximo
4125 as cotas de reserva ambiental também já estarão regulamentadas com o seu
4126 módulo também já desenvolvido. Eu agradeço a paciência, agradeço a
4127 oportunidade desse plenário, para nós trazermos algumas informações
4128 atualizadas da implantação do Cadastro Ambiental Rural. Obrigado.

4129 (Palmas!).

4130

4131

4132 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigada
4133 Carlos Eduardo. Obrigada ao Serviço Florestal Brasileiro. Alguma dúvida?
4134 Pergunta? Heatclif. Quem mais levantou a mão? Tadeu. Alguém mais?

4135

4136

4137 **O SR. HEATCLIF HORING (GEBIO)** – Algo rapidamente aqui, já estamos
4138 avançados, mas o colega indo embora sempre a pergunta. O meu Estado, Mato
4139 Grosso do Sul, é um dos Estados, Mato Grosso do Sul é um dos Estados que não
4140 aderiu a plataforma nacional. Eu gostaria de saber como que se dá, por exemplo,
4141 para que atualizem os boletins, os dados e esse suporte com os Estados que não
4142 são, não aderiram, como que vocês conversam para trazer as informações? É um
4143 mero, assim, transmissão de dados, eles pegam lá, geram uma tabela ou se há
4144 algo além?

4145

4146

4147 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Tadeu. Só
4148 um minutinho, Carlos Eduardo. Aí eu listo, que aí você responde tudo junto.
4149 Beleza?

4150

4151

4152 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG SÓCIOS DA NATUREZA)** – Eu, como
4153 ambientalista...

4154

4155

4156 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Se identifica
4157 Tadeu. Tadeu Santos...

4158

4159

4160 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG SÓCIOS DA NATUREZA)** – Tadeu Santos, Sócios
4161 da Natureza, Sul de Santa Catarina. Eu gosto muito de fotografia e o CAR, no meu
4162 entendimento, fazendo uma transformação de registro, o CAR seria uma foto do
4163 País, mais ou menos, é isso? Com dados e informações. Aí eu me desloco, então,
4164 lá para a minha região, eu moro em uma região do extremo sul de Santa Catarina,
4165 Congonha do Sul, onde existe a mineração do carvão e essa mineração do
4166 carvão, ela geralmente está em confronto, em terras rurais, contaminando rios. Eu
4167 pergunto se o CAR vai ter informações para, se nós quisermos fazer um projeto lá,
4168 junto com a universidade, se é o CAR o caminho que nós temos que buscar, para
4169 buscar mapas e informações precisas sobre essa interferência de uma atividade
4170 impactante em uma área rural, da mesma forma que existe a rizicultura, que é
4171 uma atividade impactante dentro da própria área rural. Isso é um questionamento.
4172 O outro é em uma área litorânea, mas não na beira da praia, em uma área...
4173 Existe, nessa costa brasileira de 8 mil quilômetros, existem várias situações de
4174 região de áreas, preservação permanente, não sei se conhece o Morro dos

4175 Conventos, Rio Grande do Sul, eles são falésias na beira da... A 300 mil metros de
4176 distância do mar, e que algumas delas são já habitadas, e tem um foco urbano.
4177 Mas foz de rio, essas coisas assim, eles, às vezes tem um estuário que se alonga
4178 até 5 quilômetros ou 10 quilômetros e pega toda uma área rural. O CAR também
4179 pode... Vai ter dados, informações para quem quiser também, fazer uma pesquisa
4180 de TCC ou investimento. Era isso.

4181

4182

4183

4184

4185

4186

4187

4188

4189

4190

4191

4192

4193

4194

4195

4196

4197

4198

4199

4200

4201

4202

4203

4204

4205

4206

4207

4208

4209

4210

4211

4212

4213

4214

4215

4216

4217

4218

4219

4220

O SR. CARLOS EDUARDO PORTELLA STURM (SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRA) – Vendo de forma... Com relação ao Mato Grosso do Sul, na verdade, não em relação ao Mato Grosso do Sul, todos os Estados brasileiros, nós temos o recibo do Cadastro Ambiental Rural, ele só é emitido pelo Banco de Dados Nacional. Então, isso obrigada uma integração de dados de todos os sistemas... Perdão. De todos os Estados no Banco de Dados Nacional, independente se o Estado utiliza o SICAR ou não, ele obrigatoriamente tem que estar integrado a um banco de dados nacional. Então, o Mato Grosso do Sul já iniciou esse processo de integração, hoje mesmo, essa semana estive com o Ronaldo, Mato Grosso do Sul, Ricardo estava por aqui também. Então, nós já estamos avançando no processo de integração do Mato Grosso do Sul, que tinha algumas divergências meramente técnicas, de feições geoespaciais, de como que isso vem para o Banco de Dados Nacional. Mas sim, há uma integração de dados obrigatório. Então, por exemplo, São Paulo integra plenamente os seus dados, Tocantins integra os seus dados. O colega falou da Bahia, que também tem um sistema próprio, estadual, também está integrado ao SICAR, uma metodologia diferente da metodologia do SICAR, porque a Bahia os dados são on-line, você tem que entra no sistema e ficar fazendo online, se o sistema cair, cair, se é declaração tem que começar tudo de novo, enfim. Mas é um sistema estadual integrado ao Sistema Nacional. Mato Grosso do Sul está em uma fase bem avançada de integração e o único Estado em que nós não temos integrado a Base Nacional é o Espírito Santo, que aí nós ainda não temos essa integração com o SICAR. E aí Tadeu, já estive como seu colega aqui, nesse Plenário, nós conhecemos a luta ambiental e que você vem empreendendo a bastante tempo e fico feliz de entender a importância do cadastro, para que nós possamos melhorar a gestão ambiental, é uma ferramenta de gestão ambiental, realmente, impressionante, só que ela tem os seus limites. Primeiro, o cadastro ele é de natureza declaratória. Então, você precisa que um produtor rural entre no sistema, declare as suas feições, os seu cadastro, suas informações, para que isso venha para uma base de dados. Então, caso o produtor não declare, essa informação não vai estar presente. E basicamente, o cadastro, ele trabalha com as feições definidas pelo Código Florestal. Então, o cadastro ele trata de remanescente de vegetal nativa, ele trata da área consolidada, aquela área ocupada por áreas atividades agrossilvipastoril até 22 de julho de 2008, é definição do código, áreas de pousio, ele trata de hidrografia e calcula automaticamente a APP daquela hidrografia. Ele traz as servidões públicas e utilidade pública, área de utilidade pública também, são registradas no cadastro e a parte toda de reserva legal, que para nós é a cereja do bolo, que é exatamente aonde nós queremos a

4221 regularidade do imóvel rural, junto ao Código Florestal. Então, no caso de uma
4222 mineração, nós não... Se essa mineração, provavelmente, se não está em uma
4223 área rural e se ela não veio para o cadastro, nós não vamos ter essa informação.
4224 Mas no caso de estuários, no caso de manguezais onde você... Existem vários
4225 imóveis cadastrados nessas regiões e onde nós coletamos essas informações.
4226 Mas as questões também não se encerram no cadastro, só na declaração do
4227 proprietário. Existe uma base, o Ministério do Meio Ambiente fez uma das maiores
4228 aquisições de imagem de satélite no mundo. Então, adquiriu o Brasil inteiro em
4229 imagem de satélite com 5 metros de resolução, nos anos de 2011, 12, 13, 14 e 15.
4230 O ano de 2011 ele já está todo classificado, junto as feições do Código Florestal.
4231 Então, eu tenho apicuns, eu tenho mangues classificados, eu tenho os
4232 remanescentes de vegetação classificados, eu tenho a minha área consolidada,
4233 classificada. Então, tem toda uma classificação do uso do solo adaptada ao
4234 Código Florestal. E aí, essa classificação do uso do solo, que ela é utilizada para
4235 você fazer a análise dos dados que foram cadastrados. Então, você cruza os
4236 dados da declaração com os dados da sua classificação do uso do solo e aponta
4237 divergências ou coerências entre a declaração. E essa classificação está muito
4238 preste a estar disponível. Então, nós estamos em uma fase ainda, de revisão
4239 dessa classificação, o Brasil inteiro. Então, você revisar isso não é fácil, para nós
4240 recebermos todo esse produto e já contratado, 12, 13, 14 e 15. Perdão. 12, 13, 14.
4241 Quinze, 2015, nós estamos trabalhando com as imagens Landsat-8 e 2016 com
4242 as imagens disponibilizadas pela NASA, no satélite que chama Sentinel, com
4243 resolução de 10 metros. Então, essa é uma outra riqueza que o cadastro, ele
4244 trouxe, de uma base classificada de uso do solo e que aí sim, eu acho que
4245 responde muito, que a fotografia, realmente atual, não declarada, mas classificada
4246 em cima de imagens de alta resolução, que nós podemos estar apoiando a gestão
4247 ambiental, as pesquisas, o setor ambientalista e naquilo que for necessário. Muito
4248 em breve isso já vai estar a disposição.

4249

4250

4251 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Muito
4252 obrigada, Carlos Eduardo. Muito obrigada ao Serviço Florestal Brasileiro. Alguém
4253 tem alguma informação ou pedido adicional? Se não, nós encerramos essa 124^a
4254 Reunião Ordinária do Conama. Agradeço aí, a presença de todos aqueles que
4255 ficaram aí até o finalzinho, ouvindo as informações relevantes e muito obrigada.
4256 Bom retorno para aqueles que não são de Brasília. Até logo, obrigada.

4257

4258

4259 **A SR^a. ANA LUCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DCONAMA/MMA)** – Parabéns
4260 a Zilda pela condução.

4261

4262

4263 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (CONSELHEIRA DO MMA)** – Obrigada.